

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FERNANDA DA SILVA

**SOMALI: COMO A FORMAÇÃO DA ETIÓPIA E DA SOMÁLIA AFETOU NA
CRIAÇÃO DE UM ESTADO-NAÇÃO SOMALI**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

FERNANDA DA SILVA

**SOMALI: COMO A FORMAÇÃO DA ETIÓPIA E DA SOMÁLIA AFETOU NA
CRIAÇÃO DE UM ESTADO-NAÇÃO SOMALI.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso II, do curso de Relações Internacionais, da
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof(a). Dra. Nathaly Xavier Schütz.

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

327.1

S586s Silva, Fernanda da

SOMALI: Como a formação da Etiópia e da Somália
afetaram a criação de um Estado-nação somali /
Fernanda da Silva.

130 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, 2019.

"Orientação: Nathaly Silva Xavier Schütz".

1. Estado-nação. 2. Etiópia. 3. Política. 4.
Somali. 5. Somália. I. Título.

FERNANDA DA SILVA

Somali: Como a formação da Etiópia e da Somália afetou na criação de um Estado-nação
somali

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schütz
Orientadora
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Kamilla Raquel Rizzi
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Igor Castellano da Silva
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao meu pai, Levi Ferreira da Silva, que me incentivou a seguir meus sonhos longe de casa e me ajudou durante todo o caminho, sem nunca deixar de me apoiar em meio às dificuldades. Agradeço também à minha mãe, Severina Julia da Silva, e minha madrastra, Marisa de Abreu Nascimento, por sua participação na minha trajetória acadêmica e apoio. E à minha irmã mais velha, Juliana da Silva, reservo todo o meu carinho por incentivar a formação do meu posicionamento político, influenciado toda a minha graduação – das tomadas de decisões em projetos às escolhas de vertentes teóricas em pesquisas.

Ademais, minha vida em Livramento não teria o mesmo brilho sem minhas amigas, Ananda Portolann, Camilla Castro, Kellen e Kennya Morato, Maiara Nogueira, Maria Luiza Monegat, Sofia Chaudon e Yasmin Pereira. Obrigada por me verem rir e chorar durante esses anos, na saúde e na doença. Além dessas mulheres que tanto me apoiaram e me ajudaram, agradeço a cada um dos projetos ofertados pela Unipampa nos quais participei, principalmente o PAMPASUL, o Diretório Acadêmico de Relações Internacionais e o GEÁfrica, os quais me moveram por todo esse tempo e muito me ensinaram sobre a vida acadêmica.

Agradeço, principalmente, à Prof.^a Dr.^a Nathaly Xavier Schutz, a qual sem o apoio na minha súbita e crescente paixão pelo Chifre da África, eu não poderia florescer na área. Sem sua orientação, o Projeto Conflitos Regionais no Chifre da África não teria sido formado e este próprio TCC não teria passado de meras ideias.

Por último, quero demonstrar minha gratidão à Renatho Costa, um homem o qual sem apoio e encorajamento, eu não teria resistido ao meu último ano ou voado tão alto. Ainda que eu não seja tão boa com as palavras, desejo dizer que só posso agradecer por tudo e mais um pouco. Que o mundo continue a se abrir para você, como você o fez por mim.

Por último agradeço à Universidade Federal do Pampa e à República Federativa do Brasil pela oportunidade de poder estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Me mudar para Santana do Livramento para me graduar no curso que amo não seria possível se as condições fossem diferentes.

“Our misfortune is that our neighboring countries are not our neighbors. Our neighbors are our Somali kinsmen whose citizenship has been falsified by indiscriminate boundary “arrangements.” We speak the same language. We share the same creed, the same culture, and the same traditions. How can we regard our brothers as foreigners?”

— **Abd ar-Rashid Ali Shirmarke**, primeiro-ministro da Somália.

RESUMO

A atuação da etnia somali no Chifre da África impactou o plano doméstico e internacional na região. Se trata uma das maiores etnias e se enquadrando como uma das mais atuantes nas resistências contra o avanço colonizador oriental na região e os movimentos de oposição aos governos instaurados no período pós-independência, no caso da Somália, e pós-revolução, no caso etíope. Desse modo, o presente trabalho aborda a trajetória da etnia somali e as consequências de seus atos na formação de Estados Africanos que fogem aos modelos ocidentais tradicionais. O objetivo é explicar de que modo o caso da etnia gerou uma realidade alternativa ao que o modelo ocidental previa, culminando na não formação de um Estado-nação somali, ponto a ser alcançado a partir da construção de dados históricos que narrem a trajetória somali nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Assim como compreender como esse processo histórico fez com que a etnia somali não obtivesse sucesso em seu caminho para se tornar um Estado-nação e verificar como isso afetou ou foi afetado pela formação dos estados da Etiópia e Somália de modo que eles não se encaixassem no modelo ocidental de Estado (Estado westfaliano e Estado-nação). Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com documentação indireta, seguindo o método histórico com uma abordagem hipotético dedutiva, tendo como objeto de estudo o comportamento da etnia somali na Somália e na Etiópia, observando as influências da etnia em ambos os Estados e vice-versa e contabilizando as possíveis interferências externas. A conclusão do estudo foi a confirmação parcial de que, de fato, a etnia gerou impactos na estrutura estatal vigente nos dois Estados estudados. Tanto pela sua participação na Guerra Civil na Etiópia (1974-1991), advinda de um longo processo histórico e político que era parte da dinâmica da etnia com o Estado; quanto pelas pressões que exercera para conquistar a independência da Somália, pautar a política externa do país durante o regime de Barre e o consequente “colapso estatal”, que nada mais é do que uma reorganização da Somália pós-Barre realizada de modo a abarcar a identidade e as organizações tradicionais somali. A ressalva se dá, no entanto na questão do Estado-nação ser um modelo no qual a aplicabilidade até mesmo no ocidente ser duvidosa, o que faz a premissa partir de uma noção altamente teórica.

Palavras-chave: Estado-nação. Etiópia. Política. Somali. Somália.

ABSTRACT

The Somali ethnic activity in the Horn of Africa affected the domestic and international frame of the region. It is one of the major ethnic groups in the area and one of the more active in the resistances against the colonial advances in the region and the opposition of the post-colonial regimes in the area, in the Somalia case, and post-revolution, in the Ethiopian case. Thereby, this paper addresses the Somali trajectory and the consequences of it in the formation of the African States, escaping from the traditional occident models. The main goal is to explain how the ethnic trajectory generated an alternative reality to the one the model predicted, not culminating in the formation of a Somali Nation-State. To achieve this point, the paper used historic data telling the Somali trajectory in the pre, colonial and post-colonial eras. As well as understand how the historical process has made this ethnic group be unsuccessful in its path to becoming a Nation-State, verifying how it affected or was affected by the state formation of Ethiopia and Somalia so they wouldn't fit in the occidental model of state (Westphalian state and Nation-State). Thereunto, a research based in indirect data, historical method and a hypothetical-deductive approach. The object of study was the Somali ethnic behavior in Somalia and Ethiopia, looking for the influences of the ethnicity in the State and vice-versa, as well as external interferences. In conclusion, the work confirmed the impact of the ethnic group in the studied states structures nowadays. The affirmation is based in the Somali participation in the Ethiopian Civil War (1974-1991), as a result of a historical and political dynamics between the Somali and the State. As well, of the pressures the ethnicity made to achieve Somalia's independency, be a part of its external politic in the Barre's regime and its play in the "state collapse", that is nothing more than the reorganization of post-Barre Somalia in a shape that fits its identity and traditional institutions.

Keywords: Nation-state. Ethiopia. Politic. Somali. Somalia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIAI:** Al-Itihad Al-Islamyia.
- DERG:** Comitê Coordenador das Forças Armadas.
- EDU:** União Democrática Etíope.
- ELF:** Frente de Libertação da Eritreia.
- EPLF:** Frente Popular de Libertação da Eritreia.
- EPRDF:** Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope
- EPRP:** Partido Revolucionário do Povo Etíope.
- ESUE:** União dos Estudantes Etíopes da Europa.
- ESUNA:** União dos Estudantes Etíopes da América do Norte.
- FDRPE:** Frente Democrática Revolucionária dos Povos Etíopes.
- FLCS:** Frente de Libertação da Costa dos Somali.
- GFT:** Governo Federal de Transição
- ICU:** União das Cortes Islâmicas
- LJS:** Liga da Juventude Somali.
- LPAI:** Liga Popular Africana pela Independência.
- LPAI:** Liga Popular Africana pela Independência.
- ME'ISON:** Movimento Socialista de Todos Etíopes.
- OAU:** Organização da Unidade Africana.
- OLF:** Frente de Libertação Oromo.
- ONLF:** Frente de Libertação Nacional do Ogaden.
- PMAC:** Conselho Administrativo Militar Provisório.
- RPI:** União Popular pela Independência.
- RRC:** Comissão de Socorro e Recuperação.
- SALF:** Frente de Libertação Somali e Abo.
- SNL:** Liga Nacional Somali.
- SNM:** Movimento Nacional Somali.
- SSDF:** Frente Democrática de Salvação Somali.
- SSF:** Frente da Salvação Somali
- TNO:** Organização Nacional do Tigré.
- TPLF:** Frente de Libertação dos Povos Tigrinos.
- UNI:** União Nacional pela Independência.

WSLF: Frente de Libertação da Somália Ocidental.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ETNIA SOMALI ANTES DE 1950	18
3	OS SOMALI DURANTE O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA SOMÁLIA	38
4	A ETNIA SOMALI NA ETIÓPIA DURANTE AS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980	45
5	OS SOMALI NA ETIÓPIA E NA SOMÁLIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	81
5.1	SOMÁLIA	81
5.2	ETIÓPIA	91
6	O FIM DO SONHO DA GRANDE SOMÁLIA E OS DESVIOS DA LÓGICA EUROPEIA	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema a Formação do Estado no Chifre da África, mais especificamente o caso da Somália e da Etiópia. Ambos os Estados são países relevantes internacionalmente quem compartilham entre si não só fronteiras territoriais, mas também um etnia¹: os somali². Se trata de um grupo com costumes migratórios e majoritariamente pastoril que se expandiu pelo Chifre da África e que desempenhou um papel significativo na região durante o século XX, graças ao seu etno nacionalismo³.

Os somali representam 85% da população da Somália, influenciando no próprio nome do país, enquanto na Etiópia eles formam a terceira maior etnia, com 6,2% da população (CIA, 2018; CIA, 2018b). Sua presença em ambos os territórios e sua atuação política nos mesmos forma o fio condutor deste trabalho, que busca apresentar uma narrativa histórica de modo a trabalhar o processo que originou ou influenciou a configuração atual dos dois países. Afinal, no caso da Somália os somali desempenharam um importante papel na articulação política que culminou na sua independência, assim como a articulação dos clãs⁴ que formam a etnia impactaram a organização do país no período pós-independência. Já na Etiópia, a presença da

¹ O conceito de etnia aqui utilizado é o cunhado pelo sociólogo Ellis Cashmore (2003, p.119) que a descreve como “grupo que possui algum grau de coerência e solidariedade composto por pessoas que, pelo menos de modo latente, estão conscientes de possuírem origens e interesses comuns” (tradução nossa). Não se trata, portanto, de um aglomerado de pessoas ou setor da população, mas de um “conjunto autoconsciente de pessoas unidas ou intimamente relacionadas por experiências compartilhadas” (CASHMORE, 2003, p. 119, tradução nossa) que usualmente são aquelas de privação.

² Ressalto aqui que a grafia do termo que designa a etnia e as tribos a ela pertencente, assim como outras etnias, tribos e clãs obedecerá as regras do “Manual de Redação Oficial da FUNAI”, produzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Desse modo, os termos que designam etnias africanas será sempre em minúscula e sem admitir flexões. Já as tribos e clãs iniciarão com maiúscula, apesar de também não admitirem flexão para o plural devido a sua origem não-portuguesa (FUNAI, 2016).

³ Segundo Anthony Smith, o etno nacionalismo nasce da politização de um grupo étnico minoritário. Se trata de um instrumento político utilizado por essas minorias que partem de um discurso pautado na cultura da etnia para legitimar suas demandas por status e poder (SMITH, 1971; 1981; YUN, 1990).

⁴ Neste trabalho, o termo clã é utilizado a partir da definição do mesmo como um “grupo de parentesco unilinear, cujos membros se consideram descendentes de um antepassado comum, porém não podem traçar este enlace genealógicamente.” (CAMPO A., 2008, p. 45). Esse termo é o mais utilizado para se referir aos grupos presentes dentro da etnia somali. Alguns autores abordam a existência de tribos entre os somali, sendo essas definidas por William Sanders e Joseph Marino (1971) como uma “sociedade de agricultores sedentários, de no máximo alguns milhares de pessoas, que possui vários clãs e não apenas uma única linhagem de parentesco” (SILVA, 2009, p. 410). Ademais, não há, em uma tribo, estratificação social ou chefe com poder de ordem, ainda que a diferenciação de status entre seus membros esteja presente em sua organização. Entretanto, o termo foi cunhado a partir dos estudos da História da América e parte de uma visão eurocêntrica que organiza, na obra que lhe dá origem, a tribo dentro de uma lógica evolucionista, sendo o bando o estágio mais primitivo e o Estado antigo o mais avançado de uma civilização (SILVA, 2009). Portanto, conceitualmente clã e tribo são distintos, podendo ambas as organizações estarem presentes na etnia somali, apesar de, por razões históricas, tribo tende a se referir a uma organização americana.

etnia no que hoje corresponde ao segundo maior estado administrativo da Etiópia gerou múltiplos desafios para o país, principalmente no que diz respeito à possibilidade de secessão da área durante a segunda metade do século XX.

Esse processo será apresentado de modo a respeitar as críticas de Siba Grovogui (2001; 2002) as quais formam o alicerce teórico deste trabalho. Desse modo, uma linha cronológica será formada narrando a trajetória da etnia no Chifre da África nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial, a fim de construir uma base pautada na historicização completa (GROVOGUI, 2001; AYITTEI, 2006). Além disso, existem características que divergem de região para região, não sendo possível generalizações para o continente inteiro sobre suas estruturas (AYITTEY, 2006).

Esses dados posteriormente darão suporte para a construção da análise e das perspectivas presentes neste trabalho. Para isso, propõe-se uma pesquisa qualitativa com documentação indireta, seguindo o método histórico-analítico e fazendo uso de uma abordagem hipotético dedutiva, sendo o objeto de estudo o comportamento da etnia somali na Somália e na Etiópia, com especial atenção para as influências da etnia em ambos os Estados e vice-versa. Salienta-se que, embora o foco do trabalho seja o relacionamento entre a etnia e os países citados, a ação de terceiros, sejam estes países, grupos armados ou civis nativos também serão abordados devido às influências exercidas pelos mesmos nas ações políticas dos elementos que compõem o objeto deste estudo.

O trabalho se inicia, portanto, traçando a formação da identidade e do nacionalismo⁵ somali. O modo que se dá esse momento inicial no período pré-colonial posteriormente afeta as aspirações políticas da etnia e o modo que estas se manifestam. A linha cronológica avança para a dominação colonial e o comportamento da etnia durante esse período, tanto na fase de expansão colonial quanto na de consolidação dos protetorados europeus, as Somalilândias⁶, e a anexação da região do Ogaden pela Etiópia. Dois desses protetorados, o britânico e o italiano, são aqueles que, com a articulação política somali aliada à britânica, formam a atual Somália.

⁵ O termo nacionalismo se refere à ideologia formulada após a Revolução Francesa, contendo três ideias principais. A primeira traz como argumento que, para que haja o nacionalismo, a população deve ser capaz de formular instituições e leis nas quais possam determinar seu próprio futuro. A segunda dita que cada população possui um conjunto de características único, as quais a fazem se caracterizar como “nação”. Já a terceira, argumenta que o mundo é naturalmente dividido em um número de nações distintas. “Essa combinação de ideias constituem a base das estratégias e movimentos políticos nos quais, desde o século dezanove, tiveram uma influência majoritária no modo em que o mundo é politicamente organizado” (MILES, 2003, p. 254) (tradução nossa).

⁶ Por questão de organização os termos serão utilizados da seguinte forma: (a) *Somali* indica a etnia, o povo; (b) *Somália* se refere à República da Somália; (c) *Somalilândia* se refere à República da Somalilândia, um Estado não reconhecido que se encontra dentro do território da Somália; (d) *Somalilândia Britânica* diz respeito ao território colonizado pela Grã-Bretanha; (e) *Somalilândia Francesa* corresponde ao território colonizado pela França; e (f) *Somalilândia Italiana* se refere ao território colonizado pela Itália.

Isso porque o Reino Unido promoveu a criação da Grande Somália, que consistia na fusão de todos os territórios habitados majoritariamente pelos somali sob um único governo. O plano fortaleceu a articulação política somali, principalmente por meio do Movimento Pan-Somali, conquistando a independência da Somalilândia Italiana e a anexação da Somalilândia Britânica logo em seguida.

O projeto de formação da Grande Somália perde o apoio britânico posteriormente, mas continua presente na vida política da Somália independente, sendo perceptível no governo de Siad Barre (1969-1991) e suas estratégias domésticas e para com o Chifre da África, especialmente a Etiópia. No entanto, seu custo foi a fragmentação doméstica da Somália a partir da queda de Barre em 1991, formando a República da Somalilândia, a República da Puntlândia — ambas configurando Estados internacionalmente não reconhecidos — e a anarquia no sul do país.

A atual República Democrática Federal da Etiópia, por sua vez, arcou com as consequências que a independência no território vizinho tiveram sobre a região do Ogaden. A ameaça secessionistas somali no país representou um ponto sensível em um Estado que passou, sobretudo na segunda metade do século XX, por diversas transformações domésticas. Se tratando de um país multiétnico e de origem secular, as mudanças significativas que o país passou durante o período pós-colonial na África foram marcadas por questões étnicas, dentre elas a referente aos somali.

Afinal, a Etiópia que, no século XIX, havia enfrentado um vácuo de poder e se fragmentado, permanecera no decorrer da primeira metade do século XX até o início da década de 1970 sob o poder de um Imperador, Hailé Selassié. Este foi substituído por um regime revolucionário que, por sua vez, deu lugar, em 1991, à uma coalizão multiétnica, a Frente Democrática Revolucionária dos Povos Etíopes (EPRDF). A presença da questão étnica levou à adesão do país ao modelo de federalismo étnico. O sistema buscava aliar o sentimento de nacionalismo como etíope ao etno nacionalismo, que até então era historicamente reprimido pelos regimes e tinha por objetivo a preservação das diferenças étnicas, sejam culturais ou linguísticas, de modo que se alcançasse o fim das repressões dos grupos minoritários (ADEGEHE, 2009; BACH, 2014; BBC, 2017).

Deste ponto em diante, a população, historicamente miscigenada, teve de escolher uma única etnia a qual se identificasse para se encaixar no sistema. Contabilizados, os números de habitantes de cada etnia integraram uma parte importante do processo de dissolução dos 13 estados administrativos anteriores e a criação de nove estados administrativos e duas cidades

com status especial, criados a partir de critérios de proporcionalidade étnica (BACH, 2014; BBC, 2017).

O sistema implantado distanciou os somali etíopes daqueles que vivem na Somália, contribuindo ainda mais para a fragmentação da etnia. Entretanto, tensões atuais aparentemente demonstram um afastamento destes somali no governo central, abrindo uma lacuna potencial que alimente o ressurgimento ou fortalecimento do sentimento de unidade como etnia no país.

É a partir desse contexto nos dois Estados que nasce este trabalho. Pensando nessas modificações no cenário doméstico tanto na Somália quanto na Etiópia, o trabalho aborda a etnia Somali, um povo pastoril no qual sua "identidade [...] espalhou-se a vários outros países por meio da migração, como o Quênia, Etiópia, Djibuti e países vizinhos da região do Chifre da África" (PEREIRA, 2016, p.78) (ver figura 1). Ele parte da articulação política da etnia por meio do etno nacionalismo e do modo que os governos de cada um desses Estados respondeu às suas demandas e reivindicações. Principalmente ao abordar momentos de tensionamentos entre os países aqui estudados e conflitos diretos, como a Guerra do Ogaden (1977-1978) e suas consequências no âmbito doméstico para os dois Estados.

Na esfera teórica, tem-se o debate acerca do Estado Westfaliano e o Estado-nação. O Estado Westfaliano parte das premissas estabelecidas pela Paz de Westfália (1648) e consiste em uma unidade construída a partir dos princípios de soberania, unidade territorial, independência na construção de instituições internas, a secularização do Estado e a estabilização de um Sistema Internacional de Estados (PEREIRA, 2016).

O Estado-nação é um modelo teórico cunhado no momento em que há a queda da monarquia e ascensão da burguesia em meio ao movimento nacionalista europeu. Esse contexto fez com que a burguesia, tento por objetivo incentivar a garantia dos direitos dos povos, explorasse o conceito de “nação” no século XVII e conquistasse o poder político. Assim, o termo Estado-nação é consolidado para designar esse novo Estado, agora gerido pela burguesia (CHINAGLIA; VIANA, 2016).

A nação, por sua vez, é definida como um “grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns” (AZAMBUJA, 1941, p. 24). Sendo assim, o Estado-nação, ao contrário do Estado Westfaliano, passou a representar a participação de todos os governados no Estado (CHINAGLIA; VIANA, 2016). Esses dois modelos são utilizados para pautar a análise de todos os Estados, porém, devido à questões históricas e culturais, eles não se aplicam — ao menos não totalmente — à realidade africana. É da incapacidade de muitos teóricos em colocarem o modelo ocidental à prova que muitas análises pejorativas foram criadas, pois os autores

tentavam encaixar os países africanos em modelos que, de fato, não podem ser aplicados à todas as realidades políticas, ignorando o processo social nos quais as unidades africanas foram submetidas e as coloca em um patamar inferior ao ocidental (GOVOGUI, 2001; GROVOGUI, 2002; WAI, 2012).

Figura 1: Distribuição de clãs.



Essas análises encontram eco na crítica de Ayittey (2006), na qual o autor agrega que as instituições indígenas são considerados como “inferiores” e os nativos são considerados como “atrasados e primitivos”, levando a um movimento ocidental que os instigou a abandonar seus

métodos “atrasados” e a adotarem “métodos modernos” (AYTTEY, 2006). Há, então um transplante imperialista do modelo ocidental para a África, estipulando normas e cultura universais. As leis internacionais que passariam a regê-los, assim como a estrutura de regras processamento das mesmas, e os sistemas econômico e político são todas oriundas de um modelo universal ocidental. Dessa forma inseriu-se a África em sistema de ordem global ocidental e os puseram abaixo da experiência universal europeia (GROVOGUI, 1996; MKANDAWIRE, 2001).

O que percebeu-se, no entanto, foi a formação de Estados que não se encaixavam na expectativa imposta pelos ocidentais. Nasceram assim termos como “estados falidos”, ignorando a realidade sociológica desses países que são formados no processo de descolonização e assumindo que o processo de formação e consolidação do estado desvirtuou-se do ideal (WAI, 2012). Dessa forma, é necessário repensar a formação dos estados africanos do ponto de vista histórico, analisando o processo social, econômico e político dos mesmos (GROVOGUI, 2001).

Sendo assim, partindo do processo de formação estatal europeia, a tendência mais simplista seria acreditar que haveria uma repetição histórica do que ocorreu com os movimentos nacionalistas no Ocidente dentro de um contexto africano. Desse modo, as campanhas Somali supostamente resultariam, em algum momento, na formação de um Estado-nação. O que não ocorreu. Outro efeito da tomada dos modelos ocidentais como regra a ser seguida é o encaixe da Somália como um dos maiores exemplos de Estado falido.

Sendo assim, este trabalho aborda a trajetória da etnia Somali com foco social e político dentro de um recorte temporal iniciado na década de 1950 e que segue até 2017, limitando-se aos territórios da Somália e da Etiópia, com ênfase na região do Ogaden presente neste segundo país. Dito isto, o problema de pesquisa é: “de que modo os processos de independência e formação da Somália e da Etiópia, desde 1950 até 2017, impactaram de forma política e social na formação de um Estado-nação Somali em ambos os territórios?”.

A hipótese levantada é a de que o processo no qual se deu a formação dos Estados no Chifre da África, em especial nos casos da Etiópia e da Somália, dificultou a formação de um Estado-nação Somali no território dominado por esta etnia, provocando, por consequência, parte das instabilidades atuais nos países que formam o foco deste estudo. O objetivo é explicar de que modo o caso Somali escapa do pressuposto teórico gerado pelo modelo ocidental de formação de um Estado-nação devido ao seu contexto internacional e histórico. Isto será feito de modo que se atinja os seguintes objetivos específicos: a) analisar o contexto em que a etnia Somali esteve inserida desde 1950 e sua trajetória a partir de então; b) compreender como esse processo histórico fez com que a etnia Somali, apesar do Movimento Pan-Somali, não obtivesse

sucesso em seu caminho para se tornar um Estado-nação; e c) verificar como isso afetou ou foi afetado pela formação dos Estados da Etiópia e Somália de modo que eles não se encaixassem totalmente no modelo ocidental de Estado (Estado westfaliano e Estado-nação).

O trabalho se justifica por visar criticar a inclinação da área de Relações Internacionais (RI) em direção a metanarrativas ocidentais, de modo a contribuir para área ao trabalhar com outras linhas teóricas e aplicá-las à realidade africana. Afinal, nos estudos de RI há uma preponderância de produção acadêmica ligada à uma visão ocidentalizada e marcada, principalmente, pelas teorias realista, liberal e suas respectivas vertentes. Essas teorias são legitimadas e tidas como superiores, sendo impostas para os estudiosos da área durante o processo de formação do indivíduo nesse campo.

Dessa forma, este trabalho abordará a realidade destoante dos Estados Africanos em relação a essas teorias ocidentais a partir da discussão teórica acerca do Estado, nação e do Estado-nação. Ampliando, assim, a produção de literatura sobre a África e sua diversidade temática enquanto se vale de teorias pautadas em uma visão de desconstrução do ideário ocidental. Além disso, o trabalho busca contribuir para a produção acadêmica do Grupo de Estudos sobre a África (GEÁfrica) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), assim como o Projeto sobre o Chifre da África que faz parte do mesmo.

2 A ETNIA SOMALI ANTES DE 1950

Neste capítulo o processo de formação da identidade e do nacionalismo somali são apresentados, assim como alguns momentos relevantes para a atuação da etnia em conflitos no período pré-colonial. Se trata do primeiro passo na busca pelas raízes do que motiva o comportamento somali em suas origens e a maior parte de sua trajetória, assim como os momentos em que se reforça a identidade e o nacionalismo da etnia durante esse período.

Na segunda metade deste capítulo, aborda-se o comportamento da etnia durante o período colonial. Uma atenção especial é dada para as influências que o período anterior possuiu sobre essa fase no que diz respeito à atuação da etnia, assim como as diferenças referentes à organização e articulação política somali.

2.1 PERÍODO PRÉ-COLONIAL

A palavra Somali apareceu pela primeira vez em um hino etíope do século XV, datado do reinado de Negus Isaac, passando a designar a etnia originada no século XIII. Nesse momento, simultâneo ao nascimento do termo, formava-se também o nacionalismo Somali. Durante o período compreendido entre esses séculos, o contato com as comunidades muçulmanas estabelecidas na costa do Chifre da África foi essencial para o que viria a se tornar a identidade somali e influenciar o nacionalismo étnico dos mesmos. Processo esse que se intensifica no século XV (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010; TAMRAT, 2010).

O contato iniciado no século XIII se devia ao surgimento de diversos principados e Estados muçulmanos bem organizados estabelecidos ao longo de toda a costa que vai das ilhas Dahlak, no mar Vermelho, à cidade somali de Brava, no Oceano Índico. Atraídos pelo que teoriza-se ter sido a importância estratégica do local comercialmente⁷, essas comunidades geraram importantes pontos comerciais e políticos. Entre eles, destacaram-se as comunidades de Shoa, Awfat (Ifat), Dawaro, Hadya, Fatagar, Bali e Adal, no interior, nas quais houve um esforço de maior constância e sucesso para criar um império muçulmano na parte oriental da África. No litoral, os principais povoamentos eram as ilhas Dahlak, Zaylā (Zeila), Berberā,

⁷ Essa região litorânea possuía contato comercial com as ricas regiões do planalto da Etiópia central e meridional, com a costa da África Oriental e as regiões do Golfo de Aden e do Mar Vermelho (TAMRAT, 2010).

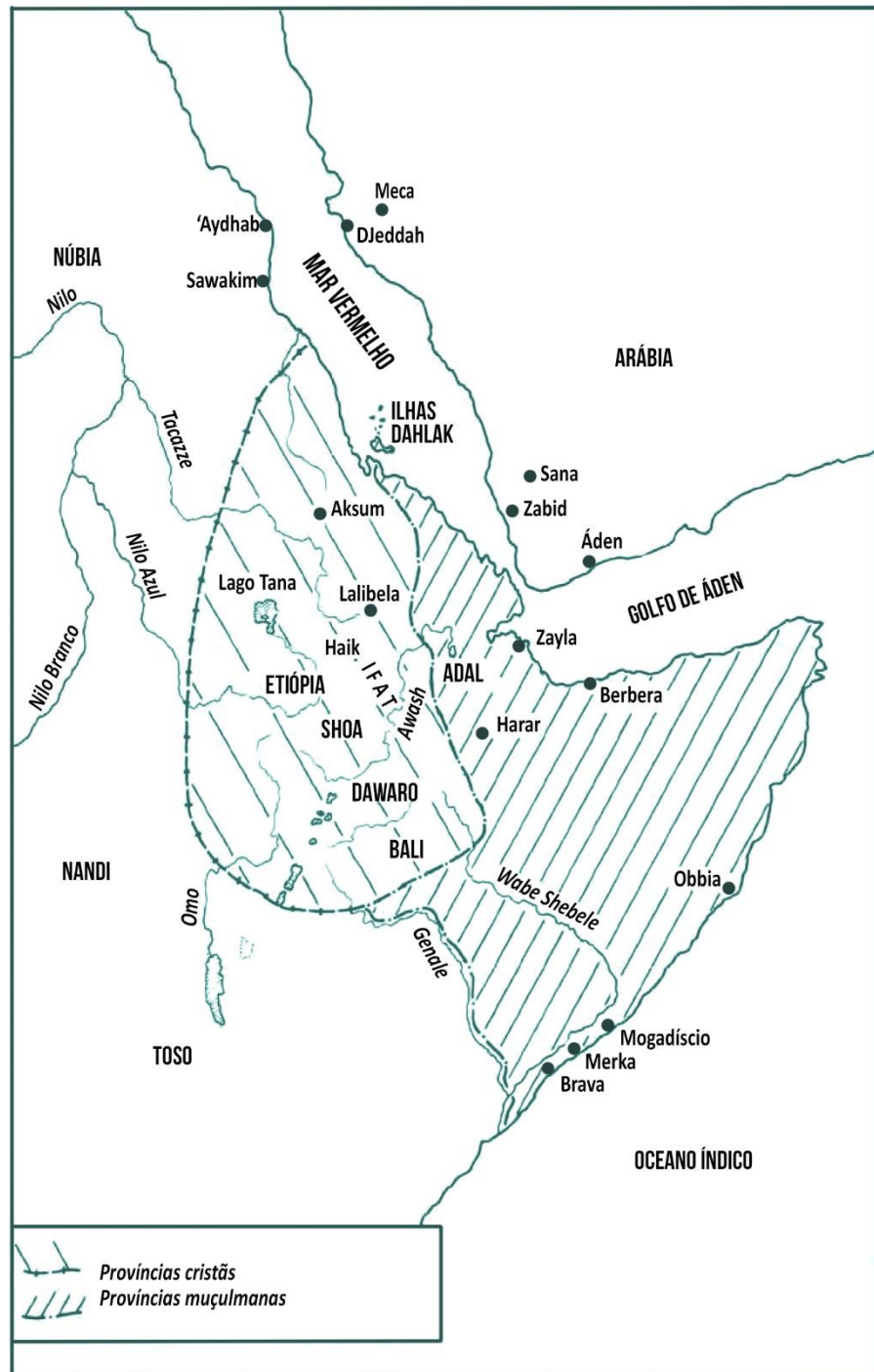
Makdashaw (Mogadíscio), Merka e Brava, ponto em que começa a costa da África Oriental propriamente dita (ver figura 2). Estes obtiveram menor sucesso para a construção de um império do que os exemplos do interior, porém foram os que mais absorveram a cultura islâmica.

Ali, a expansão do Islã se deu por meio da cultura árabe, das trocas comerciais e das vias de comunicação, contrastando com o cristianismo etíope e suas atividades missionárias e intervenções estatais. Assim, cidades de populações mistas cujo o elemento árabe era predominante surgiram favorecidas pelas trocas comerciais entre a península arábica, a costa da Etiópia e a costa somali. Essas trocas eram anteriores à época islâmica, possivelmente até mesmo a época cristã (HABERLAND, 2010; TAMRAT, 2010).

Outros centros foram fundamentais para propiciar a criação de diversos Estados marcados pela influência árabe-islâmica vinda da costa. Sendo eles: Massawa, no Norte da Etiópia, Assab, Obock, Tadjūra, Djibuti e Obbia. Eles foram importantes para a expansão do Islã no decorrer dos séculos XV e XVI, concentrando-se em ambos os lados do Rift Valley (Vale da Grande Fenda), ao longo da “grande artéria comercial que levava para o coração da Etiópia Central” (HABERLAND, 2010, p.840). Esta expansão deixou elementos culturais que foram perpetuados até os dias atuais, ainda que os Estados tenham sido destruídos com o tempo, como: a arquitetura, a introdução da horticultura entesava (culturas em terraços e redes de irrigação), a introdução de plantas como bananas e cana de açúcar, assim como a cultura do algodão e consumo do café e do gat (chāt ou kāt) (HABERLAND, 2010).

Simultânea e posteriormente, a presença desses povoamentos no litoral impactaram a construção da identidade Somali. Além dos aspectos culturais e comerciais, essa influência foi desempenhada pelos choques entre a expansão do Islã e sua cultura para o Oeste, entrando em conflito com os avanços políticos e religiosos da Etiópia cristã. Na Etiópia Central, principalmente na atual província de Shoa e a leste dela, conflitos sangrentos entre esses dois poderes se repetiram durante séculos sem que houvesse perspectiva de saída até o século XV. Ali, o império etíope era incontestavelmente o poder dominante e exercia essa função ao impor tributos à maioria dos Estados islâmicos, os quais os cristãos não obtinham sucesso em aniquilar (HABERLAND, 2010).

Figura 2: Mapa do Chifre da África



Fonte: Adaptado de TAMRAT, 2010, p. 477

O desenvolvimento das vias comerciais do golfo de Aden rumo ao interior do Chifre da África fez com que, a partir do século X, todo tipo de interação entre as populações locais, de cultura, língua e religião fosse possível. Apesar das eventuais discórdias, essas vias comerciais geraram importantes impactos nos povos da região (TAMRAT, 2010). Segundo Tadesse Tamrat (2010),

A partir de meados do século XIII, até mesmo o reino Cristão dos Zagwe, no norte da Etiópia, havia deixado de considerar o sultanato de Dahlak como sua única saída para o mar Vermelho e começou a utilizar a rota de Zayla, que passava por suas províncias meridionais. Essa mudança capital na importância econômica de Zayla pode ser considerada fator determinante, não apenas para a emergência de Awfat como o Estado muçulmano mais importante entre o golfo e o planalto de Shoa, mas também para o deslocamento gradual, em direção ao sul, do centro político da Etiópia cristã, o que resultou no advento da Dinastia “Salomonida” (p.483).

Quando, nesta dinastia, Yekuno-Amlak⁸ transferiu o centro da Etiópia cristã, o estabelecimento de relações harmoniosas com as colônias e grupos muçulmanos de crescente poder da região entre o golfo de Aden e o vale do Awash se mostrou uma tarefa árdua. A mudança tinha por objetivo aumentar a participação direta do reino no desenvolvimento comercial entre o golfo e o interior para a Etiópia, tendo como consequência o estabelecimento de um equilíbrio forçado nos primeiros cinquenta anos. Esse equilíbrio, no entanto, foi rompido no reinado de Amde Tsion (1314-1344), neto de Yekuno-Amlak.

O novo monarca encontrou inicialmente alguns problemas em seu reino, os quais atacou metodicamente. Questões como a dissensão interna e a limitação dos territórios a antigas possessões Zagwe, além da insegurança presente tanto nos sultanatos muçulmanos do leste e sudeste como nas *Falacha* (comunidades judaicas) e nas comunidades de religiões tradicionais foram tratadas em suas vitoriosas campanhas. O resultado foi a extensão e manutenção do domínio militar do reino cristão sobre a região, além de lhe garantir uma grande reserva humana para seu exército e o controle completo sobre os terminais das rotas comerciais que tinham origem no golfo de Aden (TAMRAT, 2010).

Contudo, essas vitórias de Amde Tsion abalaram os vestígios da tolerância gerada pela interdependência entre muçulmanos e cristãos. Até aquele momento os muçulmanos controlavam as áreas em que se localizavam as rotas de caravanas entre o golfo de Aden e Shoa, controlando o comércio internacional. Porém, quando era necessário levar o comércio para o interior e até o reino de Zagwe, eles contavam com a cooperação dos cristãos de Shoa e Amhara, os quais atuavam como intermediários e garantiam etapas de pouso. Para Tadesse Tamrat (2010, p. 485-486),

Essa interdependência criou interesses fortemente solidários entre as comunidades cristãs e muçulmanas da região. Graças a importância crescente do porto de Zayla, no golfo, como principal saída comercial da Etiópia central, essa associação tornou-se cada vez mais estreita e lucrativa. Apesar de estarem conscientes de suas respectivas

⁸ A Dinastia “Salomonida” foi fundada por Yekuno-Amlak, um dos chefes locais de Amhara de cuja origem e início de carreira pouco se sabe. Porém, as tradições identificam-no unanimemente como o homem que pôs fim a Dinastia Zagwe, em 1270 (TAMRAT, 2010).

identidades, existia um espírito de mútua tolerância entre os dois grupos, de forma que, provavelmente, nenhum conflito maior no plano religioso atingiu essas zonas fronteiriças durante aqueles tempos tão remotos.

Com as conquistas de Tsion, no entanto, esse equilíbrio e cooperação deram lugar à uma superioridade cristã. A sujeição econômica ao rei cristão criou um clima de mal-estar e hostilidade em meio à maioria dos muçulmanos. Parte dessa sujeição fora conquistada após a invasão e saqueamento de Awfat sob o pretexto de que um dos súditos de Amde Tsion havia sido capturado e vendido, restringindo a circulação de seu povo na cidade. Além disso, o episódio resultou na morte do sultão Ak al-Dīn, neto de ‘Umar Walasma, em batalha. Deradir, o filho do sultão, tentou resistir com o auxílio de pastores muçulmanos das planícies a leste de Awfat, mas eles foram aniquilados. Frente ao ocorrido, os outros principados apressaram-se em negociar a paz com o monarca cristão (TAMRAT, 2010).

O processo não foi pacífico e tampouco foram suas consequências. As revoltas eram problemas frequentes tanto nas regiões recém-anexadas, quanto nas recém integradas. Além disso, a corte nômade — que desempenhava um papel unificador ao reunir indivíduos de língua, raça e religião diferentes — sobrecarregava as áreas em que ela acampava⁹. Seu efeito era efêmero e, por vezes, opressor, reduzindo o efeito unificador devido à necessidade de responder a requisições maciças para abastecer e servi-la. Para contornar essa situação, nomeava-se funcionários locais para diversos níveis de administração, permitindo que a vida cotidiana da população continuasse a ser regida por costumes locais nas várias chefarias e principados. A visita regular do monarca com seus volumosos séquitos para as principais regiões do império servia para atenuar parcialmente os particularismos locais e garantir certa unidade (TAMRAT, 2010).

Ademais, segundo Tadesse Tamrat (2010)

As conquistas de Amde Tsion não somente aumentaram o tamanho da corte e do exército como também enriqueceram o rei e seus sucessores. Grande parte dessa opulência provinha dos tributos regulares arrecadados nos territórios vassalos. Os que não pagavam tributos eram culpados de alta traição e frequentemente condenados a desonra, a prisão ou mesmo à morte. Os anais da época não esclarecem as bases econômicas do império, mas o grande número de concessões de terra que a história atribui aos reis “salomônidas” desse período parece indicar que um dos segredos de seu poderio era a distribuição de feudos aos muitos súditos fiéis, como recompensa por serviços prestados. Além disso, a conquista dos territórios muçulmanos das

⁹ Ao contrário da corte sedentária, a corte nômade se deslocava de uma extremidade à outra do império gerando relações mais dinâmicas com as regiões que atravessava. Era dessa forma que o acampamento do rei desempenhava seu papel unificador e, por consequência, assimilava culturalmente e integrava politicamente os milhares de etíopes de origens diversas que acabavam travando contato (TAMRAT, 2010).

fronteiras do leste parece ter assegurado boas rendas para os imperadores, uma vez que passaram a dominar o comércio (p.493).

Assim, os etíopes controlavam militarmente as regiões do interior, nas quais os muçulmanos tradicionalmente traziam suprimentos de escravos *habasha* que eram vendidos por um preço alto no Oriente Médio. Já nas terras férteis do planalto etíope, os cereais e frutas frescas supriam as necessidades das cidades litorâneas das duas margens do mar Vermelho. Essas operações comerciais eram taxadas, enriquecendo os imperadores por meio da sua participação no comércio a longa distância. Posteriormente, esse sucesso acabou por reestabelecer e reorganizar o poder muçulmano na região entre Zaylā e as fronteiras dos principados de Awfar, de Dawaro e de Bali.

O renascimento das comunidades muçulmanas foi mais uma vez conduzido por um ramo dissidente da família de ‘Umar Walasma, que transferiu seu quartel-general para o planalto de Harar, a partir de onde os chefes teceram notável rede de alianças muçulmanas pela vasta região que se estendia das ilhas Dahlak, no mar Vermelho, a costa dos Somali, no oceano Indico, e também por todos os países árabes vizinhos. [...] [B]asta dizer aqui que o fogo da oposição muçulmana a dominação cristã manteve-se sempre aceso nessa região até o século XVI, quando irrompeu a *djihād* (guerra santa) pregada pelo ima Ahmad Ibn Ibrāhīm (c. 1527-1543), [...]. (TAMRAT, 2010, p. 493).

Assim, a luta, que até então tinha cunho principalmente político entre os Estados comerciantes islâmicos e o império cristão, se transformou em uma *jihad*¹⁰. Alguns mistérios rondam esse novo momento, como a possível causa da transferência da autoridade política detida pelos sultões de Adal, os Walasma, para os imān (chefes religiosos), ou qual fator permitiu que os exércitos islâmicos atingissem o nível de coesão e fanatismo necessário para levar o poderoso Império Etíope cristão à beira da derrota, sendo que eles eram compostos por um verdadeiro “mosaico de grupos étnicos” (HABERLAND, 2010).

¹⁰ O termo Jihad é, em essência, definido como “esforço”. O uso da palavra jihad para se referir apenas à um “guerra santa” não exprime sua finalidade real. Sendo uma ação defensiva por natureza, a Jihad tem em seu sentido mais amplo do Quaran e das práticas muçulmanas apresentado como o auto-esforço ou a luta para seguir o caminho de Deus. Inclui-se aqui tanto o esforço para viver uma vida virtuosa e a missão universal da comunidade muçulmana de expandir o governo e as leis de Deus por meio da educação, oração e, onde for necessário, a luta armada. No entanto, a luta armada não era a via principal da expansão do Islã em seu momento inicial, que era dada pela expansão dos árabes muçulmanos sobre outros povos. Quando se tinha uma conquista, eram oferecidas três opções ao povo dominado: (1) conversão ao Islã, podendo gozar de participação completa na comunidade muçulmana; (2) aceitação dos muçulmanos como povo “protegido” e o pagamento de uma pequena taxa; e (3) o conflito armado caso as duas primeiras vias não tenham sido aceitas (ESPOSITO, 2005). Neste trabalho, o uso do termo de jihad como guerra santa exprime uma luta armada defensiva contra a dominação de outro povo sobre os somali, de forma análoga à conceituação de Pequena Jihad de Jorge Rampelbergh e Norma Bruno (2011).

Todavia, o que se sabe é que o chefe militar Ahmad ibn Ibrāhīm al-Ghazi (apelidado pelos cristãos de Ahmad Gran) desempenhou um papel essencial ao se tornar o líder carismático da *jihad* e liderar vitórias sucessivas em suas campanhas. Sua importância era tamanha que após sua morte, em 1543, a *jihad* enfraqueceu até sucumbir sob as mãos de seu sucessor, o emir Nūr (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010). Até o ano de sua morte, a luta havia sido um sucesso sob o comando de Ahmad Gran, varrendo anualmente os planaltos etíopes tanto no Sul como no Norte, enquanto venciam e subjogavam sistematicamente uma província depois da outra.

No Sul e no Leste, por exemplo no Hadiyya e no Bālī, os habitantes vinham diante dos muçulmanos agitando bandeiras, pois eles eram frequentemente seus correligionários e os acolhiam como libertadores vindos para salva-los do jugo e da dominação cristã. O mesmo não ocorreu com as velhas províncias cristãs, particularmente nas regiões habitadas pelos amhara e os tigrênses. Nesses lugares, os que não aceitassem o islã eram passados a fio de espada. Dessa forma, distritos inteiros se converteram. Igrejas e mosteiros foram impiedosamente pilhados e devastados, seus tesouros entregues aos exércitos islâmicos, se fossem de ouro, prata ou tecidos preciosos, ou então sistematicamente destruídos. No caso de tesouros literários e pinturas etíopes (miniaturas de manuscritos ou pinturas murais), a destruição foi sistemática. [...] Cada novo ano testemunhava a conquista e destruição de uma nova província. Em 1531, duas grandes províncias muito populosas do Sudeste e do centro dos planaltos etíopes, Dawāro e Shoa, foram subjogadas. Em 1533 foi a vez de duas províncias do centro, Amhara e Lasta. Em 1533, igualmente, o lugar santo mais importante da Etiópia, Axum, com Santa Maria de Siao, sua catedral, na qual eram coroados os imperadores e onde estavam conservadas as Tábuas da Lei do monte Sinai, foi completamente arrasada [...] (HABERLAND, 2010, p. 842-843).

Entretanto, assim que os exércitos islâmicos se retiravam, os convertidos – à força – abandonavam sua nova fé, sendo reintegrados pela Igreja etíope. Dessa forma, não tardou para que as províncias conquistadas se revoltassem contra seus novos senhores. Os etíopes conseguiram organizar um contra-ataque que resultou em duas vitórias após receberem a ajuda portuguesa, em 1541, contando com a introdução de suas armas de fogo no conflito. Em resposta, Ahmad Gran invocou o princípio da *jihad* e, desse modo, conseguiu apoio dos turcos no Iêmen, que lhe ofereceram novos tipos de artilharia e atiradores de elite.

O conflito continuou a favor de Ahmad até que o exército imperial e o resto do exército português (que na época travava um conflito contra os turcos) uniram-se e, em 1543, destruíram o exército muçulmano a Leste do lago Tana, assassinando o *imām* Ahmad Gran com uma bala portuguesa. A partir daí houve a perda do controle de algumas províncias conquistadas, o Tigre e Amhara, dominada por povos em que a conversão não foi efetiva, resultando na reconquista desses territórios pelo Império Etíope aliado aos portugueses. Essa aliança permitiu que o poder do Islã fosse praticamente destruído pelos séculos seguintes. Ademais, o golpe final se deu após

a destruição das comunidades florescentes dos povos muçulmanos da Etiópia central com as inesgotáveis migrações do povo Oromo (galla), não deixando quase nenhum vestígio delas. Esse povo se dispersou em todas as direções durante suas ondas migratórias independentes, invadindo regiões despovoadas por guerras de religião, assim como submetendo, assimilando e se adaptando a outras populações e culturas (HABERLAND, 2010).

Concomitante a essa expansão, um outro povo havia se formado. Ao contrário dos oromos, esta etnia assimilou o Islã e conseguiu desenvolver uma identidade nacional (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010). Segundo E. Haberland (2010),

A participação de vastos grupos na guerra santa de Gran e a influência sempre crescente do Islã, que os distinguiu da maioria dos povos da África do Nordeste, contribuíram fortemente para forjar neles uma consciência nacional bem afirmada. Ainda que subdivididos, de acordo com a genealogia, em vários grupos étnicos, os somalis perceber-se-iam, ao menos a partir dessa época, como um único povo tendo uma única cultura e uma única religião. A expansão, que, entre 1500 e 1700, continuaria em direção ao Sudoeste até Juba e talvez além, não sustentava-se apenas em sua força militar e seu crescimento em número, mas também em seu poder de assimilação (p.832).

Os somali iniciaram sua expansão de forma simultânea, ou talvez até mesmo anterior, à dispersão dos oromo no Centro, Leste e Oeste da Etiópia. Não se sabe ao certo qual a região de origem do povo somali, mas as hipóteses apontam seu berço como tendo sido uma região ao Norte de onde habitam atualmente. Eles partiram dali por volta do século XI e rumaram para o Oeste, sendo registrados pelos geógrafos árabes durante o séc. XIII como habitantes da região de Merka, ao sul da atual Mogadíscio. Contudo, a pressão demográfica e seus hábitos pastoris fizeram com que migrassem em direção aos planaltos etíopes. Ali, os somali desempenharam um importante papel no apoio a *jihad* do *imām* Ahmad Gran (HABERLAND, 2010). Para E. Haberland (2010),

Até hoje, o efeito estimulante e unificador da influência árabe-islâmica exercido pelas cidades das costas setentrional e oriental do país somali e pelos Estados islâmicos do Sudeste da Etiópia (Adal, Dawāro etc.) foi muito mais sensível junto aos somalis do que entre qualquer outro povo do Nordeste da África. O islã tornou-se parte integrante da cultura dos somalis, contrariamente ao que aconteceu com outros povos cuchíticos culturalmente parentes, tais como os oromo e os hadiyya. Sua fé intensa encontrava-se constantemente reforçada pelos missionários provenientes da Arábia. Esses homens santos foram os pais fundadores do povo somali, tal como o célebre Ismael Gabarti, de quem descende um grande número de somalis (p. 853).

Isso porque, em meio ao complexo quadro étnico e linguístico etíope, válido para o Chifre da África como um todo, os somali descendem do grupo afro-asiático, tendo sua origem

no ramo *cuxítico*¹¹ *oriental*¹². A influência da cultura árabe-islâmica, no entanto, deu a eles o sentimento de superioridade cultural e reforçou sua capacidade de assimilação com relação a outros grupos parente que habitavam a região entre o Ogaden e o lago Turkana. Nessa região, os somali assimilaram outros grupos, muitos dos quais apagaram quaisquer traços de sua etnia original ao se integrarem à nação somali. Sedo que os principais grupos que se fundiram dessa maneira foram os Sab (*digil, rahanwein*, etc) e, possivelmente, alguns Hawiyya. Assim como grupos étnicos que anteriormente eram considerados oromo, como os gurra, os garri, os gabra e os sakuya (HABERLAND, 2010; TAMRAT, 2010).

Atualmente, uma única árvore genealógica une todos os membros do povo somali e cada grupo tem seu lugar na genealogia comum. Sob a influência do islã, toda a cultura dos somalis se transformou, particularmente no Sul [...]. Assim, os somalis diferenciaram-se mais do que qualquer outro grupo da grande família dos povos africanos do Nordeste, ligados entre si por vários fatores comuns de ordem histórica, cultural e geográfica (HABERLAND, 2010, p. 854).

A última grande migração somali se deu no início do século XIX, deslocando os nômades desta etnia para além de Juba. Durante esse período, as ordens islâmicas *Qadiriyya*, *Ahmadiyya* e *Sālihiyya* começaram a penetrar pelo interior da Somália, fixando colônias religiosas por todo o país. Concomitantemente, alguns pastores nômades somali aderiram à *jihad* de Bardera, que surge em meados de 1830 por um movimento militante de reforma islâmica oriundo da colônia religiosa de Bardera sobre Juba. Essa guerra tinha por objetivo impor a versão dos membros do movimento de uma teocracia islâmica na população da Somália Meridional, sendo relativamente bem sucedido até que o sultão dos geledi, Yūsuf Muhammad, após uma reunião com seus aliados entre os dois rios, liderou uma expedição contra os reformistas. A colônia de Bardera foi sitiada e aniquilada, tornando o sultão Yūsuf o dirigente mais poderoso da Somália Meridional (PANKHURST, 2010).

¹¹ Segundo Tadesse Tamrat (2010), há na região a presença dos grupos linguísticos *congolês-kordofanês* e *khoisan*, e as duas grandes famílias de línguas africanas, a *afro-asiática* e a *nilo-saariana*. O grupo afro-asiático é o mais importante em termos de distribuição e interesse, pois falam-se três de seus seis ramos no Chifre da África – o semítico, o cuxítico e o omótico – sendo cada um fonte de dialetos bem diversificados. No entanto, especialistas ainda não estão em acordo sobre a classificação das línguas.

¹² O cuxítico é, geralmente, subdividido em cuxítico setentrional (beja), cuxítico central (agaw) e cuxítico oriental. Este último possui como duas principais subdivisões o *burji-sidamo* e o *cuxítico das planícies*. A primeira se espalhou pelas atuais porções do sul de Shoa, Arussi, Bali e algumas partes do planalto de Harar, enquanto a segunda se concentrou, ao norte, nas terras baixas, áridas e quentes, entre as bordas do planalto da Etiópia e o Mar Vermelho, em todo o interior, habitado principalmente pelos Somali, e em algumas regiões da atual Etiópia, ao sul e sudeste do lago Chamo (TAMRAT, 2010).

Os pastores somali acabaram colidindo com os oromos durante essa *jihad*, empurrando-os em direção ao Tana onde os britânicos¹³ os encontraram ao criarem o protetorado da África Oriental (PANKHURST, 2010). Sobre a presença britânica, é válido salientar que os britânicos ali se encontravam devido a um acordo com o sultão de Majerteyn. O sultanato, habitado por seminômades que viviam da exportação de madeiras aromáticas e incensos, tinham como fonte de renda alternativa a navegação. Assim, o sultão, que tinha apenas poder nominal à época, assinou em Aden um tratado com os britânicos que lhe garantia uma renda anual em troca de ajuda para proteger as vidas e os bens dos marinheiros britânicos que naufragassem no litoral de Bender Ziada, no golfo de Aden. Isso sendo que, em 1839, a Inglaterra havia tomado Aden, na margem árabe do Bab-el-Mandeb, para que o local servisse de estação de abastecimento de carvão. Afinal, o Mar Vermelho voltava a ser novamente uma rota importante do comércio internacional, o que fez países ocidentais se apressassem para tomarem medidas que salvaguardassem seus interesses na área (FAGE, 2002; PANKHURST, 2010).

Com os europeus no litoral, os magnatas etíopes passaram a importar armas de fogo e aumentaram suas exportações de marfim e outros produtos. Eles buscavam afirmar-se no meio do caos resultante das incursões dos Oromos, que haviam praticamente destruído o poder do imperador tradicional do país. Dentre eles, destacou-se Rás Kassa que tornou-se governante incontestado das províncias do Norte – Amhara, Gojam e Tigre. No ano de 1855, Kassa assegurou sua coroação como imperador Teodoro. No entanto, após não obter resposta da Rainha Vitória, do Reino Unido, ele reagiu aprisionando dois enviados britânicos e alguns europeus (FAGE, 2002).

Sua ação fez com que, em meados de 1867, quando Teodoro já não era o mesmo chefe poderoso e havia perdido o controle de quase todo o país, exceto de Bagemder, Waala, Dalanta e algumas outras regiões menores, ele fosse atacado pelos britânicos. A intervenção militar britânica fez com que Teodoro abandonasse Dabra Tabor, que ele incendiou, e levasse seus canhões para Magdala, único local que restava sob seu controle e que propiciava uma chance de enfrentar o inimigo. As tropas britânicas avançaram para o interior do país sem encontrar oposição, chegando a receber cooperação de Dajazmach Kassa, o futuro imperador Johannes IV, no Tigre, a simpatia de Wagshum Gobasé, de Lasta, e o rei Menelik, de Shoa (PANKUHRST, 2010).

¹³ Nascido em 1864, Sayyid já conhecia a fundo o Alcorão aos sete anos de idade e aos 19 deixou a casa paterna para ir estudar nos principais centros de cultura islâmica da África oriental, Harar e Mogadíscio. Em 1895, ele peregrinou até Meca, onde estudou com o sheik Muhammed Salih e entrou para a sua seita — a Ordem de Salihiyya — e passou um ano na Arábia, visitando igualmente o Hedjaz e a Palestina. Após esse período, o mesmo instalou-se por algum tempo em Berberā (IBRAHIM, 2010).

O confronto entre os britânicos e o imperador culminou no suicídio de Teodoro em Magdala, pois o mesmo se recusou a se submeter a rainha. Os ingleses, então, se retiraram, pois só lhes foi permitido desembarcar e atravessar o Tigre para resolver seu conflito com o Imperador, sob a promessa de que não iriam permanecer na região. Contudo, segundo John D. Fage (2002), como alguns homens mais “judiciosos” do que Teodoro estavam a evoluir no mesmo sentido, a expedição britânica teve de convence-los da necessidade de cooperarem com os europeus de modo que pudessem receber em troca armas e tecnologias modernas (FAGE, 2002; PANKHURST, 2010).

O vácuo no poder deixado por Teodoro e a subsequente divisão da Etiópia permitiu que três personalidades rivais ascendessem ao poder em diferentes regiões. Menelik foi consagrado rei em Shoa; *Ras Gobasé* se tornou senhor de Amhara, de Wag e de Lasta, sendo coroado imperador e assumindo a posição sob o nome de Taka Giorgis. No Tigre, Dajazmach Kassa, se tornou o mais poderoso entre eles devido aos benefícios angariado ao permitir a passagem dos britânicos para Magdala. Ele foi coroado imperador sob o nome de Johannes IV, em Axum no ano de 1872, após Gobasé fracassar em sua campanha para se apossar de Adwa, a capital do Tigre, em 1871 (PANKHURST, 2010).

No entanto, Johannes IV continuava sem exercer poder sobre o sul. Ali, o rei Menelik havia adquirido uma posição segura ao favorecer os contatos comerciais com os europeus e conquistar os povos oromo e somali, que nunca haviam feito parte da nação etíope. Para contornar essa divisão de poderes, Johannes IV realizou um acordo com Menelik, tornando-o seu sucessor no trono imperial por volta de 1882 (FAGE, 2002).

Desse modo, Menelik é designado imperador em 1889, “tornando-se provavelmente o governante indígena mais poderoso de África”, demonstrando, a partir de seu uso da força militar aliado à astúcia diplomática, que “os africanos conseguiam competir com êxito com os europeus na questão de construir impérios no continente” (FAGE, 2002, p. 380). Sua postura, no entanto, não visava apenas demonstrar seu poder e capacidade frente às potências coloniais ocidentais, que aos poucos estavam dominando o litoral do Chifre da África, mas também para impedir uma agressão egípcia, uma preocupação compartilhada com seu antecessor (FAGE, 2002).

Além disso, a anexação das zonas habitadas pelos egípcios tinha por objetivo de controlar o Ogaden e Haud, utilizando-os para frear o avanço das colonizações europeias nas vizinhanças do país. A lógica era a de que, como as potências europeias estavam movimentando-se do litoral para o interior, o imperador etíope Menelik buscava ampliar suas fronteiras para mantê-los o mais longe possível do centro de seu império, no planalto

(IBRAHIM, 2010a). Talvez outro ponto a se observar seria o conflito entre o Imperador Teodoro e o Reino Unido algumas décadas antes, resultando em um ataque contra a Etiópia em resposta à prisão do séquito inglês (PANKHURST, 2010). Entretanto, é interessante ressaltar que a expansão etíope no Shoa sob o governo de Menelik iniciou-se antes da chegada dos europeus na área, primeiro contra os oromo e depois contra os somali (IBRAHIM, 2010a).

Isso se deve a dois fatores: (a) o conflito entre o Imperador Teodoro e o Reino Unido algumas décadas antes, resultando na invasão do país; e (b) a forte pressão egípcia nos portos somali. Durante o governo de Johannes IV e nos governos que lhe sucederam, os egípcios avançaram a partir do Sul do Mar Vermelho em direção ao golfo de Aden, se apossando de Berberã durante o inverno de 1873-1874 e ocupando a cidade de maneira permanente no inverno seguinte, bem como Zaylā. Harar, anteriormente uma cidade-estado independente, foi tomada em outubro do mesmo ano, apesar de que logo a supremacia teria fim e Menelik II se apossaria da cidade (PANKUHRST, 2010).

Em suma, percebe-se que a relevância comercial da região do antigo país somali fez com que, mais de uma vez, a Etiópia tentasse se expandir e subjugar a área de algum modo. No entanto, a expansão vista no fim do século XIX trazia consigo mais uma questão securitária (proteger o território sobre o controle de Menelik) do que comercial, como havia sido nos tempos da jihad de Ahmad Gran no século XVI. Outro ponto a literatura aponta é que as influências europeias na região são anteriores à primeira *jihad* que os somali participaram, através da presença portuguesa, mas esta sai de cena e dá lugar à ação britânica e de outros Estados que serão abordados a seguir. Regionalmente, os países que mais presentes no jogo de poder e dominação na costa do Chifre da África eram Etiópia e Egito, sendo que este último logo seria substituído.

Outra questão é a de que até esse momento os somali estavam pulverizados no Chifre da África, não reagindo em conjunto como um único povo à essas invasões e dominações tanto. Suas lutas eram locais e eles se engajam ao cruzar e se estabelecer em algum determinado local durante suas migrações. Essa situação vai sofrer mudanças, como será abordado no subcapítulo abaixo.

2.2 PERÍODO COLONIAL

O início do período colonial no Chifre da África é marcado pela entrada gradual das potências europeias na região e o estabelecimento de seus protetorados, as somalilândias. Aos poucos a Etiópia é forçada a recuar para uma posição defensiva ao se reestruturar após o vácuo

de poder com a queda de Teodoro e a ascensão de Menelik. Os egípcios, motivo que levou o Imperador Teodoro a pedir auxílio para a Rainha Vitória, tendo um desastroso destino em seguida, também foram forçados a recuar. Seu domínio logo foi substituído por aquele proveniente das três potências coloniais, França, Grã-Bretanha e Itália.

Em 1862, quatro chefes Afar cederam seu território à França, que possuía crescente interesse pelo porto de Obok — o qual havia sido comprado pelo cônsul francês M. Lambert em 1856—. O tratado cedia o território em troca de 10.000 dólares Maria-Theresa e comprometia os chefes a rejeitarem toda abertura diplomática sem que houvesse aprovação do imperador francês. Apesar de assinado, o acordo não foi respeitado na prática, pois o chefe principal desapareceu com o dinheiro e seu sucessor não respeitou os direitos ou pretensões francesas de adquirir o local. Esse é o marco inicial da formação da Somalilândia francesa, a qual acompanhava, em sua margem oposta, o estabelecimento do Protetorado da Somalilândia, em Aden, pelos ingleses (FAGE, 2002; PANKHURST, 2010).

Mas eles não eram os únicos interessados: com a inauguração do canal de Suez em 1869, o interesse dos europeus na região aumentou. Os italianos, por exemplo, adquiriram o porto de Assab, na Eritreia, no mesmo mês que o canal foi inaugurado. Contudo, sua influência ativa no Chifre da África demorou aproximadamente duas décadas para ter início (FAGE, 2002; PANKUHRST, 2010). Além disso, os portos somali que não estavam sobre controle egípcio no litoral atlântico, isto é, no Majertejn ao Norte e no Benadir ao Sul, eram respectivamente dirigidos por Oman e Zanzibar. Ocorreu que, por volta de 1870, após um desacordo entre sultão de Majertejn, Oman Mahmūd, e seu sogro, Ysūf ‘Alī, houve a divisão do sultanato e a fundação, por Ysūf ‘Alī do novo sultanato de Hobya (Obbia), mais ao Sul. O domínio de Oman, no entanto, dura apenas até a década de 1880, dando lugar ao colonialismo italiano (PANKUHRST, 2010).

Neste período, o interesse do Reino Unido e da França na região era pautado em sua importância estratégica e comercial no que diz respeito ao acesso à Índia e outras regiões da Ásia. Até aquele momento, ambas as potências se restringiam ao litoral, mas isso muda com a presença da Itália na região somali. A partir desse ponto, as três potências estendem sua influência para o interior, estabelecendo protetorados no país somali. Os franceses já haviam o feito em 1885, os britânicos realizam o feito dois anos depois e a Itália passa a controlar Brava, Merka, Mogadíscio e Warsheik em novembro de 1888 (IBRAHIM, 2010a).

Segundo Hassan Ahmed Ibraim (2010a, p.94),

A partilha do país somali, praticamente terminada em 1897, desprezou os interesses legítimos das populações e as privou da liberdade e da independência. Tinha, pois, de despertar extrema desconfiança nos somalis, estimulando-os a resistir a aventura estrangeira. Os chefes e os sultões somalis estavam particularmente inquietos com tantas usurpações, que tinham efeito desastroso sobre seu poder político. Eles jamais cederam de boa graça a sua soberania e, de fato, encabeçaram numerosos levantes contra as forças europeias e etíopes durante o período da partilha.

Conscientes das rivalidades existentes entre as potências europeias, os chefes somalis tentaram jogar umas contra as outras. Assinaram tratados com esta e aquela potência colonial, na esperança de que a prática diplomática lhes resguardasse a independência. Por exemplo, assinaram numerosos tratados com os ingleses, nos quais lhes concediam pouca coisa. O preâmbulo de cada tratado explicava que, do ponto de vista somali, tratava-se de “proteger a independência, manter a ordem e outras boas e suficientes razões”. Os clãs não se comprometiam a ceder os seus territórios, mas prometiam explicitamente “jamais ceder, vender, hipotecar ou dar a não ser por ocupação, salvo ao governo britânico, todo ou parte do território atualmente ocupado por eles ou que se ache sob o seu controle”. Mas os tratados não preencheram o objetivo, pois as potências europeias e a Etiópia acabaram por acertar pacificamente o seu litígio na região.

Ademais, além do esforço diplomático, alguns clãs pegaram em armas para salvaguardar a soberania. Isso ocorreu com os Issa, os Habar Guerhajis e os Habar Awal gerando respostas inglesas em 1886 e 1890, em 1893 e em 1895, respectivamente; assim como no massacre de soldados italianos em Harar, de 1887, e a aniquilação de uma coluna de 14 homens pelos Bimal, em 1896. Além das resistências encontradas por ingleses e italianos, os etíopes também enfrentaram problemas: seus choques com os clãs somali não permitiram que o Ogaden fosse totalmente ocupado, nem que a autoridade etíope se estendesse para além dos postos militares estabelecidos na região (IBRAHIM, 2010a).

Apesar das resistências existirem, elas ocorriam de forma isolada devido à ausência de uma entidade política única somali. Isso porque, ainda que houvesse unidade cultural, o povo somali consistia no que Hassan Ibrahim (2010a, p. 95) chama de “um mosaico de clãs isolados” que, segundo ele, muitas vezes eram inimigos. Sem uma nação unida para fazer frente aos invasores e armados apenas de lanças, arcos e flechas, contra as armas de fogo e munições dos cristãos, a etnia se encontrava em clara desvantagem (IBRAHIM, 2010a).

Assim, os somalis tinham que lidar com a dominação não de um único agressor estrangeiro, mas de quatro invasores cristãos. Desse modo, a etnia somali sentiu, de modo geral, que seus costumes e crenças estavam sendo ameaçados. Embora não houvesse nenhuma organização política que unisse todos os clãs em um momento inicial para fazer frente aos estrangeiros, no decorrer da colonização os somalis se organizaram. A ameaça das incursões cristãs aos fundamentos sociais e econômicos de sua sociedade, além da busca pela destruição da religião islâmica gerou uma nova *jihad* no início do século XX. Organizada por Sayyid

Muhammad Abdille Hasan¹⁴, eles lutaram contra a ocupação europeia e etíope (IBRAHIM, 2010a; IBRAHIM, 2010b).

Sayyid Hasan lecionou e pregou em Berberā, estimulando seus compatriotas a seguirem o caminho da estrita fé muçulmana. Convencido que as incursões cristãs (europeia e etíope) ameaçavam os fundamentos sociais e econômicos da sociedade somali e que as incursões cristãs procuravam destruir a religião islâmica, tornou-se líder de mais uma *jihad* no Chifre da África. Além de ser fruto do quadro geral do renascimento islâmico, esta *jihad* sofreu influências do movimento mahdista sudanês (IBRAHIM, 2010a).

O autor Hassan Ibrahim (2010a, p.96) ainda acrescenta que:

Um dos fatores mais sérios a impedir a unificação dos somalis nômades era o sistema de linhagem tradicional com suas vassalagens “tribais”. Graças ao seu carisma pessoal e as suas qualidades de chefe, Sayyid chegou a assumir o comando de uma tropa heterogênea, recrutada em vários clãs somalis, e a criar um exército regular de cerca de 12 mil homens. Para mobilizar os diferentes grupos contra a administração colonial, apelou para os sentimentos religiosos deles, fosse qual fosse o clã. Compôs, além disso, grande número de poemas, dos quais muitos ainda conhecidos na Somália, e assim “uniu uma multidão de clãs inimigos sob a dupla bandeira do Islã e da pátria”.

Sayyid iniciou sua *jihad* em Berberā, onde tentou, de 1895 a 1897, sublevar a população contra os invasores. Contudo, seu primeiro ato revolucionário ocorreu apenas em 1899, quando ocupou Burao, no centro da Somália britânica. Em resposta, os britânicos, contando com o apoio italiano, enviaram quatro expedições no período de 1900 a 1904 para repelir os ataques de Sayyid. Porém, o líder resistiu com sua excepcional capacidade militar e seu uso da cavalaria e táticas de guerrilha, obtendo êxito e atingindo um certo número de vitórias, como a conquista na colina de Gumburu em 1903. No entanto, em 1904 suas tropas já se encontravam muito debilitadas, causando sua retirada para o protetorado italiano de Mídjurtayn, onde assinou o tratado de Illing, no qual impunha suas condições aos italianos, em 1905 (IBRAHIM, 2010a).

Três anos depois, em 1908, Sayyid organizou um novo ataque, obrigando os britânicos a desocuparem o interior do país e se concentrarem no litoral em 1909. Quando, em 1913, uma força policial montada em camelos que havia sido recentemente criada é aniquilada no litoral, os ingleses foram forçados a se aliarem com o governador etíope de Harar para que preparassem expedições conjuntas contra Sayyid. A luta perdurou até 1920, quando Sayyid

¹⁴ Nascido em 1864, Sayyid já conhecia a fundo o Alcorão aos sete anos de idade e aos 19 deixou a casa paterna para ir estudar nos principais centros de cultura islâmica da África oriental, Harar e Mogadíscio. Em 1895, ele peregrinou até Meca, onde estudou com o sheik Muhammed Salih e entrou para a sua seita — a Ordem de Salihiyya — e passou um ano na Arábia, visitando igualmente o Hedjaz e a Palestina. Após esse período, o mesmo instalou-se por algum tempo em Berberā (IBRAHIM, 2010).

falece em Imi, na Etiópia (IBRAHIM, 2010a). A atuação, em vida, de Hassan desempenhou um importante papel para a etnia Somali, pois sob seu comando

[O] povo somali havia conseguido fustigar os imperialistas europeus e os etíopes durante vinte anos, obtendo vitórias militares, políticas e mesmo diplomáticas. Evidentemente, a *djihad* somali não logrou expulsar os estrangeiros, mas estimulou um forte sentimento nacionalista. Os somalis sentiram-se unidos na luta contra a invasão europeia. Por outro lado, o combate de Sayyid Muhammad deixou na consciência nacional somali um ideal de patriotismo que jamais se apagou e que viria a inspirar as gerações seguintes (IBRAHIM, 2010a, p. 97).

Durante o entre guerras, apesar da morte de Sayyid em 1920, o sentimento nacionalista marcou o povo somali. O uso do nacionalismo derivado do patriotismo de inspiração religiosa na Somália permitiu que Sayyid Muhammad operasse na fusão da religião com o sentimento patriótico. Isso se dá em um momento em que o avanço imperialista europeu devido à Primeira Guerra Mundial e seu pós-guerra se intensifica, abalando o Chifre da África com as pressões econômicas dez ou vinte anos antes da Crise de 1929. Essa atuação mais europeia gerou nas colônias uma nova onda de militância anti-imperialista (IBRAHIM, 2010b).

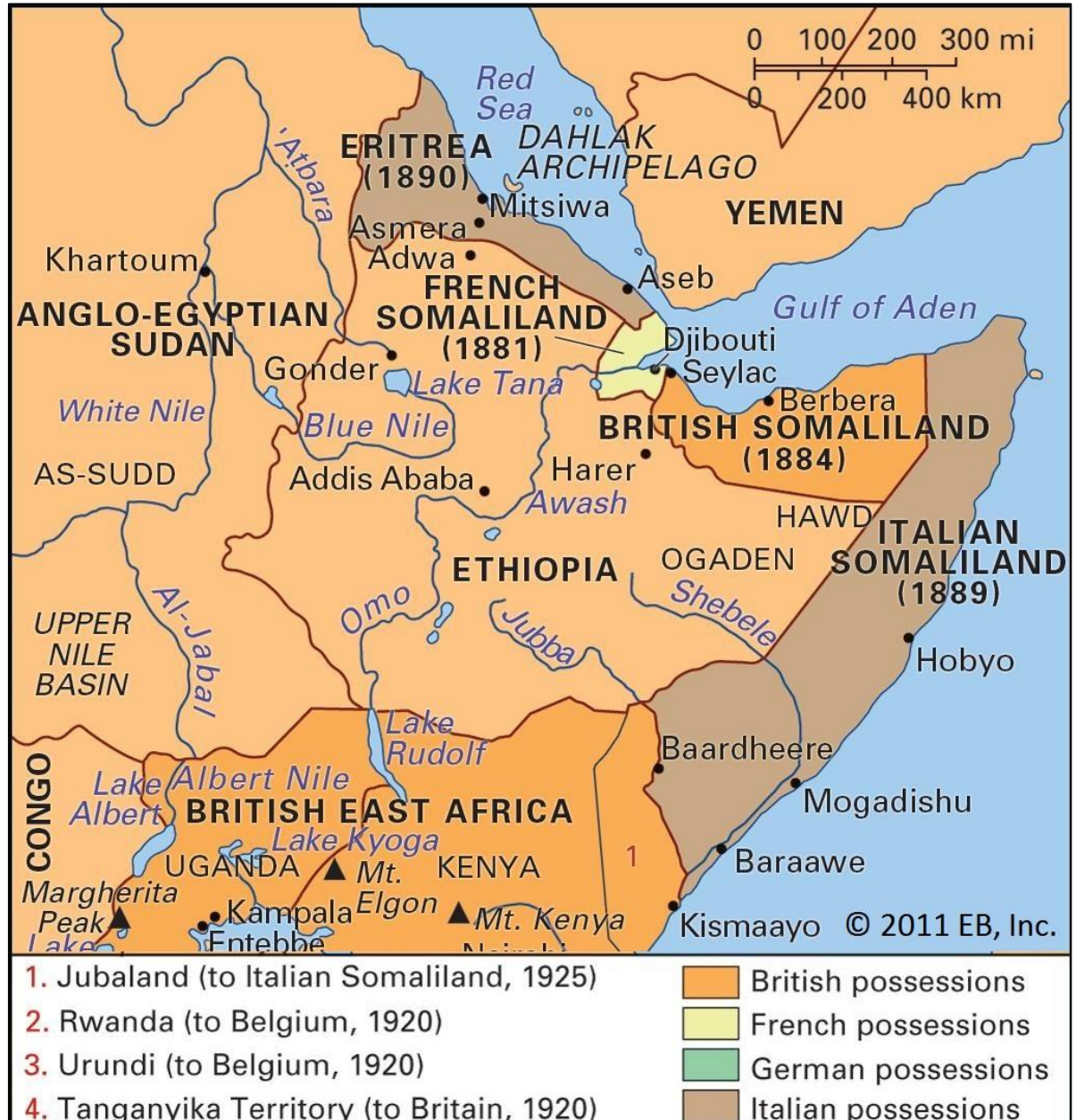
Enquanto a dominação colonial era consolidada, os colonizadores tinham que enfrentar a montante maré da militância anticolonialistas e o início de uma organização política efetiva na luta pela liberdade e igualdade frente a eles. No que tange aos somali, que já possuíam o sentimento de nacionalismo étnico arraigado, o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo sentimento de identidade reforçado pela luta contra britânicos, franceses e italianos no território da Somália (IBRAHIM, 2010b).

Ademais, teve-se o choque da população com as inovações sociais introduzidas pelo colonialismo no contexto dessa sociedade. As tradicionais instituições sociais e políticas foram destruídas pelos colonizadores e um novo modelo radicalmente distinto foi imposto. A colonização retirou a autonomia das instituições somali e sufocou seu nomadismo, impondo um sistema de administração centralizado em que todos os poderes efetivos eram devolvidos aos administradores coloniais, retirando qualquer responsabilidade dos somali e os restringindo a alguns postos subalternos (IBRAHIM, 2010b).

Na Somalilândia Britânica os chefes designados pela administração colonial eram conhecidos como *akils*, enquanto na Somalilândia Italiana o termo utilizado era *capos*. Apesar da diferença no nome, o papel deles era o mesmo: seu posto era meramente consultivo e servia para transmitir as diretrizes coloniais à população. Ademais, antes da era colonial os somali não estavam sujeitos a qualquer imposto governamental, além do foro do *cadi* e das taxas de importação e exportação.

Figura 3: Divisão política do Chifre da África no período colonial

Fonte: EB, Inc. 2011.



Isso muda com a presença das potências coloniais, que fizeram campanhas para mobilizar e explorar todos os recursos humanos e materiais dos somali por intermédio dos chefes nomeados, os quais desconsideravam as autoridades tradicionais. Impostos diretos foram instituídos pela primeira vez, sob a forma de imposto anual sobre as palhotas na Somalilândia Italiana e o gado na Somalilândia Britânica. Não bastasse os impostos e o desrespeito pelo

modelo tradicional do povo, a mão de obra somali era recrutada à força para as empresas coloniais¹⁵ (IBRAHIM, 2010b).

Sendo assim, não é surpresa o ato de que surge entre os somali um ressentimento geral contra o colonialismo. Afinal, o controle sobre a etnia incomodava por fatores identitários, como forte sentido de independência e desdém por todos os elementos estrangeiros, sobretudo pelos cristãos de raça branca, e somavam-se a humilhação que estavam sendo submetidos. Desse modo, não tardou que a etnia se opusesse à essas inovações (IBRAHIM, 2010b).

Portanto, a resistência dos somali à dominação colonial no entre guerras foi uma resposta direta a essas mudanças sociais. A expressão dela se deu com movimentos de protestos realizados de duas formas: movimentos locais e movimentos da elite. Este primeiro era predominante nas colônias europeias e no Ogaden ocupado pelos etíopes, pois os somali não constituíam uma entidade política autônoma. Sua organização era dividida em diversos e vastos clãs que possuíam subdivisões marcadas por uma grande variedade de grupos, sendo estes formados por alguns milhares de homens reunidos em torno de um rei (IBRAHIM, 2010b).

Essa divisão fez com que houvessem levantes locais numerosos e diversos, mas o caso de Hādji Hasan, da tribo dos Galjal Haya, frente ao comissário regional é um interessante exemplo do sentimento geral dos somali frente aos administradores coloniais. Sob a ordem de entregar suas armas de fogo e munições, Hasan, que posteriormente seria capturado, respondeu:

Não aceito a sua ordem. Não nos entenderemos consigo de forma alguma, pois vocês romperam o nosso pacto [...] O governo tem a sua lei e nós temos a nossa. Não aceitamos ordens senão dos nossos. [...] Se penetrarem em nosso país para fazer a guerra, nós os combateremos por todos os meios [...] Todos os muçulmanos estão unidos (LEWIS, 1966, p. 151).

O italianos encontraram dificuldades com os Midjurtyn, sendo vencidos pelo levante em al-Bur, sob o comando de ‘Umar Samatar, membro do clã dos Midjurtayn, designado pelos italianos como chefe da população local, e pela emboscada em Bot. Samatar e alguns de seus partidários chegaram, ainda, a cruzar a fronteira para entrar na Etiópia, onde fizeram uma campanha contra a infiltração italiana no Ogaden e atacaram postos fronteiriços. Enquanto isso, no sultanato de Midjurtayn, o sultão, ‘Uthman Mahmud, recusou a posição subalterna que os colonialistas atribuíram a ele e a seu povo. Seu movimento continuou a ganhar força mesmo

¹⁵ Foram recrutados 2 mil Somali como trabalhadores braçais durante a Primeira Guerra Mundial pelos franceses, dos quais 400 morreram e 1200 ficaram feridos. Os administradores italianos realizavam razias frequentes para conseguir a mão de obra necessária a suas plantações da Somália. Os trabalhadores assim arregimentados eram reunidos de acordo com a origem étnica ou tribal, e obrigados a viver em aldeamentos coloniais, nos consórcios (IBRAHIM, 2010b).

com a repressão colonial, fazendo frente ao invasor por aproximadamente dois anos até ser preso em 1927. A continuidade da luta foi realizada por seu filho, Herzi Bogor, que contou com o apoio dos chefes tradicionais, que preconizavam a guerra total, e, em dezembro de 1925, atacou as bases italianas de Ras Hafun, expulsando uma guarnição italiana de Hordio. Em janeiro de 1926, realizou outro grande ataque nas instalações italianas no cabo Guardafui e outro assalto ainda mais audacioso contra Eil, na foz do Nogal. Os colonialistas reagiram da mesma forma que fizeram com seu pai, realizando prisões e deportando os líderes. Herzi foi para a Etiópia, retornando depois para Mogadíscio, onde morreu de varíola (IBRAHIM, 2010b).

No entanto, segundo Hassab Ahmed Ibrahim (2010b, p.697),

[A] memória sempre presente da revolta de Sayyid Muhammad consolidou o espírito de resistência no coração de inúmeros Somali do protetorado. Eles prosseguiram na sua ação, sempre dispostos a fustigar o regime colonial quando o sentiam enfraquecido. Alguns partidários de Mulla, como Farah ‘Umar e Hādjdj Bashīr Yūsuf, continuaram a luta. Além disso, levantes locais foram muitas vezes organizados contra os britânicos, principalmente no oeste e nas fronteiras orientais. Certos dirigentes religiosos consideravam que a inovação representada pela educação ocidental no protetorado servia aos missionários cristãos e constituía, portanto, ameaça para o islão. As tentativas feitas em 1920 e 1935 para desenvolver esse tipo de ensino suscitaram violenta oposição, que, afinal, se traduziu em dois tumultos, um em Burao em 1922, outro em Baro em 1936. Neste, o diretor britânico da educação, que acabava de ser nomeado, foi recebido com uma saraivada de pedras.

Ademais, os levantes locais contra italianos e britânicos não foram os únicos: os franceses também enfrentaram levantes significativos. Os Afar e os Issa, os dois principais grupos étnicos da Somalilândia francesa, foram igualmente hostis à administração colonial. Habitado pelos Afar, os sultanatos de Tadjura e de Gobaad eram particularmente ativos, o que resultou na deportação do sultão de Gobaad para Madagascar em 1931.

Sobre os Issa, Hassab Ibrahim (2010b, p.697) aponta que:

As potências coloniais dividiram arbitrariamente a Somália, sem consultar os membros dos clãs, nem levar muito em conta a sua distribuição geográfica ou suas necessidades de pastagem. Assim, os clãs dos Gadabursi e dos Issa ficaram divididos entre o Reino Unido e a Etiópia e, no caso dos Issa, também a França.

O caso deles não era isolado. As fronteiras muitas vezes dividiam grupos étnicos e as terras pertencentes a um determinado grupo eram concedidas a novos proprietários, que não possuem qualquer direito a elas.

Resultou daí uma certa agitação, com os Somali desejosos de recuperar suas terras ou de se juntar aos parentes de quem tinham sido separados. Muitas vezes os Somali resistiram pela força a delimitação colonial das fronteiras. A comissão mista

anglo-etíope, encarregada em 1932 de fixar as fronteiras do protetorado, também enfrentou violenta oposição dos membros dos clãs dessa região, e o funcionário responsável foi morto.

Os levantes locais contra a dominação colonial na Somália foram de porte e natureza limitados. Organizados no quadro tradicional do fragmentado sistema somali, era muito difícil coordena-los em escala nacional. As rivalidades ancestrais entre os diversos clãs, as lutas que travavam para ter acesso a fontes de água e pastagens, constituíam empecilhos para a resistência somali. Os administradores coloniais tiravam partido da situação para jogar um grupo étnico Contra o outro, bem como para encontrar agentes e aliados. A brutalidade na repressão aos levantes também explica, até certo ponto, o caráter limitado dos movimentos. Não obstante, proporcionaram um elemento de continuidade da era anterior e lançaram os alicerces para a resistência popular ulterior ao colonialismo na Somália (IBRAHIM, 2010b, p. 698).

No que tange aos protestos da elite, os membros da elite intelectual e os somali com consciência política foram os responsáveis por organizar associações que conduziram a campanha política dos modernos nacionalistas somali (funcionários públicos, comerciantes, etc.). O antigo funcionário colonial e político de vanguarda Hadjdjī Farah ‘Umar denunciou os excessos da administração e fez campanha pela melhora das condições econômicas e expansão do ensino em sua militância nacionalista. O mesmo não limitava suas ações ao protetorado britânico, onde residia e militava, interessando-se por tudo o que dizia respeito aos territórios dos somali.

Farah ‘Umar foi exilado em Aden, entretanto, graças a cooperação da comunidade somali desta cidade, ele fundou a Associação Islâmica dos Somali, que não era um organismo político propriamente dito, mas defendia os interesse desse povo. Além disso, ele publicou artigos nos jornais de Aden fez cartas e petições dirigidas ao governo britânico, a imprensa inglesa e aos membros do Parlamento de Londres, atraindo a opinião inglesa para as aspirações nacionais dos somali (IBRAHIM, 2010b).

Reuniões clandestinas também marcaram os protestos da elite. Funcionários coloniais subalternos e os clubes políticos criados por volta de 1935, pelos comerciantes nas principais cidades do protetorado, se reuniam com o objetivo de recrutar adeptos de qualidade. Apesar de não formarem grandes organizações, o papel desempenhado por essas reuniões marcou aquele momento por “expressar as reivindicações populares e estimular a tomada de consciência política nas vilas e nos centros urbanos” (IBRAHIM, 2010b, p. 699). Na Somalilândia Francesa, o Sindicato dos Marítimos, fundado em 1931, atuava da mesma forma.

A Liga Nacional da Somália (*Somali National League* no inglês, cuja sigla é SNL), nasce como a mais importante associação de “jovens” a partir dessas tentativas. Desde sua fundação, em 1935, a SNL surge como uma organização pan-somali que “se esforçou para romper todas as resistências tradicionais a um patriotismo nacional” (IBRAHIM, 2010b, p.

699). A Liga continuou a existir sob diversas denominações até que, em 1951, tornou-se um verdadeiro partido político dentro do protetorado britânico (IBRAHIM, 2010b). Esse fato influenciaria na história da Somália pelas décadas que ainda viriam e até mesmo no conflito pelo Ogaden etíope.

Para Hassab Ibrahim (2010b, p. 699-700)

Essas associações criadas pela elite, contudo, não desempenharam senão papel limitado na mobilização das massas contra o colonialismo. Não se deve esquecer que a *intelligentsia*, a única capaz de organizar e sustentar um movimento político moderno, era muito reduzida, uma vez que a educação de tipo ocidental era, na época, quase inexistente na Somália. Ademais, as autoridades agiam prontamente para castigar os ativistas entre a elite intelectual, obrigando-os, por exemplo, a pedir demissão das funções ou nomeando-os para regiões longínquas. No entanto, a incipiente consciência que criou essas associações transformou-se em desenvolvida consciência política nos anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial.

Portanto, a história dos somali como povo é marcada desde o século XV por um sentimento nacionalista que, entre o fim do século XIX e início do século XX pegou mais força movido por uma segunda *jihad* e pelo sentimento anticolonialista nas regiões sob seu domínio. Seu etnonacionalismo, apesar de não ter evitado a colonização, mobilizou o povo em movimentos de resistência, dificultando o governo dos países imperialistas e gerando vitórias que seriam motivo de orgulho para a etnia.

3 OS SOMALI DURANTE O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA SOMÁLIA

Este capítulo aborda o fim do período colonial no Chifre da África. Seu foco reside no processo de independência das somalilândias e o papel desempenhado pelos somali nessa conquista. Aqui o foco principal é a Somália, que nasce da independência da Somalilândia Italiana e a posterior anexação da Somalilândia Britânica, no entanto, aborda-se também o processo que se deu no Djibuti, antiga Somalilândia Francesa e como as ações políticas dos somali na Somália impactaram esse país domesticamente.

3.1 SOMALILÂNDIA ITALIANA E BRITÂNICA

No fim da Segunda Guerra Mundial, todos os Estados no Chifre da África se encontravam sob alguma forma de controle político e militar. A Etiópia, ainda que independente, possuía uma forte presença militar britânica que influenciava sua vida política.

Na Somalilândia Italiana, o fim da Itália da qualidade de potência colonizadora não implicou na independência do protetorado. Entre a década de 1940 e 1950, algumas partes do Ogaden etíope e grandes zonas fronteiriças com as somalilândias britânica, francesa e italiana se encontravam sob administração militar britânica de forma forçosa e indefinida.

Essas regiões passaram por profundas modificações a partir de outubro de 1935, quando se deu a invasão italiana no Ogaden. Oito meses depois, a captura de Addis Ababa pelos invasores forçou a fuga do imperador Selassié e marcou o início da breve ocupação italiana no território. Os etíopes resistiram, mas foi apenas em 1940, quando os italianos declararam guerra à França e à Inglaterra, que essas potências passaram a apoiar os etíopes. Em março do ano seguinte os rebeldes etíopes receberam apoio britânico e iniciaram a guerra de libertação da Etiópia, resultando na derrota e expulsão dos invasores. No mesmo ano, os britânicos ocuparam à força as colônias italianas da Eritréia, Somalilândia e o deserto de Ogaden, estabelecendo a Administração Militar Britânica (BMA), que possuía um caráter temporário (CARDOSO, 2019). A Etiópia só reconquista o controle sobre a maior parte de seu território em 1944, após acordos realizados com os britânicos. No entanto, o Ogaden e as Zonas Reservadas foram retirados desse acordo, sendo devolvidos apenas em 1954, quando os britânicos se retiraram do território (HRBEK, 2010).

No que tange ao povo somali, este contava com o apoio dos britânicos que, frustrados pelo seu fracasso em dominar a ex África oriental italiana após a Conferência de Postdam, resolveram adotar como estratégia a defesa dos somali para, posteriormente exercer forte influência ou controle sobre os mesmos. A proposta britânica era unificar todas as terras somali sob um único governo, a Grande Somália, com o objetivo de estabelecer uma tutela britânica que, além da Somalilândia Britânica, dominaria territórios etíopes e a Somalilândia Francesa. A proposta realizada em 1946, conhecida como “Plano Bevin” encontrou forte oposição dos Estados Unidos da América (EUA), da França e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), assim como a etíope. Afinal, os britânicos já ocupavam o Ogaden e a fronteira do protetorado francês militarmente neste período. Estima-se, também, que naquele ano a Liga da Juventude Somali (LJS), criada em 1943, já contava com cerca de 25 mil membros, se tornando rapidamente a principal defensora do nacionalismo Somali¹⁶ (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

¹⁶ No mesmo período surgiram outros grupos, como a Hisbia Digil Mirifle (HDM) no Sul, a Liga Nacional Somali (SNL) e o Partido Somali Unido (USP) no Norte. Estes movimentos, no entanto, eram organizados e liderados por uma elite ocidentalizada, diferenciando-se, portanto da LJS. No que diz respeito especificamente à HDM, tem-se um partido marcado por um caráter anti-LJS e que possui indícios de colaboração com os italianos, que lhes dava suporte financeiro para lutar contra a LJS. Neste caso, talvez a educação ocidental, principalmente os filhos dos

Aproveitando o apoio britânico concedido pelo interesse dos mesmos no controle da região, os somali tiraram proveito da breve unificação dos territórios que habitavam para fortalecer e enraizar sua ideologia nacionalista entre os jovens intelectuais (HRBEK, 2010). É digno de destaque que, no caso das escolas abertas pelos italianos na Somalilândia Italiana, a ênfase do período do *Risorgimento*, relativo à unificação da Itália no séc. XIX, levou os jovens somali a compararem sua própria situação com a dos italianos de outrora, pois também se encontravam em conflito com um “império multinacional cuja derrubada, com a libertação dos compatriotas, era julgada como progressista sob todos os pontos de vista.” (HRBEK, 2010, p. 180). Esse fato é interessante por mostrar uma fatia do impacto da história europeia e o modo que os colonizadores impuseram seus modelos de educação, incluindo as diretrizes de estudo e focos, em um dos maiores movimento etnonacionalistas do Chifre da África¹⁷.

Os italianos esperavam conquistar a tutela do território somali renunciado por eles, mas enquanto negociavam esse domínio na ONU, entre 1948 e 1949, uma onda de manifestações populares estourou no Mogadíscio em oposição. O sentimento anti-italiano era claro nas manifestações da Liga da Juventude Somali (LJS), na qual mulheres participavam ativamente na luta por independência. Apesar dos protestos da população, as três potências ocidentais eram favoráveis à tutela italiana, resultando na decisão da Assembleia Geral por estabelecer uma tutela italiana de 10 anos no sul da atual Somália sob a supervisão da ONU, postergando a independência que a população desejava (HRBEK, 2010). No entanto, a administração italiana não foi tarefa fácil neste período, pois

Durante a ocupação britânica, a LJS tornara-se o partido político dominante, tomando a dianteira frente os outros partidos, ligados a clãs, igualmente constituídos durante este período. Um dos principais efeitos do retorno dos italianos foi a multiplicação dos partidos políticos, tanto que, em marco de 1954, a época das primeiras eleições municipais, computavam-se vinte agremiações contra oito em 1950. Este quadro refletia muito fielmente a estrutura marcada por clãs, própria a sociedade somali. Embora os partidos ligados a clãs tenham oficialmente feito figurar os objetivos nacionalistas e pan-somali em seus programas, eles não permaneceriam, contudo e não menos, ligados a defesa e a promoção de seus interesses particulares. Os três primeiros anos da década foram marcados por fortes tensões entre os italianos e a LJS

chefes e aqueles que trabalharam para a administração colonial, recebida pela elite ocidentalizada que o coordenava pode ter favorecido essa inclinação pró-Itália (CARDOSO, 2019).

¹⁷ Outro país que teve influência ocidental no seu modelo de educação foi a Etiópia. Segundo Cardoso (2019), Selassié colocou em prática um programa de reforma que visava a modernização do império e tinha como peça central a expansão do sistema de educação na década de 1950, O objetivo era criar uma classe de tecnocratas para serem integradas às instituições do governo. Dessa forma, o programa enviava os alunos mais “brilhantes” do ensino secundário para o exterior de modo que pudessem cursar o ensino superior no Ocidente (CARDOSO, 2019). A primeira universidade do país foi fundada em 1950, fruto dessa política, mas o Instituto de Estudos Etíope, que é voltado para a coleta e compreensão da história, cultura e linguagem etíope, só foi fundado em 1963, sendo seu fundador um acadêmico britânico, Richard Kir Pethick Pankhurst (1927-2017).

que, por sua vez, reclamava maior participação na administração e organizava numerosas manifestações anti-italianas (HRBEK, 2010, p. 181).

Entretanto, após a LJS confirmar sua dominância nas eleições municipais de 1954, a hostilidade dos italianos em relação ao partido foi gradativamente reduzida pela compreensão italiana de sua impossibilidade em fazer frente à formação de uma Somália independente. No entanto, até o fim da tutela italiana, nem tudo caminhava em perfeita harmonia na Somália (HRBEK, 2010). Segundo Hrbek (2010, p.182)

Em fevereiro de 1955, na ocasião das primeiras eleições legislativas gerais, a LJS obteve novamente a maioria dos votos. Plenos poderes estatutários para os assuntos internos foram conferidos a nova Assembleia e o primeiro governo Somali foi formado sob a direção de Abdillahi Ise. Todavia, o chefe da administração da tutela italiana guardou um direito de veto absoluto e conservou a sua primazia jurídica sobre os assuntos militares e externos; além disso, os ministros somalis estavam rodeados de conselheiros italianos. Tensões e cisões produziram-se no seio da LJS, concomitantemente ao aumento do seu poder e com aproximação da independência. Em que pesem as suas pretensões de conduzir uma política pan-somali, este partido estava na realidade dilacerado por conflitos entre os seus membros daroud e hawiye.

O mesmo não ocorria na Somalilândia Britânica, ao norte da Somalilândia Italiana, onde a Grã-Bretanha vetava a formação de um sistema representativo fundado em partidos políticos. A administração colonial reservava esse papel exclusivamente aos clãs e perseguia os partidos políticos fundados antes de 1950, como a Liga Nacional Somali (SNL) e a Liga da Juventude Somali (LJS). O Conselho Legislativo foi instaurado apenas em 1957 e permaneceu com seus poderes extremamente limitados até 1960 (HRBEK, 2010).

Nessa época, o fervor nacionalista causado pela transferência do Haud e a Zona Reservada para a Etiópia, regiões povoadas por somali, gerou manifestações maciças e a organização de um movimento nacional, a Frente Nacional Unida. Enquanto a Etiópia encarava esse acordo como uma devolução de seu território e fim do domínio militar britânico sobre si, os somali desejavam o retorno do Haud e a independência. A campanha pelo território fracassou, mas o desejo de se tornarem independentes continuou vivo, tornando-se a principal preocupação de todos os partidos (HRBEK, 2010).

Segundo Hrbek (2010, p. 182-183),

A crescente pressão dos nacionalistas, o Conselho Legislativo foi reformado no início de 1959, de forma a compreender doze membros somali eleitos; um ano mais tarde, em razão do julgamento da insuficiência da reforma, foi adotada uma nova Constituição prevendo uma representação somali mais ampla e uma responsabilidade ministerial. Os acontecimentos precipitaram-se com a aproximação da data da independência da Somália. Desde 1959, os delegados de todos os partidos políticos da Somalilândia participaram, em Mogadíscio, da formação do Movimento Nacional

Pan-Somali; em abril de 1960, os membros eleitos do novo Conselho Legislativo votaram, de forma unânime, uma resolução requerendo a declaração da independência para o dia 1º de julho de 1960 e a unificação com a Somália. Uma delegação dirigiu-se a Mogadíscio e concluiu um acordo tangente a futura república unida. A Somalilândia tornou-se plenamente independente em 20 de julho de 1960, a Somália alcançaria a sua independência em 1º de julho e, como acordado, os dois territórios tão logo fusosar-se-iam.

Desse modo, unificar-se-ia as somalilândias italiana e britânica. A Somalilândia Abissínia nele apresentada se trata da região do Ogaden, planalto etíope habitado pelos somali, o qual a entrega para a formação da Grande Somália havia sido recusada. Por não se tratar de um território bem delimitado, sua borda não se encontra definida oficialmente em mapa algum da época.

Logo, é derivado desse processo que surgiu o atual território da Somália. A organização política dos somali para que a independência fosse conquistada contrasta com o modo que a etnia reagia e se articulava no século anterior. Alguns elementos característicos de sua identidade, no entanto, se viram preservados e reforçados na etapa colonial, tendo sido utilizados como instrumento na formação e articulação dos movimentos de resistência e partidos políticos somali. A independência da Somália parecia, naquele momento, o primeiro passo para a formação da Grande Somália, sendo uma importante conquista para o povo no novo país e os membros da etnia que ainda continuavam subjulgados por outros países.

3.2 SOMALILÂNDIA FRANCESA

O fim dos protetorados britânico e italiano, assim como a fusão dos mesmos, não significou a independência de todas as somalilândias. No que diz respeito à Somalilândia francesa, chamada até 1967 de Costa Francesa dos Somali e posteriormente conhecida como Território Francês dos Afar e dos Issa (TFAI), o clamor local por independência foi por muito tempo ignorado. Os franceses encontravam no território um porto favorável devido ao seu notável posicionamento estratégico e a constituição do ponto final da única linha ferroviária etíope. As vantagens, portanto, eram suficientes para garantir uma forte oposição da França à qualquer reivindicação de independência proveniente da população nativa (HRBEK, 2010).

Eles utilizavam a leve predominância somali sobre o segundo maior grupo étnico, os Afar, que era quase equivalente em termos numéricos, para postergar indefinidamente a independência. A administração colonial exacerbava a rivalidade entre ambas as etnias e favorecia sistematicamente os Afar nômades, denominados *danakil*, em comparação ao somali

mais urbanizados. A política atingiu parcialmente seus objetivos, mas a realidade local era outra. Hrbek (2010) destaca que antes de 1958, os dois principais rivais no cenário político, Mahmud Harbi e Hassan Gouled, recrutavam partidários dos dois grupos étnicos e eram ambos de origem Issa (somali). O fator que os opunha, ao invés de ser uma rivalidade étnica, era na realidade o posicionamento favorável à unificação com a Somália independente por Harbi, enquanto Gouled era pró-França, defendendo um estreitamento da relação de união com os franceses.

Foi esse posicionamento pró e anti-administração colonial entre os grupos políticos rivais que fez com que, em 1958, Harbi fugisse para o exterior, mesmo tendo ganhado as eleições de 1957 e tornando-se presidente do Conselho de Ministros. Foi, então, organizado um referendo por de Gaulle que confirmava a adesão do protetorado à Comunidade Francesa, tal como havia ocorrido em todos os territórios franceses na África à exceção da Guiné. Entretanto, o referendo contou com a participação de uma minoria de eleitores, visto a tendência da maioria em favor de Harbi, um líder com posicionamento favorável aos clamores pan-somali (HRBEK, 2010).

A preparação da independência da Somalilândia Francesa ainda demoraria vinte anos. Ainda que as outras colônias francesas na África estivessem conquistando suas independências, a França recusava-se a abrir mão de seu protetorado. Durante esse período, tendo em vista as tendências pan-somali dos Issa, a administração colonial apoiou dirigentes políticos Afar. Além disso, os militantes somali eram, em sua maioria, exilados, além de só conquistarem um partido político oficialmente reconhecido, a Liga Popular Africana pela Independência (LPAI), em 1972, quase quinze anos depois da saída de Harbi motivada por perseguição política (HRBEK, 2010).

Apesar disso, os somali não se mantiveram inertes. A atuação de um partido clandestino com sede em Mogadíscio, a Frente de Libertação da Costa dos Somali (FLCS) possuía um caráter mais revolucionário. Em 1974, a revolução etíope fortaleceu o movimento de libertação, contribuindo para a organização de operações de guerrilha abertamente empreendidas contra os franceses pela FLCS. Assim, a independência foi reclamada não somente pela LPAI, mas igualmente pela União Nacional pela Independência (UNI), um partido Afar. Como consequência, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução estipulando a independência imediata do país em 1975. Dois anos depois, sob o nome de República do Djibuti e o comando de Goules, líder da coalizão formada entre a FLCS, a LPAI e alguns partidários de ‘Ali Arif Bourhan, líder da UNI, que recebeu o nome de União Popular pela Independência (RPI) (HRBEK, 2010).

Dessa forma, o território que os somali lutaram para unificar ficou distribuído entre três países, Djibuti, Etiópia e Somália. Além desses Estados, uma fatia do Quênia também se encontrava habitada de forma expressiva pelos somali, no entanto esta não será aqui abordada. Dessa forma, enquanto o movimento pan-somali havia conquistado sua independência e unificado a Somalilândia Italiana com a Somalilândia Britânica, atingindo parcialmente seu objetivo de unificar todos os territórios habitados pelos somali, a Somalilândia Francesa teve suas inclinações favoráveis ao movimento sufocadas de forma vigorosa pela administração francesa à época da independência da Somália. O resultado dessa ação foi a independência tardia do território, resultando na formação de outro país independente quase vinte anos depois, ao invés da anexação do território pela Somália. Assim, a influência dos Estados vizinhos e a atuação somali influenciou o contexto doméstico, apesar dos esforços franceses em manter o total controle sobre seu protetorado.

4 A ETNIA SOMALI NA ETIÓPIA DURANTE AS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980

Os etnonacionalismos formam um ponto importante na história da Etiópia, principalmente no que diz respeito ao período da década de 1970 até o início da década de 1990. Esses sentimentos contribuíram para desestabilizar regimes e pautar o desenvolvimento do um federalismo étnico etíope, implementado em 1994 pela Frente Democrática Revolucionária dos Povos Etíopes (FDRPE). Essenciais para se compreender a política doméstica etíope no século XX e XXI, assim como a guerra civil enfrentada pelo país, a atuação das etnias e de outros grupos da população no país geraram consequências tanto a nível doméstico quanto internacional, marcando um conturbado período na história do país. Portanto, esse capítulo abordará a atuação das etnias, em especial a somali, durante esse período.

Em primeiro lugar, para que se tenha uma base referente ao comportamento dos somali na Etiópia nesse período, será realizado um panorama sobre o mesmo na década anterior à revolução etíope, ou seja, 1960. O segundo subcapítulo aborda o andamento da atuação da etnia somali e de outros grupos que a influenciaram durante a Etiópia Revolucionária, período compreendido 1974 e 1991. As consequências dos fatos históricos abordados neste capítulo nos dias atuais é o foco do capítulo seguinte.

4.1 O OGADEN DE SALASSIÉ

Parte da base do que leva ao comportamento somali no período da Etiópia Revolucionária é dada na última década do governo de Hailé Selassié. É nesse período que as demonstrações de insatisfações somali passam a escalar e seu principal grupo armado de oposição surge. O contexto internacional da época é essencial para a compreensão do que se passou domesticamente e como isso afetou a política externa da Etiópia na década de 1960. Afinal, a independência da Somália gerou impactos nos territórios somali sob controle da Etiópia.

Ocorria que, nessa época, o nacionalismo Somali era visto como um grande desafio, pois estimulava a secessão da área povoada pela etnia e a anexação da mesma pela República da Somália, para que a formação da Grande Somália pudesse ocorrer. Isso correspondia, para a Etiópia, a perda de aproximadamente um quinto de seu território (ver mapa abaixo) (TOUVAL, 1963).

Figura 3: Divisão da Região Somali por zonas e woreda.



Fonte: ADEGEHE, 2009.

O território Somali no país era, em sua maior parte, um planalto semiárido que até essa década não era visto como um território promissor, no qual a anexação pelo Imperador Menelik II visava apenas frear o avanço das potências ocidentais. Logo, devido à falta de interesse, o Ogaden preservou por décadas certo grau de autonomia, mantendo suas estruturas sociais indígenas intactas¹⁸. Isso possibilitou que, apesar de existentes, as tensões com o domínio etíope fossem mínimas durante esse período (GOZÁLEZ, 2007). No entanto, a partir de 1960 o potencial para agricultura e desenvolvimento mineral, assim como a exploração dos recursos hídricos do Ogaden em seu potencial total despertaram a atenção etíope. Havia, portanto, uma região com grande potencial, mas que contava com pouca tecnologia e investimento apropriado e que, por fatores políticos, a Etiópia corria o risco de perder (TOUVAL, 1963).

No intervalo compreendido entre a anexação do território por Menelik II e a década de 1960, os confrontos entre os somali e os etíopes eram marcada por baixos níveis de violência e pelas pilhagens de rebanhos das tribos por oficiais etíopes corruptos. A situação escalou por volta da década de 1940 com a expulsão dos italianos das terras somali na Segunda Guerra

¹⁸ Essa manutenção se traduziu na preservação dos chefes e anciões tribais como representantes legítimos do povo do Ogaden (GONZÁLEZ, 2007).

Mundial. A partir desse ponto, instaurou-se um clima de impaciência para que houvesse a formação de um Estado somali, originado pelo Movimento Pan-Somali. Consequentemente, na década seguinte a Etiópia passou a lidar com o desafio territorial derivado do desejo dos somali de unificarem todos os territórios habitados majoritariamente por eles (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Deste modo, Selassié foi confrontado com a possível perda de um território que o regime passara a ver como promissor e que correspondia a uma grande fatia do país. Somava-se a isto o desafio político que os somali representavam à composição multiétnica do Estado etíope. Afinal, a Etiópia é formada por um conglomerado de grupos étnicos e tribos distintas, sendo divididos por linguagem, cultura e religião. Sendo assim, a secessão de uma região podia fomentar ou agravar o desejo de outras etnias se tornarem independentes. Era o caso, por exemplo, da Eritreia, outra região na qual o povo desestabilizou os regimes vigentes nas décadas seguintes em sua busca por independência (TAREKE, 2009; TOUVAL, 1963).

Além disso, a área em questão era habitada quase exclusivamente por somali, com exceção de áreas nas quais a população era mestiça e as divisões étnicas haviam se tornado mais difíceis de detectar¹⁹. Com um nacionalismo próprio e autonomia preservada, essa zona fez com que Selassié investisse em políticas cada vez mais agressivas para romper com a concentração da etnia na região e facilitar a assimilação dos somali pelos Amhara (TOUVAL, 1963).

Contudo, não havia meios para o regime medir o nível de consciência política dos indivíduos na região e gerar respostas mais específicas. À época, não haviam partidos políticos no país e as organizações políticas dos somali na Etiópia eram inexistentes. Entretanto, cabe ressaltar que previamente tais organizações haviam existido sob a forma de filiais da Liga da Juventude Somali (LJS) durante a administração militar britânica em territórios etíopes. Todavia, elas foram desfeitas quando a autoridade etíope foi restaurada na região (TOUVAL, 1963).

Isso não significa que o povo somali na Etiópia se mantivesse alheio sobre as questões que lhe diziam respeito. Muito pelo contrário, eles se mantinham informados por meio de notícias e propagandas nacionalistas que eram levadas pelas tribos que migravam sazonalmente através das fronteiras, assim como pelo rádio, apesar deste meio ser mais limitado. Desta forma, os somali etíopes puderam acompanhar, por exemplo, o progresso do nacionalismo somali com a unificação da Somália, sob tutela italiana, com a Somalilândia Britânica (TOUVAL, 1963).

¹⁹ É o caso da área de Diredawa-Harar-Jigjiga, na qual algumas tribos de agricultores eram formadas por mestiços de somalis e oromos, sem se identificarem como parte de nenhum desses grupos. Ademais, os somali formam uma minoria nas três cidades, que são dominadas pelos amhara e oromo (YOUNG, 1963).

A questões nacionalistas encontravam diferentes respostas dependendo da zona somali na Etiópia. No país, as tribos somali possuíam certa afinidade para com seu etnonacionalismo, mas a intensidade do sentimento nacionalista e o nível de identificação com a causa variava entre elas (TOUVAL, 1963). Afinal, durante a década de 1950, havia nesse Estado uma grande diversidade de tribos (ver mapa da figura 1), as quais Touval (1963) resumiu em cinco grupos principais.

O primeiro grupo, os Issa, residia na porção nordeste, entre Harar e a Somalilândia Francesa, e era totalmente formado por nômades. Eles eram altamente pró-nacionalismo e possuíam um histórico de antagonismo com as autoridades etíopes, demonstrando fortes tendências anti-etíopes devido aos seus confrontos constantes com essas autoridades. Ao sul deles se encontrava a tribo Gadabursi. Esse grupo de agricultores sedentários vivia próximo à Jigjiga e a fronteira entre a Etiópia e a Somália. Além deles, haviam outras tribos sedentárias na região: os Absame e os Jidwak, ambos derivados dos Darood. Essas três tribos somali possuíam um nacionalismo mais moderado do que as tribos que entravam no território etíope sazonalmente, como os Ishaq (TOUVAL, 1963).

O terceiro grupo, os Ogaden, pertencentes à família Darood, vivia na parte central da área somali e eram nômades. Eles eram menos influenciados pelo nacionalismo somali, o que em grande parte era resultado de conflitos em seus interesses econômicos com o quarto grupo, formado pelos Ishaq, Dolbahanta, Mijertain, e Marehan. Estes se concentravam no centro da República da Somália e entravam na Etiópia sazonalmente. Um fluxo que, a partir da década de 1950, passa a ser modificado pela decisão de algumas frações dessas tribos de permanecerem em território etíope fixamente, não retornando para a Somália ou para a Somália Britânica²⁰. Talvez devido ao fluxo dentro da Somália, esse grupo é o que apresentava a postura nacionalista mais fervorosa (TOUVAL, 1963).

Essa questão econômica está pautada no interesse dos somali sobre os planaltos e vales alimentados por inúmeros rios, além das grandes chuvas sazonais nas regiões férteis da Etiópia, como Hararghe²¹. Se trata de uma área localizada entre as planícies entre Harar e Jigjiga,

²⁰ Segundo Touval (1963), uma das explicações dadas para esse processo foi a tendência histórica de movimentação dos somali rumo ao sul. Outra explicação é a de que as políticas dos italianos os encorajavam a permanecer na Etiópia.

²¹ As terras baixas do Hararghe, no nordeste, é uma das regiões fora do Ogaden nas quais os somali se concentravam; principalmente no distrito de Dire Dawa. Outras regiões são as terras baixas de Bale, no sudeste. Além do fator étnico, essa reivindicação também continha interesses econômicos velados, contribuindo para os impulsos expansionistas da etnia. É nessa região que alguns dos produtos básicos da Etiópia, como cevada, trigo e café, são produzidos, assim como o melhor gado é criado. Além disso, a região do Hararghe também contém o estimulante chamado *chat*, produto introduzido pelos árabes séculos antes e que é exportado anualmente para o Djibuti e alguns países do Oriente Médio. Assim como abriga parte da ferrovia que liga Addis Ababa, capital etíope, ao Djibuti, o qual os somali também reivindicavam (TAREKE, 2009).

marcada pela presença de cordilheiras de montanhas, nas quais destaca-se Amhar. Atravessando essa cordilheira se encontra a Passagem de Marda (Marda Pass), uma fortaleza natural com alta valor militar. É esse vasto e rico cenário que o expansionismo somali visava (TAREKE, 2009).

Sendo assim, os somali do quarto grupo buscavam fortalecer e estender seus direitos sobre os ricos pastos e as fontes de água em território etíope. Os Ogaden, por sua vez, queriam que seus direitos pré-existentes sobre as áreas por eles ocupadas naquele momento e previamente fossem respeitados²². Eles suspeitavam que a anexação da região pela Grande Somália ocasionaria a perda de seus direitos sobre a área (TOUVAL, 1963).

O último grupo se localizava no extremo sul da Etiópia, na fronteira com o Quênia e a Somália. São ele os Marehan (Darood) e Digodia, Gurreh e Ajouran (Hawiya). No caso deles, não há informações sobre suas afinidades com o sentimento etnonacionalista em questão naquele momento. Segundo Touval (1963), a ausência de informações sugere o nacionalismo dos somali da província de Sidamo não havia escalado para proporções violentas (TOUVAL, 1963).

As expressões do sentimento nacionalista somali eram poucas e esporádicos, geralmente tomando forma através provocações frente às autoridades etíopes, que rapidamente os suprimiam (TOUVAL, 1963). Todavia, Touval (1963, p. 136) aponta que era difícil distinguir incidentes politicamente motivados de ilegalidades comuns.

Um incidente de caráter explicitamente nacionalista ocorreu em Jigjiga, em 1948. Na véspera da restauração da cidade pela administração etíope, a bandeira da LJS foi hasteada em uma construção pública. Quando as autoridades britânicas a retiraram, um tumulto iniciou-se, resultando em um número de casualidades. De tempos em tempos, demonstrações públicas de desrespeito à bandeira da Etiópia durante as cerimônia de hasteamento e a retirada da mesma ocorriam. Durante tais cerimônias, que ocorrem duas vezes ao dia em todos os lugares do país, todas as pessoas devem permanecer em pé e como símbolo de atenção. Provocações ocasionais a esse costume eram acompanhadas por declarações de que essa não é a bandeira somali e que, como somalis, eles não lhe devem respeito (tradução nossa)²³.

²² Uma das consequências causadas pelo início de uma estadia fixa dos Ishaq, Dolbahanta, Mijertain e Marehan foi o deslocamento dos Ogaden das prósperas áreas de pasto no Haud e de fontes de água próximas à fronteira. Justamente as áreas que o primeiro grupo desejava assegurar caso a região fosse anexada à Grande Somália (TOUVAL, 1963).

²³ No original: “An incident which was explicitly nationalist in character occurred in Jigjiga in 1948. On the eve of the restoration of the town to Ethiopian administration, the S.Y.L. flag was hoisted on a public building. When the British authorities lowered it, a riot followed, resulting in a number of casualties. From time to time, public displays of disrespect toward the Ethiopian flag during hoisting and lowering ceremonies are known to occur. During such ceremonies, which take place twice daily everywhere in the country, all persons present are supposed to stand at attention. Occasional defiance of this custom by Somalis has reportedly been accompanied by statements that this was not the Somali flag, and that as Somalis they did not owe it respect.”

Também haviam confrontos armados entre membros das tribos e as forças da Etiópia, porém há uma maior dificuldade para analisa-los pois sua natureza não era clara. Em 1960, um incidente envolvendo os Issa apresentava indícios mesclados, se tratando tanto de um desafio politicamente inspirado frente às autoridades etíopes, quanto um ataque realizado para fins de saque. Nos meses subsequentes, a frequência de incidentes cresceu. Em 1961, os incidentes de Aisha, na ferrovia, e de Dagahbur, no Ogaden foram alguns dos maiores e sua motivação possuía caráter puramente político. Eles serviam como lembretes de que o nacionalismo somali poderia eclodir a qualquer momento dentro da Etiópia, causando maiores impactos no âmbito doméstico e internacional (TOUVAL, 1963).

Isso porque, no contexto etíope, a diversidade étnica de sua população gera graves ameaças à unidade nacional e territorial. Se trata de um Estado marcado contínuo atrito de cristãos contra muçulmanos e tribos pagãs; gerando antagonismos que, apesar de terem sido atenuados, persistem enraizados tradicionalmente na população. Essa questão se deve ao seu processo de formação de uma única nação a partir de múltiplas tribos, realizado por meio da assimilação de tribos menores pelos Amhara, ao invés de ocorrer pela fusão das mesmas. Esse processo se traduziu na geração de um nacionalismo etíope que era, de fato, um nacionalismo dos Amhara (TOUVAL, 1963)²⁴.

A assimilação, no entanto, encontrou diversos entraves. Havia, em primeiro lugar, as barreiras criadas pelas divisões religiosas, as quais separavam a população no início da década de 1960 da seguinte forma: 40% era cristã; 40% era muçulmana e 20% era pagã. Sendo que, os Amhara, principal etnia, eram cristãos, enquanto as minorias eram formadas pelos pagãos e muçulmanos. Além disso, eles se concentram no norte e no centro do território da Etiópia, enquanto as outras residiam nas bordas e se concentram em toda a região sul do país. Conseqüentemente, essas minorias mantinham relações com os povos do outro lado da fronteira. Logo, eram mais suscetíveis a aderir ou incorporar movimentos secessionistas, principalmente quando se considera os antagonismos históricos e as divisões culturais e religiosas (TOUVAL, 1963).

Nesse contexto, as pautas somali são únicas em alguns aspectos. Além de possuir ligações com a Somália, fortalecidas pelos fluxos migratórios, inexistia outro grupo com o mesmo tamanho e coesão política ocupando uma área tão extensa na década de 1960.

²⁴ Os etíopes tradicionalmente encorajavam a assimilação de outros povos, que eram em sua maioria muçulmanos ou pagãos. Para isso, essas minorias eram encorajadas a adotar a língua amárica e se converterem ao cristianismo, assim como as ligações políticas eram fortalecidas por meio de casamentos arranjados entre a nobreza e as famílias que lideravam essas minorias. A absorção dos oromo, por exemplo, é um processo que dura séculos (TOUVAL, 1963).

Entretanto, as demonstrações da Eritreia no que diz respeito a seu potencial em causar problemas para a unidade da Etiópia, sustentavam o temor de que qualquer concessão aos somali pudesse reacender sua chama secessionistas, controlada em 1952 (TOUVAL, 1963).

Além deles, acreditava-se que os oromo também poderiam ser encorajados por uma eventual secessão somali. Espalhados por todo o território e constituindo a maioria da população em algumas áreas, essa etnia guardava em alguns de seus setores as lembranças de sua antiga independência política, perdida no fim do séc. XIX. Desde o século XVIII, os oromos influenciavam a política etíope e seu suporte muitas vezes decidia o resultado de rivalidades políticas internas. Apesar disso, não havia entre eles qualquer sentimento etnonacionalista no início da década de 1960, pois esta etnia era menos consciente de sua identidade que os somali. Porém, Touval (1963) não desconsiderava a probabilidade de desenvolvimento de alguma autoafirmação na época.

Essas possibilidades eram motivo de preocupação para o regime de Selassié. Além disso, ele temia que governos estrangeiros pudessem explora-las, interferindo no regime. Apesar de ser um temor aparentemente infundado entre as décadas de 1950 e 1960, eles se tornaram realidade nos anos vindouros, principalmente em meados da década de 1980, com as *guerras proxy*²⁵ no Chifre da África (TOUVAL, 1963; CARDOSO, 2019).

Na época, o medo da interferência interna era embasado pela tentativa italiana de conquistar a Etiópia entre 1930 e 1935, que ocorreu através da região do Ogaden e das fronteiras com a Somalilândia Italiana. Naquele momento, a entrada dos italianos no Ogaden foi auxiliada por somali irregulares; depois, o incidente de Wal-Wal foi provocado e utilizado como pretexto para que os italianos alegassem que a área pertencia à sua Somalilândia; e por fim, a Somalilândia Italiana foi utilizada para invadir a Etiópia. Mas os italianos não eram os únicos que possuíam atritos com os etíopes relacionados à área somali em questão. Os britânicos também geraram tensões com sua administração militar no Ogaden até o ano de 1948 e no Haud até 1955, dez anos após o fim da guerra. A retenção deste último território somada ao Plano Bevin fizeram com que a Etiópia os olhasse com suspeita (TOUVAL, 1963).

Além das potências ocidentais, outro país gerava preocupações. O Egito encorajava o nacionalismo somali e suas campanhas com conteúdo islâmico influenciavam os somali e outras minorias muçulmanas. Portanto, a Etiópia temia que a concessão da secessão somali iria gerar

²⁵ A *guerra proxy* é aquela realizada via *proxy forces*, dizendo respeito ao empenhamento indireto de um Estado, através da utilização de um terceiro elemento/ator sobre outro Estado, de modo que se possa conduzir operações subversivas em seu proveito (FERNANDES, 2016).

mais que a perda territorial. Estava em jogo o estímulo às demandas similares por outros setores da população e a ameaça de um fim para a existência do Estado etíope (TOUVAL 1963).

Com sua integridade e estabilidade nacional ameaçada, Selassié traçou algumas estratégias. A primeira era fortalecer sua posição internacional por meio de sua política externa. Até 1958, o país era aliado do Ocidente na Guerra Fria, tendo enviado tropas para a Guerra das Coreias (1950-1953) e providenciado instalações para o estabelecimento de uma estação de comunicação militar estadunidense no território. Além de se posicionar de modo favorável aos EUA nas votações para admissão da China nas Nações Unidas até 1958. Todavia, conforme a situação somali se agravava, o imperador passou a desconfiar que o apoio ocidental não lhe favoreceria na causa. A troca de estratégia se deu de fato quando os Estados Unidos apoiam os britânicos nas negociações referentes à unificação da Somália e a Somalilândia Britânica. A partir daí, Selassié passou a demonstrar maior interesse em se aliar à URSS (TOUVAL, 1963).

Além disso, essa troca de alianças também estava respaldada no temor de que a causa somali recebesse apoio da URSS ou da China, o que poderia torná-la uma grave ameaça à Etiópia. Sendo assim, o imperador visitou Moscou no mesmo ano e aceitou a oferta soviética de assistência financeira. Além disso, passou a buscar a reparação de sua relação com a China, se abstendo em 1959, mas votando a favor da admissão do país nas Nações Unidas pela primeira vez em 1960 (TOUVAL, 1963).

A Etiópia também buscou fortalecer sua posição dentro do bloco de Estados africanos independentes. Sendo um dos dois únicos países que não foram colonizados e estando na posição de estado africano independente mais antigo, ela explorou a possibilidade de ser reconhecida como líder nesse bloco, demonstrando seu interesse nas questões africanas. Apesar da aspiração de se tornar uma liderança não ser um produto da preocupação com os somalis, o aumento de seu interesse em intensificar sua influência no continente foi resultante dos pedidos firmes de apoio pela etnia nas conferências africanas (TOUVAL, 1963).

Em janeiro de 1960, os somalis receberam suporte na *All African People's Conference*, em Tunis, mas sua tentativa de expor a questão na *Conference of Independent African States*, em Addis Ababa em Junho do mesmo ano, foi rejeitada. Assim, quanto mais influente era a Etiópia dentro do bloco, menor era a probabilidade dos Estados africanos de apoiarem os somalis. Entretanto, mesmo que o suporte que os somalis passassem a receber não possuíssem grande importância prática, a Etiópia ainda seria colocada em uma situação desconfortável (TOUVAL, 1963).

Outra opção de solução potencial para o problema somali enfrentado por Selassié era a formação da unidade política da etnia por meio da anexação e tutela do território pela Etiópia.

Essa estratégia é uma resposta ao desejo somali por unidade e a manifestação das aspirações nacionalistas da própria Etiópia. Além disso, em diversos momentos o governo etíope havia alegado que toda a área do Chifre da África lhe pertencia²⁶. Segundo a Etiópia, os territórios somali historicamente haviam pertencido ao Império Etíope em alguns momentos, o que, portanto, lhe dava um direito histórico a retomar suas terras no momento em que potências externas colonizam essas áreas. Ademais, haviam os argumentos relacionados à necessidade etíope de saída para o mar, assim como as afinidades raciais entre o povo etíope e os somali (TOUVAL, 1963).

A Etiópia falhou em conquistar apoio para a anexação da Somalilândia Italiana e o país foi colocado sob tutela da ONU, com administração italiana. Apesar disso, o Estado etíope não perdeu seu desejo de anexar as somalilândias e mantê-las sob seu domínio (TOUVAL, 1963). No entanto, ao menos no que diz respeito à essa época, a resolução dos problemas políticos da Etiópia através da anexação das terras somali é duvidosa. Os benefícios seriam a solução da questão somali e o alívio do temor etíope de possuir potenciais inimigos estrangeiros ao longo de suas fronteiras.

Porém, ocorre que, em contraste com os cristãos etíopes, a junção da minoria muçulmana etíope com a somali dificultaria a tensa situação interna do país. Desse modo, o precário equilíbrio entre cristãos e muçulmanos no império seria rompido. Além disso, uma intensificação no contato entre os somali poderia causar um aumento no nível de consciência política daqueles que pertenciam a grupos que não eram tão engajados anteriormente, o que poderia provocar a falha da estratégia abordada em seguida (TOUVAL, 1963).

Esta última via consistia no apaziguamento dos somali e redução das tensões dentro do território etíope por meio da contínua tentativa de conquistar sua lealdade e os assimilar. Esse estímulo se deve à tomada de consciência do regime de Selassié de que a assimilação dos somali era imperativa para a manutenção de seu controle sobre o Ogaden (TOUVAL, 1963).

Após a restauração da independência etíope durante a Segunda Guerra, a política de assimilação se tornou mais deliberada e compreensiva. As mudanças econômicas e políticas do país forçaram o abandono das táticas tradicionais, requerendo um novo modo de integração das minorias na teia econômica, social e política que vinha sendo desenhada. Os principais métodos utilizados para atingir esse objetivo era através da educação e a designação de somali a cargos administrativos, sobretudo na província de Harar (TOUVAL, 1963).

²⁶ O Imperador Menelik, em Abril de 1891, havia informado as potências europeias que seus territórios se estendiam de Cartum ao Lago Victoria, no oeste, e do mar no leste e sudeste. Durante a e após a Segunda Guerra Mundial, a Etiópia volta a alegar que a Somalilândia Italiana lhe pertencia (TOUVAL, 1963).

No que tange à educação, houve uma atenção especial para o desenvolvimento de uma estrutura educacional em Harar. Escolas elementares foram construídas em diversos centros administrativos para que as crianças somali pudessem ter acesso à educação; porém, as características migrações das tribos dificultavam a frequência das mesmas no sistema educacional. Para lidar com o problema, algumas escolas móveis foram montadas e uma estrutura de ensino secundário também foi formada em Harar. Essa política auxiliou no crescente acesso à educação no país, sendo um passo importante para a melhoria na qualidade de vida no Ogaden. Além de ser um passo preventivo na questão pan-somali, essa iniciativa também aumentava a presença administrativa e securitária na região (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Sobre a política de designação de somali a cargos administrativos, o método era baseado no emprego e no status que os postos em serviços civis na província davam a alguns jovens que havia tido acesso à educação. Além disso, o governo acreditava que a presença deles nesses cargo pudesse aliviar as tensões entre as tribos e o regime; assim como reduzir a atração que as administrações totalmente somali do outro lado de suas fronteiras geravam.

Essa medida era importante devido à ausência de registros de integração econômica e social devido ao isolamento das regiões habitadas pela etnia em contraste com o resto da Etiópia até 1960. Ademais, no campo político a participação deles no parlamento era relativamente baixa²⁷. Assim como não havia registro de tentativas significativas de conversão dos somali, pois a mesma provavelmente geraria conflitos (TOUVAL, 1963).

Contudo, Touval (1963) faz ressalvas. Na questão da educação, ele alega que era ingênuo acreditar que o acesso às escolas pelos somali os tornaria cidadãos leais, ou que o ensino de amárico para as crianças dessas tribos facilitaria sua assimilação²⁸. Além disso, apesar da implementação da primeira escola, em 1957, ter gerado esperança em Addis Ababa de que uma maior integração ocorresse, outras dificuldades surgiram com essa política. Uma delas era a necessidade do governo em prover trabalhos adequados para essa nova parcela de jovens educados, pois havia a probabilidade de insatisfação dos mesmos caso alocados em trabalhos “inferiores” ao seu nível de educação. Sendo que, até o início da década de 1960, a oferta de emprego relativamente boa para quem possuía ensino secundário completo, mas conforme o

²⁷ No ano de 1960, haviam seis deputados somali e apenas um senador no Parlamento da Etiópia. Além disso, haviam pouquíssimos membros dessa etnia em posições de destaque no governo central (TOUVAL, 1963).

²⁸ Para cursar o ensino secundário, muitos filhos de chefes eram enviados para cursar seu ensino secundário em Addis Ababa, o que por consequência significa a presença de somali na Universidade de Addis Ababa. No entanto, alguns somali acreditavam que, além do propósito educacional, o envio dos filhos dos chefes tribais para a capital possuía o objetivo político de mantê-las como reféns, garantindo a lealdade desses líderes (TOUVAL, 1963).

número de formados aumentasse com a expansão do sistema educacional, a previsão era de que em algum momento se iniciasse uma escassez de emprego comparado ao número de formados (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Segundo Touval (1963, p.145),

Este é um problema geral em toda a Etiópia, mas aparenta ser mais agudo entre os somalis devido à ausência quase integral de qualquer desenvolvimento econômico do Ogaden. A integração dos somalis na vida social e econômica da Etiópia é um aspecto importante para a assimilação. Entretanto, o isolamento contínuo da região do Ogaden impõe uma barreira formidável. A grande maioria dos somalis, seja sedentário ou nômade, dedica-se a produção de alimentos necessários para sua subsistência. Com exceção dos somalis assentados na região de Harar-Jigjiga-Diredawa, a população somali se desloca por lugares que não possuem comunicação adequada e relações econômicas com o resto da Etiópia²⁹ (tradução nossa).

No início da década de 1960, o percurso de carro ou caminhão de Harar até Gabredare, no Ogaden, em linha reta, demorava cerca de dezoito horas para aproximadamente 322 km. O restrito contato comercial da região era mantido com os territórios somali vizinhos por meio das fronteiras internacionais. Até mesmo as provisões para as autoridades etíopes no Ogaden provinham da Somalilândia Britânica, devido à inviabilidade de receber suprimentos das outras regiões da Etiópia por causa da ausência de estradas adequadas as conectando. Portanto, melhorias no contato e comércio entre as regiões eram difíceis (TOUVAL, 1963).

Entretanto, essa dificuldade de assimilação não é exclusiva do isolamento da região. Na época, a dificuldade de assimilação dos somali, os antagonismos tradicionais entre grupos étnicos e religiosos, assim como o desemprego geravam tensões. Nesse último caso, havia uma relação entre a desconfiança do governo para com a etnia, pois ele era o maior fornecedor de empregos e, ao considerar a lealdade dos somali algo questionável, gerava uma maior dificuldade para os somali para conseguir um emprego. Fora das regiões habitadas majoritariamente pelos somali, os indivíduos pertencentes à esta etnia possuíam uma desvantagem social e em termos de desemprego considerável (TOUVAL, 1963).

Segundo Touval (1963, p.146)

Há um dilema básico na política do governo em relação à minoria Somali na Etiópia. Ela busca integrar e assimilar os Somalis; para esse fim, instituições educacionais

²⁹ No original: “This is a general problem throughout Ethiopia, but seems more acute among the Somalis because of the almost total absence of any economic development in the Ogaden. The integration of the Somalis in Ethiopia's economic and social life is an important aspect of assimilation. But the continued isolation of the Ogaden region imposes a formidable barrier. The great majority of the Somalis, whether settled or nomadic, are engaged in production of food necessary for their subsistence. With the exception of the settled agricultural Somalis in the Harar-Jigjiga-Diredawa area, the Somali population moves around in places that have inadequate communications with the rest of Ethiopia and no economic intercourse with it.”

foram providenciadas, e está sendo realizada uma tentativa de colocar um número crescente de somalis em empregos de serviço público na província de Harar. No entanto, os somalis não são confiáveis e, portanto, não são colocados em posições de responsabilidade³⁰ (tradução nossa).

Sendo assim, havia ainda a probabilidade de que a educação que o governo provinha à minoria somali e a falta de oferta de trabalho qualificado para eles pudesse gerar descontentamento e, por resultado, fortalecer o nacionalismo somali. Por outro lado, o atraso deliberado no desenvolvimento de uma estrutura educacional voltada para eles também traria problemas para o Estado, pois induziria a população ao nacionalismo pelo contraste com o desenvolvimento social e econômico da República da Somália iria gerar (TOUVAL, 1963).

Em 1960, a formação da República da Somália como um Estado alimentado pelo movimento pan-somali foi mais um fator a ser considerado pelos etíopes. Com sua presença, ficou mais evidente a necessidade de políticas voltadas para os somali etíopes. Afinal, à época, Somália buscou sacar o Ogaden da Etiópia, pautando-se no discurso de base cultural e étnica. O objetivo era a anexação da Somália Ocidental, um território que se estendia do Rio Awash, abarcava a área de Hararghe (na qual se encontra Harar e Dire Dawa, duas das maiores cidades da Etiópia) e incluía largas porções das províncias de Sidamo e Bale. Ocorre que essas áreas eram tidas como terras multiétnicas, mas os somali negavam que assim o fosse, alegando que também compunham a maioria dos habitantes nesses territórios (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

A partir daí, além das táticas que haviam sido empregadas a partir da década anterior, o Imperador Selassié passou a investir uma quantia considerável de recursos para integrar e defender o Ogaden com mais afinco. Nessa nova fase, múltiplas bases militares foram instaladas na área na segunda metade da década, mas as mudanças não foram bem recebidas pelos habitantes. Apesar de não terem ocorrido erupções de hostilidades violentas no início, a situação mudou após a imposição sistemática de impostos por cabeça. Nesse momento, os nômades encontraram uma *casus belli* para engajar em confrontos com o governo, iniciando desse modo sua primeira rodada de rebeliões violentas. Essas taxas foram estabelecidas pela necessidade do imperador de encontrar vias alternativas de conseguir subsidiar os novos desenvolvimentos na região, que estava se tornando cada vez mais difícil de realizar apenas com o comércio no Ogaden. Dessa forma, taxas fixas foram impostas para cada indivíduo,

³⁰ No original: “There is a basic dilemma in the government's policy toward the Somali minority in Ethiopia. It seeks to integrate and assimilate the Somalis; to that end, educational facilities have been provided, and an attempt is being made to place an increasing number of Somalis in civil service jobs in Harar province. Yet the Somalis are not trusted and therefore are not placed in responsible positions.”

gerando um exercício poder por parte do governo que afetou o modo de vida da população da região (GOZÁLEZ, 2007).

Assim, no dia 16 de Junho de 1963 estourou a rebelião que, posteriormente, seria chamada de Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF, na sigla em inglês). Seu líder, Makhtal Dahir, jurou dar continuidade à rebelião com ou sem o envolvimento da Somália, mas não pôde permanecer na região por muito tempo, sendo forçado a fugir para Mogadíscio e comandar a rebelião de lá. A razão era simples: a ausência de uma organização permanente que coordenasse um movimento insurgente generalizado no Ogaden, tornou-o um alvo fácil (GONZÁLEZ, 2007).

A WSLF era organizada em três comandos, todos liderados pelo exército somali regional. O comando do norte estava sob a autoridade no Vigésimo Sexto Comando, em Hargeisa; o central era controlado pelo Vigésimo Primeiro Comando, em Dusa Mareb; e o do sul respondia ao Sexto Comando em Baidoa. Cada comando possuía seis divisões: Ahmed Gureh, El Tire, Dufan, Denkebed, Dersene e Horyal. Estes possuíam suas próprias zonas de atuação, que coincidiam com alguma divisão de subclã. Todas as divisões recebiam armas portáteis e maquinários pesados para lutar provenientes da Somália, apesar de uma fatia do armamento utilizado ter sido obtido por meio de atividades ilegais da WSLF para complementar seus recursos³¹ (TAREKE, 2009).

Portanto, percebe-se na própria estrutura da organização a participação da Somália na mesma. Além disso, a WLSF tinha como supremo comandante o ministro da defesa da Somália, General Muhammad Ali Samatar, subordinando-a aos interesses do Estado em questão. O país auxiliou a financiar, equipar e treinar os primeiros líderes do movimento³². Em certo ponto, a Frente conseguiu ocupar quase 70% do Ogaden; porém, em agosto, os etíopes se reagruparam e direcionaram seus ataques para as fronteiras somali, bombardeando seus alvos no Ogaden e na Somália por oito semanas. Em novembro, com uma última grande ofensiva, a Etiópia assegurou o acordo de cessar-fogo com a Somália na Organização da Unidade Africana (OUA), de Março de 1964. Esse acordo previa uma zona desmilitarizada entre seis e dez milhas território adentro em cada lado da demarcação da fronteira (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

³¹ A WSLF exportava mirra, comercializava produtos contrabandeados e cobrava imposto sobre o gado exportado para o Oriente Médio via Somália. As *gode* eram associações secretas que trabalhavam como intermediárias entre as guerrilhas e a população, transmitindo informação sobre o exército, coletando provisões para os guerrilheiros e justificando a insurgência do ponto de vista religioso (TAREKE, 2009).

³² O termo "Somália Ocidental" se refere à alegação de que o Ogaden é uma mera extensão ocidental da Grande Somália. Sendo assim, o uso do termo e a ação da Somália nessa insurgência contribui para a manipulação e controle sobre a insurgência na década seguinte (GOZÁLEZ, 2007).

Assim, ambos os países iniciaram um breve período de calmaria entre si. Entre os fatores que contribuíram para esse recuo da participação da Somália na insurgência estava a eleição do Presidente Shemarke e o Primeiro-Ministro Igal, ambos membros de um partido mais moderado. Eles focaram suas políticas e discursos na ênfase ao sentimento pan-africanista, acalmando ou pelo menos suprimindo os ânimos pan-somali. Nesse período, o apoio à insurgência no Ogaden reduziu drasticamente, o que pode ser representado pela dissolução oficial da WSLF pelo Presidente Siyaad Barre em 1969. Entretanto, a decisão de Barre foi guiada pela necessidade de garantir estabilidade à Somália ao se prevenir de um possível ataque estrangeiro, pois seu governo retornaria a ênfase ao movimento pan-somali no decorrer da próxima década (GOZÁLEZ, 2007).

Apesar desta ação, o grupo entrou em inatividade. Pelo contrário, recusando-se a obedecer a jurisdição dos presidentes, Makhtal Dahir se posicionou de forma indiferente a eles e prosseguindo sua luta, pois acreditava que a WSLF independia de qualquer intervenção da Somália. Segundo González (2007, p.354),

Essa afirmação de que a Resistencia Ogaden é independente de qualquer intervenção Somali vai continuar pelas próximas três décadas, independentemente do quão precisa a seja a afirmação. Conforme as relações entre a Etiópia e a Somália aqueciam, o governo do Imperador Selassié empreendeu duras políticas econômicas para punir os nômades Ogaden (tradução da autora)³³.

Essas punições foram desenhadas para desconstruir o modo de vida nômade e permitir um maior controle do regime sobre a região. Entre elas, inclui-se os ataques dos militares à pecuária, matando e confiscando os animais da região e afetando a fonte de alimentação do povo. Além desta, outra punição ocorreu por meio das mudanças na política de registro de terras, que não mais reconhecia a posse das áreas de pasto utilizadas pelos nômades no Ogaden e permitiu que os fazendeiros Amhara se movessem do norte para esses locais. Ademais, outras políticas agravavam ainda mais a situação deles, como é o caso, por exemplo, das medidas contra o contrabando que tinham o intuito de prevenir que os somali utilizassem rotas de comércio antigas que necessariamente cruzavam a fronteira. E por último, houve o envenenamento das fontes de água utilizadas pelos somali, enquanto novas eram criadas para receber os Amhara (GOZÁLEZ, 2007).

³³ No original: “This assertion that the Ogaden resistance is independent of any Somali intervention will continue for the next three decades, regardless of how accurate the claim may be. As relations between Ethiopia and Somalia warmed, Emperor Selassie’s government undertook harsh economic policies to punish the Ogaden nomads.”

Dessa forma, é possível perceber que durante o curso do regime de Selassié o que se iniciou como um esforço para assimilar e integrar os somali durante o processo de conquista da independência da Somália tornou-se uma perseguição rigorosa aos grupos nos quais o fervor nacionalista era mais explícito. A existência de um grupo armado serve como uma sinalização de que as mudanças bruscas na região geraram um tensionamento crescente que estourou em forma de conflito armado. Enquanto isso, a Somália, que já havia afetado a região por sua independência, anexação da Somalilândia Britânica e articulação internacional, acaba por patrocinar a WSLF em meio à sua ânsia por expansão e união da etnia, além das motivações econômicas, agravando, portanto, a situação doméstica etíope. Esses fatores tiveram grande impacto nas décadas seguintes, tanto na esfera doméstica quanto na internacional.

4.2 O OGADEN DURANTE A ETIÓPIA REVOLUCIONÁRIA

As políticas empregadas pelo Imperador atingiram os somali mesmo após sua queda, pois algumas delas foram mantidas e/o agravadas. Apesar de ter sua atuação abrandada no fim do regime, a WSLF retorna à ativa com o novo regime e o posicionamento da Somália em relação a ela também muda. Essa etapa da história da Etiópia foi marcada por tensões e conflitos, principalmente, mas não só, de cunho étnico.

Ocorre que, até 1974 a Etiópia possuía o feudalismo como principal alicerce de seu sistema socioeconômico. Sua sociedade era estratificada entre ricos proprietários de terra e servos, sendo que esta segunda classe não possuía direito legal, político ou econômico. Além disso, a Igreja era particularmente beneficiada pelo império, sendo uma das instituições mais poderosas do país³⁴ (CARDOSO, 2019).

Essa estrutura foi abalada pela seca do início da década de 1970, que somou-se à primeira Crise do Petróleo (1973-1974) e a deterioração dos termos de troca, provocando uma forte recessão econômica. Em meio à escassez de alimentos, pressão inflacionária nas cidades, déficit no balanço de pagamentos e desemprego, o regime foi desgastando-se enquanto a pressão por reformas crescia. A postura do regime de negar a extensão e profundidade da crise para conservar uma boa imagem perante a comunidade internacional fez com que posturas assertivas perante o problema não fossem tomadas (CARDOSO, 2019).

³⁴ Até a revolução etíope, a Igreja usufruía de alguns privilégios cedidos pelo imperador. Entre eles, se destaca a isenção de impostos concomitante ao direito de arrecadação de impostos pagos pelos servos para sua acumulação, além de ser uma grande proprietária de terras (CARDOSO, 2019).

No que diz respeito à mitigar os problemas causados pela seca, por exemplo, o imperador esperou onze meses para pedir ajuda internacional, subestimando os perigos em que estava colocando a população. Segundo o relatório “The state of food and agriculture” da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 1972, com exceção da perda da comida da colheita para uma praga causada pela lagarta *Spodoptera exempta*, esperava-se da Etiópia certa estabilidade na produção e algumas projeções chegaram a sugerir um aumento não muito substancial. O cenário, no entanto, muda no relatório de mesmo nome lançado em 1974 pela FAO, no qual a seca severa passa a ser apontada, assim como sua consequente queda na produção (CARDOSO, 2019; FAO, 1972; FAO, 1975). Segundo Schwab (1985 apud CARDOSO, 2019), dados da FAO em 1974 apontavam que cerca de 2 milhões de pessoas foram afetadas pela fome e aproximadamente 300 mil morreram em 11 das 14 regiões administrativas etíopes.

Ainda no relatório “The state of food and agriculture” de 1974 uma passagem menciona um fundo de US\$200 milhões, estabelecido em Agosto de 1974 pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criado para auxiliar alguns países africanos a atender os preços mais altos do petróleo. O critério para a escolha de países que receberiam esse auxílio da OPEP era influenciado por fatores como condições de secas, a ausência de litoral e a posição individual de cada país na balança de pagamentos. Esse auxílio em meio à crise do petróleo é interessante por apresentar a participação de uma organização que não é ocidental para lidar com necessidades africanas, uma vez que o auxílio se estendia ao Marrocos, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zaire e Zâmbia (FAO, 1974).

Nesse contexto, as políticas empregadas por Selassié no Ogaden deixaram os nômades particularmente vulneráveis. Afinal, as novas políticas sobre terras impediam que ele obtivessem acesso às áreas férteis e as medidas referente ao contrabando restringiam o movimento deles, impedindo que encontrassem lugares melhores. Tendo isso em vista, o governo estabeleceu a Comissão de Socorro e Reabilitação (RRC, sigla do inglês “*Relief and Rehabilitation Commission*”) para aliviar a fome e oferecer tratamento médico. No entanto, o trabalho da comissão agravou ainda mais o dano na estrutura social nômade, permitindo que o governo expandisse seu controle sobre a região; pois não só restringia severamente o movimento dentro e fora dos abrigos, como também limitava o número de animais domésticos que cada família podia manter. Conforme González (2007, p. 354),

Em 1975, aproximadamente 80.000 Ogaden viviam em dezoito abrigos de emergência. Embora os agricultores de Amhara tivessem repovoado o Ogaden com

colonos leais, a RRC buscou recondicionar os nômades ao converter esses abrigos em assentamentos permanentes controlados pelo governo³⁵ (tradução nossa).

Essas mudanças fizeram com que a parcela da população do Ogaden que havia permanecido longe dos abrigos da RRC acreditasse que o governo estava atacando seu modo de vida, decidindo, então, pegar em armas e combater-lo. Desse modo, a Frente de Libertação da Somália Ocidental, que havia entrado em um período relativamente inativo desde o recuo do apoio da Somália, renovou suas forças e retornou para a oposição armada. Após voltar à ativa, o apoio da Somália retorna em 1975 devido à necessidade de Barre de repensar sua postura em relação à insurgência somali na Etiópia. Isso porque o clã Ogaden formava parte do seleto grupo de clãs que o regime necessitava para manter o controle do governo nacional. Assim sendo, para conquistar o suporte doméstico que precisava, Barre prometeu apoio financeiro e militar para auxiliar os insurgentes. Assim, bases de treinamento foram construídas em segredo próximo à fronteira etíope por decisão da elite do clã em Mogadíscio; apesar de nenhum acordo ter sido realizado com os Ogaden na Etiópia (GOZÁLEZ, 2007).

Isso se deu em um momento de transição entre governos, em pleno andamento da Revolução Etíope. Ocorria que, concomitante com as insurgências no Ogaden, o fim da autonomia da Eritreia em 1962 marcava o acirramento dos ânimos em outra parte da Etiópia. Na década anterior, em 1952, o movimento por independência da Eritreia era forte e seu maior apoio era proveniente de setores da população islâmica. Esse separatismo ressurgiu com força na tentativa de *coup d'état* em 1960 como uma demonstração de que o Estado os subestimava. A partir de 1962, o regime de Selassié (1930-1974) passava a lidar com a presente oposição dos estudantes que reuniam-se para debater a questão das nacionalidades e a insurgência armada na Eritreia. A região acabou entrando em um período de guerra civil entre dois movimentos separatistas, a Frente de Libertação da Eritreia (ELF) e a Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF) e o governo imperial (ADEGEHE, 2009).

Essas questões etnonacionalistas iriam desempenhar um importante papel ao influenciar, direta e indiretamente, outros grupos essenciais para o início da Revolução Etíope na década seguinte³⁶. Além delas, contabilizava-se o baixo desenvolvimento econômico e a

³⁵ No original: “By 1975, approximately 80,000 Ogadenis lived in eighteen relief shelters. Although the northern Amhara farmers repopulated the Ogaden with loyal settlers, the RRC sought to recondition the nomads by converting these shelters into government controlled permanent settlements.”

³⁶ A guerra civil na Eritreia contribuiu para que os militares tomassem uma maior consciência acerca de sua importância para o regime, além de suscitar o debate sobre as nacionalidades e a legitimidade de seus objetivos secessionistas. No que tange ao primeiro grupo, eles desempenharam o papel principal na queda de Selassié e início da revolução etíope por meio do DERG. Já os estudantes, tinham um importante papel como oposição por

concentração de poder nas mãos do imperador auxiliaram para um descontentamento crescente na década de 1960, além de outros fatores relevantes.

Inicialmente, o movimento que desencadeou a revolução etíope era urbano concentrando-se nas duas maiores cidades, Addis Abeba e Asmara. Porém, apesar de ser um importante pontapé inicial, ele era desorganizado e sem uma direção política. Afinal, ainda inexistiam organizações civis no país. Além disso, no sindicato, a hierarquia mais alta era conservadora e próxima ao monarca. Já no que diz respeito aos estudantes, eles estavam organizados nos campi, mas não possuíam ligações fortes contra outros grupos que atuavam nas rebeliões. Isso, em parte, se devia ao fato de que não havia classe social ou facção que se reconhecesse ou se organizasse para desafiar o regime de Hailé Selassié; o que é, em parte, produto da inexistência de um sentimento comum de pertencimento da nação etíope. Uma vez que o sentimento de nacionalidade até a revolução se fechava em torno de grupos étnicos ou crenças religiosas (CARDOSO, 2019).

Em seus momentos iniciais, a revolução contava com a participação de estudantes, professores, serventes civis e soldados nas rebeliões contra os representantes imperiais de Selassié, seus apoiadores da nobreza e da aristocracia feudal e a nascente burguesia nacional. Naquele momento, campanhas populares e revoltas foram acompanhadas por pedidos de separação entre a Igreja e o Estado, assim como igualdade religiosa, regional, ocupacional e socioeconômica (CARDOSO, 2019).

A expansão dos motins da Quarta Divisão do Exército para as unidades militares nos arredores de Addis Ababa e Asmara culminou na ocupação de várias cidades, além do cerco de prédios públicos em Addis Ababa pelos militares dissidentes. Nesse momento, os militares reivindicavam melhores salários e condições de trabalho nos quartéis, bem como a reforma agrária. Os estudantes, por sua vez, tinham como maior pauta o fim da monarquia (CARDOSO, 2019). Foi um momento que Cardoso (2019, p. 105) diz ter havido “uma politização sem precedentes dos estudantes e de certos elementos das forças armadas”, pois “[c]om base na experiência da década passada, eles se tornaram conscientes de que para alterar o sistema ou qualquer componente fundamental, deveriam desafiar ou destruir o sistema em si.”

A partir de janeiro de 1974 a revolução etíope entrou em seu estágio final. É um mês marcado por uma série de motins liderados pelos militares em várias províncias e com demonstrações da população inquieta na capital. O primeiro ministro Aklilou Habte-Wolde e seu gabinete renunciaram em fevereiro de 1974 em uma tentativa de apaziguar os ânimos em

estabelecerem conexões entre os militares, os camponeses e os operários, além de darem origem a algumas organizações políticas importantes durante o período (CARDOSO, 2019).

meio à crise, sendo substituído pelo aristocrata Endalkachew Makkonen, que aumentou o salário dos militares e revisou a Constituição. Entretanto, os protestos continuaram intensificaram-se. Meses depois, Makkonen seria deposto e substituído, o cargo seria então assumido por Mikail Imru, nomeado pelos militares (CARDOSO, 2019).

A partir de maio os movimentos passaram a se organizar e se articular melhor. É nesse contexto que o Comitê Coordenador das Forças Armadas (DERG, em amárico), sob a liderança dos Majore Atnafu Abate e Taffera Taclaeb, e o Exército Territorial, em oposição à hierarquia existente, foram criados, em junho, pelos militares de médio e baixo escalão. O DERG era formado por três membros de cada uma das quarentas unidades militares etíopes existentes na época, formando uma espécie de parlamento militar cujo objetivo era evitar a divisão entre os militares, como havia ocorrido na tentativa de golpe em 1960. É interessante notar, no entanto, que os militares de alto escalão eram excluídos, pois eram considerados muito próximos ao regime (CARDOSO, 2019).

Em pouco tempo o DERG passou a controlar os meios de comunicação e as forças de segurança, demitindo diversos oficiais ligados ao regime. A situação avançou até que, em setembro,

Hailé Selassié foi deposto e preso, o parlamento foi dissolvido e a constituição suspensa. Em um comunicado na rádio, os militares anunciaram o fim do império e a instituição de um Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC), sob a liderança do General Aman Andom. Porém, suas políticas conciliatórias em relação à Eritreia e sua recusa em executar os aristocratas fizeram com que ainda em novembro acabasse assassinado (supostamente por resistir à prisão), sendo substituído pelo General Tafari Benti, o qual indicou o Major Mengistu Haile Mariam como seu vice (CARDOSO, 2019, p. 105).

O Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) assumiu a liderança e conduziu a revolução, sucedendo o DERG³⁷ e marcando o fim da primeira fase da revolução e o seu período pacífico. O PMAC buscou reorganizar o sistema social, baseando-se em valores socialistas. Em dezembro daquele ano, “o governo se declarou socialista e publicou as diretrizes políticas do socialismo etíope (*Ethiopian Tikdem*), que previam a criação de um partido vanguarda bem como a nacionalização dos principais setores da economia e a coletivização da agricultura.” (CARDOSO, 2019, p. 106).

No entanto, os primeiros anos de governo do PMAC não foram fáceis. Eles enfrentaram oposição civil, dilemas relacionados às nacionalidades e disputas internas no PMAC, que

³⁷ Oficialmente o PMAC sucede o DERG, mas uma convenção na literatura e a necessidade de padronização de alguns autores faz com que o termo DERG seja utilizado para referir-se ao PMAC. Portanto, a partir de novembro de 1974 a sigla DERG nesse trabalho se refere ao PMAC na cronologia.

perduraram até 1977. A oposição civil deve-se ao fato de que, apesar dos militares terem assumido a liderança do processo por representarem o grupo mais bem articulado no momento, os componentes civis da oposição também desempenharam um papel fundamental na revolução, levando-os a reivindicar maior participação política e na consecução da revolução, assim como a transferência do poder dos militares para os civis. Essa oposição tornou-se, nesse contexto, um dos principais desafios para a consolidação da revolução e do poder pelo PMAC, pois os grupos civis passaram a se organizar melhor para realizar a oposição ao novo governo em Addis Abeba (CARDOSO, 2019).

Entre os civis, os estudantes criaram o Movimento Socialista de Todos Etíopes (ME'ISON, em amárico), sob a liderança de Haile Fida, e o Partido Revolucionário do Povo Etíope (EPRP), presidido por Berhane Reda. O primeiro grupo tinha como base principal a União dos Estudantes Etíopes da América do Norte (ESUNA) e era formado por uma geração mais velha. O EPRP, no entanto, era formado por uma geração mais nova e tinha como base a União dos Estudantes Etíopes da Europa (ESUE) (CARDOSO, 2019).

No que tange aos estudantes e a criação desses grupos, vale ressaltar alguns pontos. Primeiramente, o ME'ISON e o EPRP já existiam como partidos políticos antes de 1974, atuando desde 1968 e 1972, respectivamente. Segundo que tanto a ESUNA como a ESUE eram formados, majoritariamente, por estudantes que haviam sido enviados ao exterior, na década de 1960, e retornaram impressionados com os movimentos estudantis no ocidente, os quais Cardoso (2019, p. 106) descreve que “não só mostraram que a elite intelectual e os estudantes tinham um papel político, mas também que eles poderiam ser um foco alternativo de poder ao governo”. A experiência não só inspirou seu engajamento político, como trouxe uma ideologia ocidental para pautar o movimento: o marxismo-leninismo. Apesar de ambas defenderem essa ideologia, elas divergiam em dois pontos: enquanto o ME'ISON era favorável à unidade etíope em detrimento às nacionalidades e uma autonomia do movimento estudantil vis-à-vis outras classes, o EPRP favorecia as nacionalidades e defendia a união entre o movimento estudantil e outras classes sociais (CARDOSO, 2019).

No ano de 1976, o EPRP adotou como nova estratégia uma campanha de atentados e assassinatos de membros e representantes do PMAC, abandonando seu posicionamento pacífico anterior. A resposta do regime veio através do armamento das *kebelles* (associações urbanas criadas para gerir a reforma agrária), anunciando o “terror vermelho” contra o que classificara de “terror branco” do EPRP. Como resultado, diversos membros e simpatizantes do grupo foram mortos na campanha de terrorismo urbano do governo e a derrota militar

praticamente desarticulou o grupo, que sofrera um impacto devastador com as campanhas e teve sua liderança dividida (CARDOSO, 2019).

Outro grupo civil que também formou uma ativa oposição ao governo do PMAC foram os trabalhadores das indústrias, embora possuíssem pouca autonomia em comparação aos estudantes. Em 1962 eles haviam fundado a Confederação das Centrais Sindicais Etíopes (CELU) e depois que o DERG assumiu o poder e o governo PMAC teve início, eles se organizaram e passaram a exigir destituição do PMAC e o estabelecimento de um governo civil provisório com a restituição dos direitos civis fundamentais (CARDOSO, 2019).

Para apaziguar seus opositores e consolidar seu poder, o PMAC buscou responder às pressões internas adotando diversas políticas de impacto profundo, muitas das quais eram exigidas por seus adversários. Em 1975, logo nos primeiros meses do ano, ele nacionalizou a maioria das indústrias e instituições financeiras estrangeiras privadas e implementou um amplo programa de reforma agrária, nacionalizando propriedades rurais e urbanas. Esse processo ocorreu nas propriedades rurais por meio da instalação de associações camponesas, que eram responsáveis pela implementação da reforma nas áreas rurais através da organização de fazendas coletivas, realizando dessa forma a distribuição de terra entre os camponeses e resolvendo as disputas que emergissem dessa etapa. Essas associações camponesas eram apoiadas por estudantes e professores universitários designados especificamente para isso (CARDOSO, 2019).

As propriedades urbanas, no entanto, foram submetidas a uma lógica diferente. Antes da reforma, elas eram, em larga medida, controladas pela aristocracia, mas depois foi imposta a restrição de apenas uma casa e o uso de 500m² para fins residenciais, assim como houve uma queda drástica no valor dos aluguéis. Desse modo, as *kebelles*, associações similares às associações camponesas foram criadas para gerir os bairros. Essa gestão consistiam em recolher os aluguéis e usar os recursos em serviços sociais da comunidade, como uma gestão local (CARDOSO, 2019).

A implementação da reforma marca o fim definitivo do antigo regime. No entanto, em função dos diferentes sistemas de uso da terra vigentes nas regiões, haviam recepções do programa de reforma agrária distintas. Ao Sul a reforma foi amplamente aceita devido à percepção de conquista que ainda imperava na região, culminando em uma ampla vantagem política para o campesinato local. Ao Norte, no entanto, o sistema de uso de terra vigente, o *rist*, que assegurava algum tipo de propriedade de linhagem não privada motivou certa resistência em relação à reforma (CARDOSO, 2019).

A reforma agrária obteve resultados mistos. Cardoso (2019) alega que em termos econômicos as medidas não geraram o crescimento esperado, com exceção da melhoria desse setor da economia nos primeiros anos pós-reforma. Entretanto, os resultados políticos da reforma foram favoráveis ao PMAC, principalmente com o importante apoio do campesinato na região sul etíope, um fator que se revelaria vital para sobrevivência e manutenção do regime, contra a violência e a oposição interna e regional enfrentada no período. A reforma também marcou a aquisição gradual de um conteúdo ideológico mais profundo pelo PMAC (CARDOSO, 2019). Segundo Cardoso (2019, p. 109),

Reflexos disso podem ser encontrados no Programa Nacional da Revolução Democrática (PNDR), lançado em abril de 1976, cujo objetivo principal era a consolidação da revolução através do estabelecimento da República Popular Democrática da Etiópia (PDRE). Todavia, foi somente após a ascensão de Mengistu Haile Mariam à liderança do DERG, em fevereiro de 1977, que a orientação ideológica do Estado etíope se tornou explicitamente marxista-leninista.

O PNDR tinha como primeira meta a erradicação do feudalismo, do capitalismo burocrático e do imperialismo para que houvesse a construção de uma nova Etiópia popular. A via para alcançar este sonho seria, nas palavras de Mengistu, através do estabelecimento da PDRE “sob a liderança do proletariado em estreita colaboração do campesinato, apoiado pelas forças da pequena burguesia, anti-feudalistas e anti-imperialistas para garantir ao povo etíope o direito à liberdade, igualdade, unidade, paz e prosperidade” (SCHWAB, 1985 apud CARDOSO, 2019, p. 108). Isto posto, o PMAC anunciou a criação de um partido político para pôr o PNDR em prática. Para preparar esse novo partido, foi criado o Escritório Político para a Organização das Massas (POMOA)³⁸ com auxílio do ME’ISON e presidido por Haile Fida, constituindo um aparato paralelo à administração do Estado para recrutar quadros para o regime (CARDOSO, 2019). Nota-se aqui novamente a participação junto ao regime do ME’ISON, enquanto o EPRP, que tinha uma postura de oposição mais bem definida, estava desarticulado (CARDOSO, 2019).

No que tange à oposição, o fim da década de 1970 e início da década de 1980 contou com a crescente pressão de outros grupos além daqueles dentro do regime e da oposição civil. Os movimentos insurgentes baseados em oposições regionais, que possuíam um número de ações relativamente baixos no início de 1974, cresceram no curso do governo DERG – PMAC; pois a revolução trouxe a questão das diferenças entre as nacionalidades etíopes de volta para

³⁸ O POMOA foi um escritório ativo entre 1976 e 1979, mas o Partido dos Trabalhadores da Etiópia (WPE), seu objetivo principal, só foi criado em 1985 (CARDOSO, 2019).

o centro da política do país. As regiões dos afar, dos eritreus, dos somali, dos oromo e do tigré eram ativas. No entanto, as insurgências que mais se destacavam e que impunham os maiores desafios ao PMAC para manutenção da unidade nacional e para a consolidação de seu poder foram as que ocorreram nas regiões da Eritreia e do Tigré (CARDOSO, 2019).

Aproveitando a situação política e a atuação de outros grupos insurgentes, os somali se organizaram para confrontar o novo governo. Afinal, “A deposição do Imperador Selassie [...] e a subsequente criação de um Estado socialista sob comando militar, a força para suprimir as insurgências como foi feito em 1964 já não era certa³⁹” (GOZÁLEZ, 2007, p.356, tradução nossa). Essa incerteza se traduziu na ascensão de diversas insurgências e movimentos de libertação em todo o território da Etiópia. Assim, esquematizou-se uma guerra em dois estágios. Em 1975, o próprio serviço de inteligência do Ministério de Defesa Nacional (MOND) os convenceu que a Somália estava pronta para declarar guerra à Etiópia. Segundo Tareke (2009, p. 639),

O ataque era esperado para começar logo depois do presidente da Somália, General Muhammed Siad Barre, completasse seu mandato como 11º presidente da Organização da Unidade Africana (OAU) em Junho do mesmo ano. Acreditava-se que antes de comprometer suas forças regulares, a Somália utilizaria forças auxiliares — isto é, camponeses do sudeste da Etiópia, a quem já havia treinado e armado para a luta guerrilheira. Foi exatamente isso que ocorreu⁴⁰ (tradução nossa).

Sem embargo, é importante ressaltar que a Somália não carregava a ilusão de que somente o uso das forças auxiliares lhe daria a vitória sobre a armada etíope, libertando a “Somália Ocidental”. Na realidade, seu uso de guerrilhas possuía dois objetivos: pressionar a Etiópia a negociar e desgastar suas tropas regularmente para caso as negociações falhassem. Apesar da tática funcionar bem, seu uso retirou o elemento surpresa dos somali que, durante a guerra, demonstraram certa carência de ousadia, determinação e imaginação tática necessárias para garantir sua vitória (TAREKE, 2009).

As forças auxiliares, como foi apresentado anteriormente, vinham sendo treinadas desde a década de 1960. Após reativada, a WSLF passou a liderar a rebelião, mas já não era a única a receber apoio da Somália. Seis meses após retomar suas incursões, outro grupo foi fundado: a

³⁹ No original: “[T]he deposition of Emperor Selassie [...] and the subsequent creation of a socialist state under military rule, the strength to subdue insurgencies as had been done in 1964 was no longer certain.”

⁴⁰ No original: “The assault was expected to begin soon after the Somali president, General Muhammed Siad Barre, completed his tenure as the 11th chairman of the Organization of African Unity (OAU) in June of the same year. It was believed that before it committed its regular forces, Somalia would use accessory forces — i.e., peasants from south-eastern Ethiopia, whom it already had trained and armed for guerrilla fighting. That is exactly what happened.”

Frente de Libertação Somali e Abo⁴¹ (SALF). Criada pelo regime da Somália, essa organização era composta por somali e oromos que haviam lutado principalmente em Bale e Sidamo, cada um sendo subdividido em uma zona operacional. A Frente lutou sob a supervisão do comando do sul, apesar dos estranhamentos políticos e territoriais das duas organizações devido à maior autonomia da SALF quando comparada com a WSLF (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Ademais, Tareke (2009, p. 639) ressalta que:

Os objetivos das frentes não eram de todo claros. Enquanto a WSLF variava entre total independência e autonomia dentro de uma Somália unificada, a SALF não possuía uma estratégia geral. A formação da SALF, sem dúvidas, pretendia não só conciliar os sentimentos Oromo, como também contrapor a Frente de Libertação Oromo (OLF), um movimento etnonacionalista que iniciou suas operações nas províncias de Bale e Hararghe e o qual as reivindicações territoriais sobrepunham as do Estado Somali. O que distinguia as frentes da WSLF e a SALF da maioria dos outros movimentos de libertação era sua falta de autonomia; organizacionalmente e logisticamente eles estavam sob o domínio de uma autoridade estrangeira (tradução nossa)⁴².

Nesta última parte é particularmente interessante notar que ambas as organizações eram armadas, treinadas e organizadas pelo Estado da Somália, funcionando como suporte para a armada somali. O comprometimento de Barre com suas elites domésticas permitiu que, através das guerrilhas, a disputa entre a Somália e a Etiópia fosse travada na região. Afinal, a independência dos grupos era nada mais que uma aparência gerada pelo modo que os órgãos administrativos dos mesmos foram desenhados (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Sendo auxiliares fundamentais para a primeira etapa da guerra, as guerrilhas iniciaram suas campanhas de forma simultânea no norte e no sul durante os primeiros meses de 1976, se espalhando por toda Hararghe e pelo sudeste de Bale e Sidamo. O terreno lhes era familiar e a população os via com cordialidade, facilitando a operação. Partindo de múltiplos pontos da República da Somália, as guerrilhas se infiltraram na Etiópia e cruzaram as planícies e colinas do país, desmantelando o aparato governamental por meio da destruição dos escritórios do governo e o ataque sistemático à polícia e os administradores civis, forçando a fuga dos mesmos para as cidades vizinhas ou até mesmo, a morte (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

⁴¹ Do inglês “Somali-Abo Liberation Front”.

⁴² No original: “The goals of the fronts were not at all clear. Whereas the WSLF wavered between full independence and autonomy within a unified Somalia, the SALF had no overall strategy. The SALF’s formation was undoubtedly intended not only to conciliate Oromo sensibilities but also to counteract the Oromo Liberation Front (OLF), an ethnonationalist movement that had begun operations in the provinces of Bale and Hararghe and whose territorial claims overlapped with those of the Somali state. What distinguished the WSLF and SALF fronts from most other contemporary liberation movements was their lack of autonomy; both organizationally and logistically they were in the grip of a foreign authority.”

Sobre o apoio popular, os somali nômades e nas planícies abraçaram os guerrilheiros com entusiasmo, pois múltiplos clãs se identificaram fortemente com a causa devido a laços étnicos, religiosos e econômicos. Fora da área somali, no entanto, o apoio não era o mesmo, caindo progressivamente conforme as guerrilhas penetravam nos planaltos. Em resposta, as guerrilhas alteraram suas táticas de mobilização. A SALF, particularmente, falhou em conquistar apoio nos seus sentimentos étnicos e religiosos. Afinal, os oromos não viam razão para pegar em armas contra um governo que havia recém abolido as relações de opressão que recaiam sobre eles por quase um século. Logo, enquanto a WSLF era recebida de modo caloroso pelos Ogaden e os Hawiya de Bale, a SALF passou a fazer uso do terror, incluindo recrutamento forçado, tortura e depredação de propriedades. A partir dessas ações, a Frente afastou os próprios indivíduos que buscava libertar (TAREKE, 2009).

Parte da estratégia tinha como objetivo assustar a comunidade de colonos, forçando sua fuga. Para este fim, o uso da violência contra cristãos, em sua maioria os Amhara, foi particularmente empregado pelas duas frentes. Além disso, quando as paixões tribais e religiosas ultrapassavam as crenças políticas ou ideológicas, os rebeldes também engajavam em saques, pilhagens e assassinato de inocentes (TAREKE, 2009).

No entanto, é notável que o controle do Ogaden e de parte das planícies de Bale e Sidamo pelos rebeldes foi alcançado pelas táticas de “bater e correr”, atacando o exército etíope em seus pontos fracos e refugiando-se em meio à população. Essa tática fez com que o exército recuasse para bunkers e campos, cedendo a terra, as pessoas e a iniciativa para as guerrilhas. Ademais, essas novas posições exigiam que o transporte de civis e militares só fosse possível com escolta armada, pois frequentemente caíam em emboscadas ou eram atingidos por minas terrestres⁴³. Assim, os rebeldes causavam atrasos nos transportes e escassez de recursos nos campos, rompendo a comunicação e as linhas de abastecimento (TAREKE, 2009).

Além de afetar a moral das tropas do exército, as ações da guerrilha direcionavam seus ataques para afetar a economia nacional, sabotando-a. Os guerrilheiro destruíram pontes importantes e a ferrovia que liga Addis Ababa ao Mar Vermelho, no porto do Djibuti⁴⁴ (TAREKE, 2009).

⁴³ Uma emboscada desse tipo ocorreu no dia 11 de Fevereiro de 1977, nas redondezas de Horakelifo (entre Degehabur e Jijiga) causando a morte de vinte e cinco soldados e oficiais, vinte e quatro feridos e a destruição dos veículos. Por volta da mesma hora, um contingente de polícia inteiro foi destruído próximo a Filtu (TAREKE, 2009)

⁴⁴ Se trata de uma artéria econômica vital para a Etiópia posta fora de serviço até Agosto de 1978. Normalmente, ela escoava cerca de 40% das exportações do país e 50% da importação (TAREKE, 2009).

Conforme o fim de 1976 se aproximava, os rebeldes havia estabelecido seu domínio sobre uma grande parte da população rural da Etiópia oriental com suas propagandas e terror. Isso foi realizado com pouca ou nenhuma coordenação da atividade das duas Frentes. Aliás, por vezes elas competiam por homens, pilhagens e território; porém sua rivalidade era mantida sob controle pelas autoridades de Mogadíscio (TAREKE, 2009). Já no início de 1977, um misto de soldados da Somália e guerrilheiros estavam ativos na região do Ogaden, assediando os postos militares da Etiópia. Como os resultados em combater essas unidades mistas foram limitados, Addis Ababa autorizou, em Julho de 1977, a invasão do Ogaden pelas forças armadas da Somália (GOZÁLEZ, 2007).

Na prática, a guerra se desenvolveu em três estágios: na primeira os somali conquistaram as planícies; na segunda ocorreram os ataques às cidades do planalto de Harar; e na terceira a resistência etíope levou à estagnação da guerra, rompida pela intervenção de outros Estados (TAREKE, 2009).

A ofensiva de Junho demonstrou que o poder etíope era inferior e fez com que os líderes somali embarcassem na ilusão de que uma guerra curta seria possível, se preparando para seis meses de conflito. Nesses seis meses os líderes etíopes esperavam derrotar as forças armadas etíopes e capturar o território almejado. Contudo, eles subestimaram a resistência etíope que enfrentariam, assim como a volatilidade das relações internacionais. No primeiro caso, apesar do choque inicial, os etíopes mostrara um empenho na resistência ao ataque que não era esperada pelos somali, principalmente com o fracionamento político que o país estava vivendo. Já no segundo caso, houve o corte do apoio socialista à Somália em um momento crítico da guerra, se realinhando a favor da Etiópia (TAREKE, 2009).

Essa é um dos fatores que contribuiu para o surgimento de grupos insurgentes na região dos oromo. Isso se deve à queda significativa de influência no poder central por parte deste grupo étnico em função da expulsão de diversas lideranças, o que, por consequência, fez com que novos grupos surgissem e reivindicassem uma maior autonomia para a região. A partir do ano seguinte, sob o comando de Mengistu⁴⁵, novas políticas foram formuladas para a resolução dos conflitos internos do PMAC com base nas táticas de resolução de problemas utilizadas nos anos anteriores (CARDOSO, 2019).

⁴⁵ Mengistu Haile Mariam, um oficial de médio escalão, até então ocupava o cargo de vice desde 1974, quando havia sido escolhido por Benti para ocupar essa posição. Em fevereiro de 1977, no entanto, ele conseguiu superar as divisões internas do PMAC através da prática de execução daqueles que divergiam de seu posicionamento, estabelecendo sua autoridade dentro da organização dessa forma. No mesmo ano ele se torna líder da Etiópia (CARDOSO, 2019).

O temor do governo de Selassié, entre as décadas de 1950 e 1960, de intervenção externa se tornou realidade através desse conflito direto em 1977. A Somália aproveitou esse momento para atacar a vizinha por acreditar que o governo etíope se encontrava tão fragilizada pela crise doméstica que escolheria se desfazer do Ogaden, uma região que historicamente trazia instabilidades para a Etiópia⁴⁶. Além disso, o momento em que a invasão foi planejada parecia favorecer a Somália. Em 1977, além de fragilizada pelas questões domésticas, a Etiópia não possuía grandes vantagens sobre a Somália em termos de forças armadas e seus recursos militares se encontrarem praticamente esgotados. Naquele momento inicial, a Etiópia se encontrava em desvantagem técnica por ar e por terra, ainda que possuísse a vantagem numérica a seu favor⁴⁷ (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Isso se devia à superioridade somali em termos de equipamentos militares, que contava com batalhões móveis, tanques, aviões militares, artilharia, armamento e veículos blindados de transporte pessoal (APCs) em quantidade e qualidade superior aos etíopes⁴⁸. Ademais, o novo governo em Addis Ababa vinha sendo atormentado por lutas por poder no centro e insurgências na periferia. À época, os grupos rebeldes haviam capturado a maior parte do território da Eritreia, enquanto outros grupos tumultuavam as regiões de Afar, Oromo e Tigré. Além disso, havia o conflito armado no noroeste etíope com a União Democrática da Etiópia (EDU). Outro fator foi a perda dos oficiais mais experientes que foram removidos ou demitidos durante a eclosão da revolução. Além disso, no que diz respeito a auxílios externos, o governo dos Estados Unidos argumentou que a Etiópia havia violado direitos humanos e cortou o suprimento de armas para o país, o qual havia contribuído para construir e equipar as forças armadas (TAREKE, 2009).

A soma desses fatores deixou claro para a Somália que a Etiópia se encontrava fragilizada e não resistiria a uma invasão em larga escala. Era uma brecha que Barre não se encontrava disposto a perder. Assim, nas primeiras horas do dia 13 de julho de 1977, cerca de 34.000 soldados somali com uniformes sem qualquer distintivo cruzaram a fronteira leste da

⁴⁶ Desde sua ocupação no séc. XIX, o Ogaden se encontrava em um estado quase constante de tensão devido à atuação de insurgentes, que utilizavam desde manobras de bater e correr quanto ofensivas de larga escala contra as autoridades etíopes (DEROUEN JR, HEO, 2007).

⁴⁷ Em número de soldados, a Etiópia possuía 47.000 indivíduos em contraste com os 35.000 da Somália (TAREKE, 2009). Antes da Guerra do Ogaden, em 1976, a Etiópia possuía o sexto maior exército em comparação com os outros Estados africanos, mas após o auxílio soviético em 1977, o país passou a crescer no ranking, alcançando a posição de maior exército do continente em 1979. A Somália, por sua vez, possuía, no início da Guerra, o maior contingente de infantarias mecanizadas no continente desde a Segunda Guerra Mundial (GONZALEZ, 2007).

⁴⁸ O equipamento etíope era mais escasso, ultrapassado e inferior quando comparado ao da Somália. Além disso, o país não possuía a mesma capacidade de mísseis terra-ar, tinha três vezes menos tanques (e com desempenho inferior) e concentrava suas melhores unidades no norte, deixando a fronteira com a Somália sendo protegida por apenas quatro infantarias, dois batalhões de tanques e dois de artilharia e três batalhões aéreos (TAREKE, 2009).

Etiópia com o objetivo de “libertar” os clãs presentes na região do Ogaden e “retomar” esse território. Metade desses combatentes seguia em direção à Hararghe e a outra metade ia para Bale, Sidamo e Arsi, a maioria equipada com rifles AK-47, além de metralhadoras, granadas e foguetes (TAREKE, 2009).

A partir de Junho, cerca de 5.000 soldados cruzaram a borda para realizar ataques simultâneos em alvos premeditados na província de Hararghe. Eles retiraram as insígnias de seus uniformes para se disfarçarem como guerrilheiros, mas ainda podiam ser distinguidos porque os trajes utilizados pelos guerrilheiros eram, em geral, trapos. Até o fim do mês, as cidades de Degehabur, Dire Dawa, Kebridehar, Gode e Warder foram atacadas por morteiros e foguetes. Esses soldados, no entanto, sofreram muitas casualidades. Em Gode, a perda girou em torno de trezentos homens, incluindo o comandante da brigada e seu substituto. Esse evento marcou o início da substituição das guerrilhas pela luta convencional (TAREKE, 2009).

Não obstante, a Somália havia desconsiderado alguns fatores quando desencadearam a guerra. Apesar de ter um armamento superior com um arsenal soviético a seu favor, o controle dos generais e o sistema logístico eram inadequados, o que somou-se ao planejamento inicial de uma guerra rápida, sem uma análise mais profunda de como equilibrar os meios e os fins. Sendo assim, quando a guerra passou a prolongar-se, as soluções foram esgotando-se (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009). Além disso, Cuba e a URSS tentaram persuadir os somalis a encontrarem uma resolução pacífica para o conflito. Fidel Castro viajou para a região e propôs a formação de uma federação que consistiria nos territórios da Etiópia, Somália e Yemen do Sul. Siad Barre o desafiou e a solidariedade que unia Cuba, União Soviética e Somália se desfez. Essa decisão afetaria o desfecho da guerra em 1978 (TAREKE, 2009).

A Etiópia utilizou essas falhas e sua superioridade numérica a seu favor, conseguindo prolongar a guerra contra os somalis e vencer. Além disso, ela interpretava a invasão como uma afronta à nação e um teste para a revolução, dois fatores que ela estava determinada a defender; o que a motivou a resistir de forma obstinada, negando-se a entregar o Ogaden. Contudo, o que lhe garantiu a vitória foi a intervenção externa cubana e soviética. Desse modo, o fim da guerra, em março de 1978, foi marcado por uma combinação entre tropas etíopes e cubanas equipadas com armamento soviético sofisticado repeliram o exército somali, que nessa altura já estava desgastado (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009). Tareke (2009, p. 635) resume esse momento de forma sucinta:

A invasão desencadeou uma grande Guerra de atrito envolvendo muitos atores externos e trouxe os Somalis para muito perto de atingir seu objetivo estratégico. Para os Etíopes, que se encontravam em meio a um cataclisma político, a derrota militar

lhes custaria cerca de um terço de seu território.⁴⁹ Isso também poderia ter precipitado não só a queda do governo incipiente de Addis Ababa, como também poderia derrubar a revolução etíope e desmembrar o país. Devido à uma confluência acidental de forças e eventos, no entanto, a Etiópia desviou da catástrofe e virou a mesa contra o agressor. Uma intervenção massiva dos países socialistas permitiu aos etíopes esmagar e repelir o exército invasor, que nunca se recuperou totalmente. A Etiópia emergiu como o Estado mais militarizado e poderoso do Chifre da África (TAREKE, 2009).

Cabe agregar que a República Democrática da Somália havia invadido, sem provocações, um país com território cinco vezes maior e dez vezes superior em população para realizar que ludibriou seus líderes por dezessete anos. Uma das principais consequência da invasão, porém, foi justamente a postergação do projeto nacionalista de autoafirmação por meio de uma unificação irredentista; afinal, o Ogaden continuou sob controle etíope. Ademais, o governo de Barre mostrou-se despreparado para o conflito, perdendo seu principal aliado e revelando a competência inferior de seus generais frente ao inimigo. O saldo do conflito foram aproximadamente 25.000 “casualidades”, centenas de milhares de deslocados e alteração da estrutura de poder interestatal no Chifre da África. Além disso, os alinhamentos internacionais foram alterados: a Somália “socialista” se aliou ao Ocidente, principalmente os Estados Unidos; a Etiópia, por sua vez, consolidou suas relações com a URSS (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

A insurgência no Ogaden se assemelhava à muitas insurgências que estavam ocorrendo no “terceiro mundo”. Em primeiro lugar, havia um forte fervor irredentista marcado por uma dinâmica “sons-of-the-soil” no qual seus combatentes principais são o regime do governo e os grupos paramilitares representando populações minoritárias. Na Etiópia, por exemplo, essa característica se apresenta pela combinação de sentimentos nacionalistas e as políticas repressivas de taxaço e redistribuição de terra que moveu os insurgentes no Ogaden a se rebelarem contra Addis Ababa. Em segundo lugar, havia o alto senso de anticolonialismo que existia de um modo ou de outro para essas insurgências do terceiro mundo. No caso do Ogaden, o agressor colonial tomava forma na figura da Etiópia, um Estado agressor que se aliava ao Ocidente contra o povo somali. Nessa questão, os somali argumentavam que a cessão do Ogaden pelos britânicos em 1948 para a Etiópia era ilegal e ilegítima (GOZÁLEZ, 2007).

⁴⁹ No original: “The invasion ignited a major war of attrition that involved many external actors and brought the Somalis very close to attaining their strategic goal. For the Ethiopians, who were in the midst of a political cataclysm, military defeat would have cost them about a third of their territory. It might also have precipitated not only the fall of the still-fledgling government in Addis Ababa but possibly also the defeat of the Ethiopian revolution and the dismemberment of the country. Because of a confluence of forces and events, however, Ethiopia averted catastrophe and turned the tables on the aggressor. A massive intervention by socialist countries enabled the Ethiopians to crush and repel the invading army, which never fully recovered. Ethiopia emerged as the most militarized and powerful state in the Horn of Africa.”

Por último, a maioria das insurgências ocorreram no contexto da Guerra Fria, recebendo influências das potências globais, que proviam recursos militares e financeiros para os regimes aliados. No Chifre da África, a influência dos Estados Unidos declinou rumo ao fim da Guerra Fria, mas a URSS teve um papel decisivo no curso da insurgência do Ogaden. Porém, apesar de todas as similaridades com outras insurgências, o conflito no Ogaden se diferenciava pela particularidade de seu movimento rebelde. Havia uma ausência de autonomia, tanto organizacional quanto logística, que os colocava sob controle de uma autoridade estrangeira (GOZÁLEZ, 2007). A doutrina pan-somali utilizada pela política externa da República da Somália desempenhou um forte papel ao apoiar a insurgências, fornecendo os recursos necessários e recebendo em troca o auxílio dos guerrilheiros aos militares somali. Contudo, isso não significa que os grupos não possuíssem agendas próprias; como no caso da Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF) e a Frente de Libertação Somali e Abo (SALF).

Em resumo, a insurgência no Ogaden não deve ser considerada um conflito civil no sentido tradicional, pois a insurgência não só era incapaz de se sustentar sem apoio estrangeiro, como também estava sob controle do mesmo. Segundo González (2007, p.352, tradução nossa) “também não se pode dizer que a insurgência foi inteiramente uma extensão da política externa de outro Estado. Ao invés disso, este conflito ocorreu simultaneamente nos níveis de interação interestatais e intraestatais”⁵⁰. Isso se deve à relação dos nômades no Ogaden com as autoridades etíopes, os quais, após serem assediados pelo governo central por setenta anos, entenderam que não havia outro recurso a ser utilizado, se não resistir e lutar. A Somália, por sua vez, interpretou essa ação como uma oportunidade de reconquistar seu território, provendo todo o suporte necessário pelos insurgentes desde que seus próprios interesses pan-somali tivessem prioridade (GOZÁLEZ, 2007).

Desse modo, os interesses da Somália e dos Ogaden se cruzavam, forçando a Etiópia a se defender. Entretanto, mesmo quando a insurgência não correspondia ao interesse de Mogadíscio, suas ações continuaram em guerrilhas, eventualmente aderindo à um partido político no país (GOZÁLEZ, 2007).

Na década de 1980 a instabilidade política interna causada pelos grupos insurgente de oposição regional geraram um ciclo de desequilíbrios caracterizado por conflitos sociais, disputas políticas e guerra civil. Além disso, os Estados da região aderiram às guerras proxy, apoiando os grupos insurgentes que atuavam nos territórios vizinhos rivais com o objetivo de desestabilizar os governos (CARDOSO, 2019).

⁵⁰ No original: “[...], neither can it be said that the insurgency was entirely an extension of another state’s foreign policy. Instead, this conflict simultaneously occurs at both the interstate and the intrastate levels of interaction.”

Essa revolução abalou a dinâmica regional do Chifre da África após seu triunfo na Etiópia, marcando o período de 1974 a 1990 com uma nova ordem. Esta seria, segundo Nilton César Cardoso (2019), caracterizada por

relações predominantemente conflituosa em função do aumento das rivalidades interestatais (polarização), da proliferação de atores não estatais (grupos insurgentes) com apoio externo (guerra *proxy*) e da penetração de atores extrarregionais na agenda de segurança regional, em um contexto de transbordamento das dinâmicas da Guerra Fria para o continente africano.

No que tange aos somali, a derrota sofrida pela Somália frente à Etiópia simbolizava o declínio do projeto pan-somali. Além disso, a derrota aliada ao aprofundamento da crise econômica interna e ao autoritarismo de Siad Barre, levaram ao aumento crescente de insatisfação com o governo. Nesse contexto, o incremento da dissidência interna culminou em uma tentativa de golpe por um grupo de militares no ano de 1978. Dezenove mentores do golpe foram executados publicamente, mas alguns conseguiram fugir para a Etiópia, onde criaram no ano seguinte a Frente de Salvação Somali (SSF), sob a liderança do Coronel Abdullahi Yusuf Ahmed (CARDOSO, 2019).

Tabela 1: Principais grupos insurgentes na Somália (1970-1990)

Grupo insurgente	Ano de criação	Motivação	Apoio Regional
Frente Democrática da Salvação Somali	1979	Mudança de regime	Etiópia
Movimento Nacional Somali	1981	Secessão	Etiópia
Movimento Patriótico Somali	1989	Mudança de regime	-
Congresso Somali Unido	1989	Mudança de regime	Etiópia

Fonte: Adaptado de Cardoso (2019).

Dois anos depois, em 1981, a SSF uniu-se à ala radical do Partido dos Trabalhadores Somali (SWP) e à Frente Democrática para Libertação da Somália (DFLS) para formar a Frente Democrática de Salvação Somali (SSDF), que tinha como meta a intensificação da luta política e militar contra o governo de Barre. A organização utilizava táticas de guerrilha para

desestabilizar seu inimigo e contava com o apoio econômico e militar da Etiópia e da Líbia. Esta última havia sido acusada pela Somália de apoiar a SSDF e o nascente Movimento Nacional Somali (SNM), que demandava a independência da região Norte, culminando no rompimento diplomático da Somália com o governo de Muammar Khadafi em 1981 (CARDOSO, 2019).

Nesse contexto, Mengistu encontrou um momento propício para voltar-se para outras áreas e dar continuidade à revolução. Afinal, a legitimidade do governo havia sido assegurada com a vitória na Guerra de Ogaden, a oposição civil havia enfraquecido, as divisões internas do PMAC haviam sido resolvidas e os grupos insurgentes haviam sido temporariamente subjugados. Sendo assim, ele lançou a Campanha Revolucionária de Desenvolvimento Econômico Nacional, Programa de Investimentos de Dez Anos; o Programa Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que conseguiu alfabetizar mais de seis milhões de pessoas em poucos anos; o Programa de Reassentamento, criado para combater a seca, evitar a fome e aumentar a produtividade agrícola⁵¹; e a criação de um partido político através do PNDR (CARDOSO, 2019).

Contudo, novos abalos ao regime vieram logo a seguir. Em 1984 uma nova seca de grandes proporções assolou o país, causando um enorme problema com a fome. No entanto, essa se mostrou ainda mais forte do que a de 1972, o que somou-se ao fracasso dos planos econômicos e à reorganização interna dos grupos insurgentes impuseram sérios desafios ao regime. A questão da fome foi gerada a partir da união de dois fatores: o primeiro e mais imediato foi a seca, já o segundo fator foi a falha das políticas agrícolas (CARDOSO, 2019).

Para resolver o problema da seca, o governo promoveu campanhas de transferência de camponeses das áreas mais populosas para as menos povoadas. A campanha falhou em resolver o problema. Contudo, no Tigré e na Eritreia, um braço da EPLF, a *Eritrean Relief Association* (ERA), e uma organização humanitária criada pela TPLF, a *Relief Society of Tigray* (REST) foram fundamentais para aliviar os impactos da seca na população. A ERA foi criada em 1975 como um braço da EPLF que tinha por finalidade arrecadar dinheiro para os refugiados eritreus, bem como para os deslocados na Eritreia. A REST, por sua vez, coordenava os programas de auxílio, reabilitação e desenvolvimento tanto no Tigré, quanto entre os refugiados tigrinos. Ambas foram concebidas como um reflexo da necessidade de ambas as Frentes de um órgão especializado para lidar com o desenvolvimento e responder os esforços do PMAC de restringir

⁵¹ A TPLF via o Programa de Reassentamento como uma plataforma que tinha como principal objetivo o enfraquecimento das insurgências nacionais.

o fluxo de assistência econômica e humanitária para a região dominada por esses grupos (CARDOSO, 2019).

A reorganização dos grupos insurgentes permitiu a retornada das ofensivas contra as forças do governo. O EPLF e o TPLF foram particularmente beneficiados durante esse rearranjo para que pudessem combater as forças do governo. No entanto, em 1985, no auge da fome, o EPLF rompeu relações com o TPLF como consequência de uma longa disputa. Logo, a colaboração militar e os contatos políticos foram rompidos. O EPLF também contribuiu para agravar a crise no Tigré ao impedir a passagem da TPLF por seu principal elo de suprimento, através da Eritreia para Kassala, no Sudão. A situação foi contornada pela TPLF em uma semana, período que levou para os camponeses abrirem uma nova rota para o grupo (CARDOSO, 2019).

Em março de 1988 a EPLF realizou uma nova ofensiva contra o exército etíope em Af Abet, no Sul do Sahel. Por consequência, uma batalha decisiva foi travada, na qual a EPLF conseguiu cortar as linhas de suprimento das forças do regime. Os etíopes, derrotados, ficaram sob cerco na parte central da Eritreia e só conseguiam ser abastecidos por via aérea⁵² (CARDOSO, 2019). A TPLF, por sua vez, realizou uma ofensiva em direção à cidade de Endalásie no ano seguinte. Nesse local, cerca de 35.000 soldados do Terceiro Exército Revolucionário (TRA) estavam estacionados (CARDOSO, 2019). Conforme Cardoso (2019, p. 136-137),

A ofensiva partiu da necessidade de romper o impasse e reduzir a interferência do DERG no campo controlado pela Frente, mas também envolveu uma série de considerações políticas, uma das quais era o desejo de restabelecer relações com a EPLF. A TPLF sustentava que a EPLF subestimava sua capacidade militar e acreditava que uma grande vitória da TPLF convenceria os eritreus de que o sucesso contra o DERG não seria possível sem a união. A eficiência tática e o forte apoio popular, aliados à moral baixa das tropas do DERG foram decisivos para a vitória da TPLF sobre as forças do governo na batalha de Shire.

Ao longo da década de 1980, a Somália passava por um período turbulento que unia a incapacidade do governo de controlar o declínio econômico em meio à crise de dívidas e o apoio militar e financeiro de grupos que se opunham à Barre por vizinhos, como a Etiópia. O país se via cada vez mais imerso no descontentamento da população e o aumento da radicalização política. A partir de 1988, as forças governamentais no Norte do país passaram a sofrer crescentes ataques provenientes do SNM. Em agosto, Barre ordenou massivos

⁵² Segundo Cardoso (2019, p.136), “Estima-se que mais de 15.000 soldados e uma divisão mecanizada tenham sido colocados fora de ação, além de terem sido capturadas pela EPLF grandes quantidades de equipamentos bélicos, incluindo artilharia pesada, que se revelaram importantes para a continuação da guerrilha”.

bombardeios aéreos na região de Hargeisa e outras cidades capturadas pelo grupo, contribuindo para a radicalização política e a eclosão da guerra civil. No ano seguinte, surge nesse contexto dois grupos insurgentes que tinham por objetivo derrubar o governo Barre e estabelecer um governo alternativo no país. Esses grupos eram o Congresso Somali Unido (USC) e o Movimento Patriótico Somali (SPM) (CARDOSO, 2019).

No início da década de 1980, Barre iniciou um processo gradual de aproximação com os países vizinhos para que pudesse resolver os impasses e garantir um ambiente regional menos hostil aos somali, de modo que pudesse focar na resolução do conflito interno. A Etiópia, desgastada pela derrota frente à EPLF na batalha de Af Abet, também buscou normalizar suas relações regionais para solucionar a crise interna. Esse momento possibilitou que, no ano de 1986, Barre e Mengistu se encontraram no Djibuti, com a mediação dos então presidentes do Djibuti, Hassan Gouled, e do Quênia, Daniel arap Moi, para discutir questões como o Ogaden, o apoio mútuo aos grupos insurgentes e sobre os refugiados. Dois anos depois, em 1988, ambos acordaram em retirar os contingentes militares de suas respectivas fronteiras, trocar seus prisioneiros de guerra e cessar imediatamente os apoios aos grupos insurgentes⁵³ (CARDOSO, 2019).

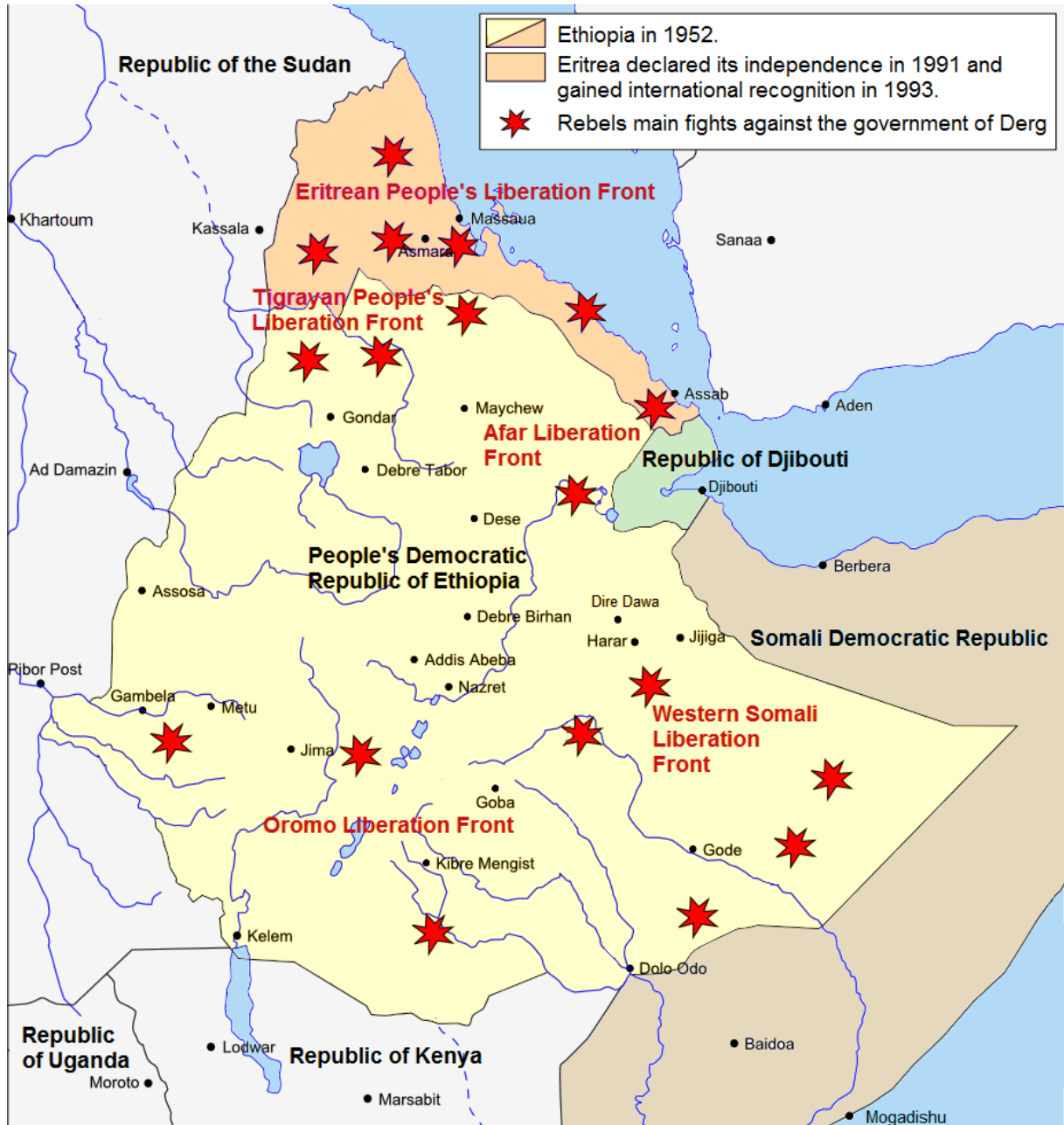
O ano de 1986, além de ser o ano do encontro dos desses dois líderes, também marcou a Etiópia pela promulgação da nova Constituição, que estabeleceu a Assembleia Nacional e um sistema de presidencialismo na Etiópia. Logo, eleições para a Assembleia foram realizadas, sendo vencidas pelo WPE, que havia sido criado no ano anterior como resultado do trabalho do POMOA para colocar o PNDR em prática. Em 1987 foi declarada a República Popular Democrática da Etiópia (PDRE), resultado do mesmo plano, e Mengistu foi eleito presidente (CARDOSO, 2019).

Já o ano de 1988 foi palco de outros acordos, para além do firmado entre Somália e Etiópia. Na época, as lideranças da EPLF e da TPLF decidiram coordenar suas lutas após uma série de reuniões em Cartum. A base da aliança era alcançar metas em comum, como derrubar o regime, coordenar a intervenção de ambas as superpotências na região, o reconhecimento da legitimidade da luta por independência dos eritreus, o direito das nacionalidades da Etiópia à

⁵³ Outro fator que pode ter contribuído para esses acordos foi a queda no apoio dos principais aliados externos aos regimes devido à intensificação da crise doméstica. A Somália perdeu sua ajuda militar proveniente dos Estados Unidos, com exceção do *International Military Education and Training* (IMET), devido à pressões do Congresso estadunidense decorrentes de denúncias de violações de direitos humanos no país. A Etiópia, por sua vez, teve o apoio militar ao regime reduzido pela URSS e recebeu o conselho da mesma para que buscasse uma saída pacífica e negociada para a crise interna. Desse modo, ela [a Etiópia] poderia liberar recursos para o desenvolvimento socioeconômico do país e recuperar o apoio das massas (CARDOSO, 2019).

autodeterminação; e a necessidade de grupos de oposição nacionais se unirem à luta (CARDOSO, 2019).

Figura 4: Guerra civil etíope



Fonte: CC BY-SA 4.0. 2017.

Nesse contexto, conforme a moral das forças armadas declinava e o regime ia se descolando da sociedade, perdendo a base social que o sustentava, a TPLF propôs, aos grupos menores de oposição ao regime, a formação de coalizão. O fruto dessa proposta foi a criação da Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (EPRDF) em 1989, que era presidida por Meles Zenawi, líder da TPLF. Nessa coalizão participava o Movimento Democrático

Nacional Amahara (ANDM), a Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO) e o Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (SEPDM), além, é claro, da própria TPLF (CARDOSO, 2019).

A partir daí, a EPDRF e a EPLF coordenavam suas ofensivas com o objetivo de enfraquecer a capacidade de combate do PMAC. Em 1991 a EPLF invadiu a frente sul e entrou em Asmara, enquanto o exército etíope fugia rumo ao oeste. Pouco depois, durante as operações Tewodros e Walleligne, a EPRDF entrou em Addis Ababa e recebeu o auxílio da EPLF na batalha final para derrubar o regime e tomar o poder. Mengistu foi derrubado em maio e fugiu para o Zimbábue (CARDOSO, 2019).

O ano de 1991 também marcou a queda de outro presidente. O presidente Siad Barre fugiu da capital somali em janeiro desse ano após confrontos intensos entre as forças do regime na capital e a coalizão de grupos beligerantes que havia alcançado Mogadíscio. Essa coalizão havia sido formada em 1989, quando, cientes da deterioração da capacidade de combate do regime, assim como unidas pelo objetivo de fortalecerem suas posições, a SNM, a SPM e a USC formalizaram uma aliança para derrubar o governo. Um pacto, então, foi assinado e previa a formação de um governo de coalizão após a deposição de Barre (CARDOSO, 2019).

Portanto, assim se encerrava um turbulento período na Etiópia. Marcada por insurgências, guerras e mudanças de alianças as décadas de 1960, 1970 e 1980 agitaram o cenário doméstico do país e ameaçaram sua estabilidade política e unidade territorial. Os somali nesse período formaram uma etnia ativa nas questões domésticas e o movimento pan-somali foi uma pauta importante na política externa da Somália, afetando direta e indiretamente as ações dos somali na Etiópia e a integridade do país.

5 OS SOMALI NA ETIÓPIA E NA SOMÁLIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 é marcada por um momento complexo no que tange à Somália e à Etiópia. Na primeira, a Guerra do Ogaden (1977-1978) alimentou uma guerra civil na década de 1980 que gerou um vácuo de poder no país com a queda de Siad Barre em 1991. O Estado que se alimentava de um discurso de unificação, racha e vira palco para a formação de dois Estados não reconhecidos na metade norte e a anarquia, preenchida por Senhores da Guerra, grupos armados e outros tipos de organizações que carecem de legitimidade — seja domesticamente, seja internacional — na metade sul.

O ano de 1991 também marcou o fim de um governo na Etiópia. Ali, o regime revolucionário chegava ao fim, junto com a guerra civil e marcava a transição do país para o governo de uma coalizão multiétnica, a Frente Democrática Revolucionária dos Povos Etíopes. Enquanto a Somália enfrentava o vácuo de poder, na Etiópia o grupo que havia ascendido e tomado o poder transformava o país em um grande laboratório. A implementação do federalismo étnico no país marcava uma grande mudança doméstica, assim como atraía a atenção dos estudiosos de Relações Internacionais para a aplicação do modelo e os potenciais resultados do mesmo no país.

5.1 SOMÁLIA

A Somália passava por um momento complexo na década de 1990. Enquanto, nas décadas anteriores, o país interferia na vizinha Etiópia sob o discurso de unificação travestido no sonho da Grande Somália, internamente ele rachava. As consequências do desejo de anexação do Ogaden no meio doméstico não obtiveram bons resultados a longo prazo. Mergulhada em uma guerra civil, o fim do regime de Siad Barre significou o fim do governo central tanto por marcar o encerramento de um regime quando por significar a perda das instituições que mantinham o aparato estatal no país.

Os sinais de que havia algum problema no país já estavam presentes em 1961, quando os Isaaq tentaram tomar o poder. A tentativa de golpe falhou, levando ao silenciamento e perseguição do clã pelas autoridades formais. Apesar do silenciamento da dissidência, as raízes do problema não foram tratadas de forma eficiente nas décadas seguintes. Afinal, o conflito entre os clãs do norte da Somália com o governo central era pautado nas desigualdades geradas

pela provisão díspar de bens sociais, econômicos e políticos nas regiões do norte e do sul⁵⁴. Isso porque, em meados da década de 1980, o investimento no norte era inferior à 10% do que aplicava-se no sul. Essa falta de interesse em investimento pelo governo central, assim como a não concessão de autonomia e a falha na provisão de bens políticos para população do norte por Barre gerou um alto descontentamento na população, culminando em sua revolta (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

A derrota na Guerra do Ogaden empreitada por Barre foi outro fato que influenciou nesse conflito devido ao seu forte impacto na contestação das camadas populacionais do regime. A presença dos refugiados provenientes das regiões de Ogaden e Oromo ao noroeste do país intensificaram as tensões presentes, pois a ajuda internacional proporcionava um maior acesso aos serviços básicos para estes do que a própria população da região possuía. Isso se refletiu em um sentimento de abandono institucional no próprio território da Somália, o que por sua vez contribuiu para intensificar as tensões entre os clãs do norte e o governo central. Para resolver esse problema, a autoridade central intensificou as forças militares na região e permitiu o uso da violência indiscriminada contra a população e seus levantes, a fim de dissipar as organizações dos Issaq contra o governo. Severamente reprimidos, uma parcela dessa população deixou o país na condição de refugiado e, no exterior, passou a criar literatura e a articular estratégias para a mudança do regime (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Foi este cenário que fez com que o Movimento Nacional Somali (SNM) fosse formado e anunciasse guerra ao regime de Barre. A ação refletiu em tumultos na Somália 1982, marcando o início da guerra civil e contribuindo para as insurgências que viriam a ser operadas pelo SNM. Inicialmente, eles tinham compunham uma insurgência que tinha por objetivo reformar o país, por meio da reestruturação do governo, mas a partir de 1988 se tornam uma insurgência separatista. Conforme avançavam, o governo de Barre impunha políticas cada vez mais discriminatórias aos Issaq⁵⁵ por meio de influências negativas em seus negócios, a introdução de cartões de identidade (que dificultavam a locomoção a nível local e nacional), da dificuldade do acesso a empregos e serviços e promovendo uma política de extrema violência contra a população. Assim, aqueles que já possuíam um acesso restrito aos recursos foram ainda mais oprimidos (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

⁵⁴ É importante ressaltar que apesar dos Issaq serem aqueles que mais se destacaram nessa luta, o norte é composto por outros quatro clãs principais na região, são eles: *Gadabursi*, *Lise*, *Dhulbahante* e *Warsengeli*. Todos eram afetados pelas políticas (ou falta delas) de Barre (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

⁵⁵ Isso se deve à própria composição do SNM, na qual os *Issaq* são maioria e possuem predominância política e econômica no território somalilandês (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Foi devido a esse processo que, da marginalização do clã Isaaq, mais especificamente do assentamento do SNM, nasceu a República da Somalilândia⁵⁶, um Estado não reconhecido incrustado no norte da Somália⁵⁷ (BRADBURY, 2008; HOEHNE, 2013; PEREIRA, 2016) (ver mapa da figura 5). Após o fim da guerra civil, o Estado da Somalilândia conseguiu se reorganizar e se tornar perfeitamente funcional ao aproveitar estruturas de participação democrática que já existiam no SNM. Ali a estabilidade foi possível devido ao empenho do SNM em afastar a Somalilândia da prevalência de Senhores da Guerra, que poderiam desestabilizar o território como ocorreu no sul do país (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Nesse sentido, o Movimento Nacional Somali diferenciou-se das facções política-militares que surgiram entre 1980 e 1990 na Somália, pois sua visão política no momento pós Siad Barre divergiam, não sendo SNM um movimento radical. Além disso, ele distinguia-se dos demais grupos armados devido ao uso dos sistemas clânicos, os quais seriam a origem para a estabilidade política, coesão social e atividade econômica da Somalilândia. Portanto, o posicionamento do SNM frente à população civil e sua posição no pós conflito impactaram na diferenciação entre a Somália e a Somalilândia. Esta última, gozando de autossuficiência, democracia interna, liberdades individuais e resolução de controvérsias por meio do diálogo e compromisso (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Tal realização se deu calcada na inclusão de instituições tradicionais no governo com uma legislatura bicameral, composta por líderes anciões clânicos, o Conselho de Anciões (Guurtí). Eles desempenharam uma importante papel na política e na estratégia militar do SNM. Isso se deve ao poder que a participação dos líderes anciões exerciam sobre o controle dos soldados do Movimento; a mobilização dos recursos; e a tendência à atenuar os conflitos entre os Isaaq e os demais clãs. Ademais, o Movimento não se associava a nenhum líder particular, obtendo cinco presidentes eleitos em congressos populares, demonstrando seu caráter

⁵⁶ Com a vitória do SNM contra o Exército Nacional Somali tem-se, em 1991, a declaração da República da Somalilândia, marcando a independência da Somalilândia controlada pelo SNM e pelos líderes clânicos da união dos territórios coloniais Somalilândia Italiana e britânica criadas em 1960. Surge, assim, um novo Estado no contexto internacional que levava em si não só o afastamento dos conflitos no sul da Somália, como também o embrião da unidade de gerenciamento estatal híbrido que o país viria a se tornar (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

⁵⁷ Sobre o SNM, é importante ressaltar que seu corpo é majoritariamente composto pelos *Isaaq*, os quais possuem predominância política e econômica no território somalilandês. O grupo surgiu inicialmente como um movimento de insurgência para a reforma, buscando a reestruturação do governo, tornando-se uma insurgência separatista apenas após o ano de 1988. Cabe ressaltar que sua existência e luta contra o governo de Barre foram responsáveis pela restauração da estabilidade do norte da Somália e o surgimento da Somalilândia. Isso porque a criação das instituições da Somalilândia derivam da estrutura de participação democrática na qual o Movimento era composto (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

democrático e rotativo e negando as lideranças autoritárias dos Senhores da Guerra (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Figura 5: Somalilândia



Esse empenho se deve ao fato de que o jovem território da Somalilândia havia sido devastado pelo conflito da queda de Barre, possuindo importantes desafios para a construção de suas bases e reconstrução de suas estruturas. Uma das maiores dificuldades enfrentadas em sua construção foram as poucas mudanças da organização do SNM como movimento e como governo. A não criação de estruturas administrativas nos dois anos de posse do SNM forçou os Conselhos *ad hoc* dos *Guurti* a se responsabilizarem pelo gerenciamento das milícias, a mediação das disputas, a administração da justiça e a interação com as agências internacionais (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Apesar da dificuldade inicial, o governo local estabeleceu um exército permanente e equipado, bem como novos e efetivos sistemas judiciais e de policiamento com base em sua nova Constituição. Pouco mais de uma década depois a Somalilândia vivia em paz, contrastando com suas condições durante a guerra civil. Em Hargeisa, antiga capital da Somalilândia Britânica, proclamou-se pelos líderes e pela população uma nova capital de República da Somalilândia independente. Na cidade, assim como nas cidades próximas e área rural, as ruas eram vigiadas e sinalizadas, e as escolas, universidades e hospitais públicos marcavam a presença de um governo efetivo⁵⁸. Além disso, a Somalilândia contava com eleições periódicas para a presidência do país e em níveis locais consideradas justas e livres e até mesmo um passaporte, ainda que não reconhecido⁵⁹ (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008).

Ali, os habitantes de Hargeisa e toda a região em que a cidade se encontra consideravam que a Somalilândia definitivamente situava-se para além das fronteiras da Somália (RANDIG, 2008). Assim, entre 1991 e 2008, enquanto intermináveis combates arrasaram Mogadíscio e uma parte expressiva da Somália, a Somalilândia avançava no sentido oposto, funcionando perfeitamente com um Estado no plano doméstico, apesar de não obter sucesso no que diz respeito ao reconhecimento internacional. Ainda assim, com um orçamento aproximado de apenas 50 milhões de dólares, o governo da Somalilândia mantinha uma administração civil efetiva sobre a maior parte de seu território, que equivale a um quinto do que é

⁵⁸ No que diz respeito às instituições educacionais, a Somalilândia não as possuía em 1991. Seus sistemas de educação pública foram inseridos por meio do auxílio de comunidades, doadores internacionais e do próprio governo. Seu sistema educacional público existe em paralelo ao sistema tradicional de escolas (*Qur'anic*) e a um número de instituições privadas, valendo ressaltar o estabelecimento da Universidade de Amoud em Borama, como um exemplo efetivo das iniciativas de institucionalização. Esta universidade recebeu apoio das diásporas fora do país e do financiamento público e privado (HARRIS e FORESTI, 2011; PEREIRA, 2016).

⁵⁹ O próprio presidente somalilandês utiliza um passaporte da Somália falsificado, que pode ser facilmente adquirido facilmente nas ruas das principais cidades do Chifre da África e que são os únicos reconhecidos após a queda de Barre. Enquanto os passaportes somalilandeses não são reconhecidos, estes passaportes somalianos de fácil acesso continuam possuindo reconhecimento internacional (RANDIG, 2008)

internacionalmente atribuído à Somália. Ano após ano, os indicadores sociais da Somalilândia melhoram (RANDIG, 2008).

No entanto, enquanto no Norte um estado funcional se formava e seu sistema híbrido tomava forma, o vácuo político gerado pela queda de Barre propiciou que o Sul percorresse o caminho contrário. Fora da Somalilândia o país afundava em meio a anarquia. Dominada por Senhores da Guerra, a região recebeu tentativas de auxílio internacional que tiveram fins desastrosos, principalmente no caso dos Estados Unidos, gerando o “efeito Somália”. Além do envio de missões da Organização das Nações Unidas, a comunidade internacional tentou instaurar um regime de transição, do mesmo modo que havia feito em 1991 com a Etiópia. Testemunhou-se no sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio, o completo abandono das estruturas e divisões políticas então existentes. Muitas cidades, incluindo a capital Mogadíscio, entraram em estado de anarquia, tornando-se campos de batalhas disputados por clãs rivais e milícias locais. De modo súbito, a população sentiu a ausência de um governo, assim como das instituições que proviam os serviços públicos, como saúde e educação fizeram-se sentir pela população, além do exército, o sistema oficial de justiça e as forças policiais (RANDIG, 2008).

Ocorre que, com após a queda de Barre, ao contrário com o que ocorreu com o território sob o controle da SNM, “Senhores da Guerra” passaram a disputar o controle dos portos somali, dos meios de produção e do comércio local (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008). A missão de paz iniciada em 1992 ficou marcada pelas fotos dos corpos de soldados americanos e soldados da OUA, assim como o registro da felicidade dos somali com a derrubada dos Black Hawks. A tentativa de instaurar o Governo Federal de Transição (GFT), produto final das negociações realizadas por anos, também não deu grandes resultados. Apesar do mesmo passar a representar o país em foros multilaterais a partir de 2004, inexistiu um controle efetivo sobre qualquer porção do país (RANDIG, 2008).

O povo somali, com sua forte tradição anti-etíope, anti-cristã e aversa aos Ocidentais, principalmente aqueles que a colonizaram, fez com que, mesmo em um estado de anarquia generalizada, as tentativas de instaurar alguma ordem que fossem estrangeiras não vingassem. Em meio ao caos, muitos se apegaram ainda mais à religião, criando um terreno fértil para a formação das Cortes Islâmicas e para a atuação de grupos armados *jihadistas* (HANSEN, 2013; SHAY, 2008).

Ao contrário do GTF, a União das Cortes Islâmica (ICU) pôs fim a anos de combate intenso em Mogadíscio após sua vitória sobre vários Senhores da Guerra locais. Ela congregava numerosos líderes muçulmanos, entre moderados e radicais, e possui um poderoso braço militar, logrando, assim, “restituir, pela primeira vez desde a queda de Barre, a paz na capital

somaliana. A ordem foi mantida com base no estabelecimento de tribunais locais que aplicavam rigidamente a sharia, a lei islâmica” (RANDIG, 2008, p. 22). A partir daí, deu-se início à reconstrução da infraestrutura da cidade. Logo, a União parecia apta a consolidar seu governo, eclipsando o recém-criado Governo de Transição com seus êxitos.

Ocorreu que, desconfiados de possíveis ligações da Corte com a Al-Qaeda fizeram com que os Estados Unidos incentivassem uma invasão por parte da Etiópia. Esta, após intensas batalhas, conseguiu ter êxito na expulsão das Cortes, permitindo a instalação do GFT na capital. Desde então, os combates voltaram a ocorrer diariamente na cidade, obrigado o GFT a manter seus escritórios fora da área, ainda que a capital seja uma das poucas cidades na qual eles possuem algum controle. Além disso, a violência generalizada obrigou as organizações internacionais a abandonarem o país. Em 2008, Mogadíscio havia voltado a ser considerada um dos lugares mais perigosos do mundo (RANDIG, 2008).

Sobre a atuação de grupos guerrilheiros/terroristas na Somália e a ligação da ICU com a Al-Qaeda, tem-se uma alta complexidade e vínculos entre líderes. Como foi dito anteriormente, o caos no país fez com que o povo Somali se apegasse ainda mais à sua religião. Esse fator somou-se à sua cultura aversa aos estrangeiros e seus planos colonizadores ou imperialistas no Chifre da África, sobretudo quando se trata de cristãos. Nesse ambiente, a Guerra ao Terror promovida pelos Estados Unidos encontrava eco nesse povo, o qual acabou por ligar-se em diversos momentos ao Afeganistão (HANSEN, 2013; SHAY, 2008).

Assim, não é surpresa que a Al-Qaeda tenha conseguido estender sua atuação para a região. Pelo contrário: o Chifre da África e o Mar Vermelho são tratados pela organização como área de importância estratégica para sua *Jihad* Global. A região não só ligava o Ocidente e o Oriente pelo Mar Vermelho como também era produtora de petróleo e possui grandes depósitos de minérios. Soma-se a isso o fato de que a doutrina da *jihad* se encontrava presente na região, principalmente na Somália e na Eritreia. Esta produziu muitos *Mujahidin*⁶⁰ no passado e a Al-Qaeda via a possibilidade de produzir ainda mais. Além disso, na Somália, as condições políticas e militares do país facilitavam o movimento, planejamento e organização dos combatentes. Assim como os conflitos contínuos entre os “verdadeiros muçulmanos”⁶¹ e seus rivais. Ademais, a guerra e os conflitos no país deixavam a população vulnerável, o que tornou possível a criação de influência nas suas operações ao prover apoio financeiro e bem-estar (SHAY, 2008).

⁶⁰ *Mujahidin* é a forma plural de *Mujahid*, que significa guerreiro santo, combatente.

⁶¹ O termo utilizado por Shay (2008) é “true Muslim” e se refere aos *Mujahid* e seus apoiadores.

Desse modo, a Somália se tornou o palco ideal para a organização *jihadista* Al Itihad al Islamiya (AIAI), que passou a atuar junto à Al-Qaeda desde 1993 nos ataques contra os Estados Unidos na Somália⁶². A AIAI tinha por objetivo implantar um califado pan-somali no Chifre da África que uniria os membros da etnia nos territórios da Etiópia, Djibuti e Quênia em à uma Somália expandida. No meio da década de 1990, a AIAI contou com o apoio da Al-Qaeda e do Sudão ao iniciar uma campanha terrorista contra a Etiópia, que revidou ao invadir a Somália e derrotar a Al Itihad no campo de batalha. No entanto, essa ação não desmantelou a AIAI. Pelo contrário: ela se reinventou e, em 1999, indivíduos essenciais da AIAI se fundiram às Cortes Islâmicas (ICU) (SHAY, 2008). Com o Hassan Dahir Aweys, que era ligado à Al-Qaeda, se tornando líder do ICU e a vitória das Cortes na Somália (SHAY, 2008), compreende-se a razão pela qual os Estados Unidos desconfiavam de uma ligação ICU- Al-Qaeda (RANDIG, 2008).

Em 2006, Osama bin Laden repreendeu a decisão de Abdullahi Yusuf, líder do GFT Somali em Baidoa, de buscar auxílio da Etiópia, chamando-o de “um agente de apóstatas estrangeiros” e “um obediente agente americano”⁶³(SHAY, 2008, p.31-32). Outros ataques foram feitos por Bin Laden se referindo à Somália e ação dos líderes somali no país, o que levou à decisão do líder da Suprema Corte Islâmica da Somália, o Sheik Hassan Aweys, a declarar que os desejos dos somali eram deles e não derivado de vontades externas. O primeiro-ministro do GFT, Ali Muhammad Gedi, também reagiu negativamente à postura de Osama bin Laden na época, declarando que os somali eram adeptos ao Islã antes do nascimento de bin Laden e seus ancestrais, então o mesmo deveria deixar que o mesmo deveria deixar as questões somali para o povo Somali. Gedi chegou a exigir que os representantes de bin Laden deixassem a Somália, caso contrário os mesmo seriam expulsos do país. Ademais, no mesmo ano, a derrota do ICU pelo GFT e pelos etíopes gerou um importante contratempo nos planos da Al-Qaeda e a *Jihad* Global (SHAY, 2008).

Derivada de um subgrupo da AIAI, a Harakat al-Shabab al-Mujahideen (Movimento do Jovem Guerreiro, em português) é uma organização grande e heterogênea, nas quais os recrutados são motivados por uma variedade de fatores, como: ganho financeiro, medo (recrutamento forçado), sentimento anti-etíopes, ressentimentos entre clãs, desejo de justiça via legislação da Sharia, entre outros. As variedades nas motivações de seus membros não impediram que o

⁶² Essa parceria incluiu a participação da Al-Qaeda nos arranjos do incidente “Black Hawk Down”, em 1993, que terminou com a morte de 18 soldados estadunidenses e a decisão do presidente Bill Clinton a recuar as forças americanas na Somália (SHAY, 2008).

⁶³ No original: ‘an agent of foreign apostates’ e ‘an obedient American agent’.

grupo se mantivesse unido nos seus primeiros cinco anos, apesar de ocasionais tensões nos cargos da Al-Shabaab (HANSEN, 2013).

A mesma era ligada às Cortes em meados de 2006. Enquanto a ICU parecia manter a ordem de Mogadishu sob controle, um subgrupo denominado “Juventude” (ou “Youth”, no termo utilizado pelo autor) e tinha como um de seus líderes um comandante que atendia pelo nome de *Gaal dille* (Matador de Cristãos, na tradução), já demonstrava sua tendência à violência. Se tratava do Al-Shabaab (HANSEN, 2013).

Para Stig Hansen (2013), a Al-Shabaab já apresentava, à época, uma dualidade que a marcou pelos anos seguintes: de um lado, ela contribuía para a estabilidade por meio da justiça; por outro ela era temida e promovia um senso de guerra cósmica entre o Islã e o Ocidente. Desde então o uso de atentados suicidas, combatentes estrangeiros e as declarações de lealdade à Al-Qaeda atraíram a atenção internacional para a organização. Ao organização se autoproclamava única aliada da Al-Qaeda com controle sobre territórios substanciais (HANSEN, 2013).

Com a diáspora dos somali, a Al-Shabaab também assumiu um caráter global, fato que preocupava ainda mais os países ocidentais, contribuindo para a inclusão da organização na lista de terroristas em 2008. A organização também possuía campus para treinamento de jovens somali para a *Jihad* Global, a qual deveriam defender atuando na Somália e estendendo seu campo de ação para outros países. O grupo partiu de ex-alunos de uma rede no Afeganistão, se expandiu com o recrutamento de jovens pobres em Mogadíscio, e passou por uma fase de colapso e renascimento. Nesta última fase, se tratava, novamente, de uma pequena organização, apesar de ter conquistando a maior parte do sul da Somália no período que se seguiu até que novamente enfrentasse uma série de derrotas (HANSEN, 2013).

Na Somália, o fortalecimento da religião como discurso político, a Guerra ao Terror e a invasão etíope permitiram que a Al-Shabaab crescesse. O uso de um discurso religioso corroborado por um repertório de símbolos auxilia a formação de um suporte por parte da população desde o colapso do Estado Somali. Assim, em meio ao apego dos somali ao Islã, fortalecido pelo ressurgimento religioso no país, a Al-Shabaab ganhou espaço ao se projetar nos símbolos difundidos. Já a Guerra ao Terror (2001 - presente) e a invasão etíope no país (2006-2009), as quais ecoaram nos sentimentos anti-ocidentais e anti-etíopes dos somali, contribuíram devido à múltiplos fatores. Entre eles se encontrava e se destacava a exportação da ideologia da Al-Qaeda para a Somália em um contexto de insegurança (HANSEN, 2013).

Além disso o uso de Senhores da Guerra pelos Estados unidos em sua guerra contra a Al-Qaeda na África Oriental fez com que um grupo de somali mais radicais surgisse, gerando

o núcleo da Al-Shabbab (ICG, 2005; HANSEN, 2013). Outro fator que contribuiu foi o retorno dos somali que haviam fugido durante a diáspora da etnia retornaram para lutar junto ao grupo, devido à sensação de humilhação que estes sofriam ao ter de fugir em meio à ocupação de seu território. Apesar desse fluxo, a Al-Shabaab foi a primeira organização Somali a utilizar combate não-somali, sendo estes atraídos pela retórica da *Jihad* Global ou pelo dinheiro (HANSEN, 2013).

No entanto, destacava-se que tanto a Al-Shabbab quanto as Cortes Islâmicas foram beneficiados por uma onda de popularidade que nada tinha a ver com uma ideologia radical. Na realidade, a popularidade provinha da alternativa aos impopulares senhores da guerra que dominavam o país na época; a mobilização realizada para prevenir a entrada do Governo Federal de Transição, criado no período de 2002 a 2004 no Quênia, em Mogadíscio; e o cansaço da população gerado pela anarquia e prática diária de estupros, assaltos, roubos e assaltos (HANSEN, 2013).

Isso porque, a partir de 1998, houve a fragmentação das facções dos senhores da guerra e o declínio do suporte dado a eles pelos clãs. Nesse último quesito, a razão foi o fracasso dessas facções em protegerem os clãs dos crimes cometidos e a falta de base para sustentar as atividades comerciais. Cansados da violência diária e em meio à dificuldades comerciais, um novo modelo que impusesse ordem e favorecesse a comunidade empresarial de Mogadíscio era necessário. É nesse ponto que se encaixa o sucesso da ICU, que contou com um amplo apoio dessa comunidade (HANSEN, 2013).

Mas porque não apoiar o Governo Federal de Transição? O plano do GFT aparentemente não previu que a escolha do presidente como um indivíduo pertencente a um clã estrangeiro e aliado da Etiópia surtiria um efeito tão negativo. Essa escolha fez com que os Hawiye, clã que dominava Mogadíscio, e, especialmente, o subclã Haber Gedir se sentissem alienados ao processo decisório. A perda da presidência representava perda do poder que eles possuíam sobre o Governo Nacional de Transição, predecessor do Governo Federal de Transição. A situação parecia contornada ao se escolher um primeiro-ministro Hawiye, porém o mesmo não era um Haber Gedir, o que mantinha o rechaço do clã ao governo. O uso de uma figura proveniente de um clã estrangeiro e aliado aos etíopes fez com que os Hawiye ficassem desconfiados e preferissem apoiar as Cortes, que apoiaram sua causa e traziam a pauta anti-etíope em sua luta.

Desse modo, tem-se ideia da profundidade de alguns traços da identidade somali, principalmente no que diz respeito aos estrangeiros e manutenção de seu poder. Além disso, a ação de vários grupos de interesse na Somália pós-Barre, sejam domésticos ou externos,

influenciaram a atual configuração do país. Nesse contexto, o que no início do século XX foi a luta de um povo por unificação nesse território se tornou, no fim do mesmo século, um retrato de fragmentação. O mosaico de ações políticas provenientes de diferentes clãs Somali redesenhou as relações entre elas e afetou sua inclinação à união. Na própria Somália, primeiro e único Estado somali independente, as questões domésticas e o contexto internacional fizeram com que sua bandeira Pan-Somali fosse destruída pela guerra civil.

Em suma, a Somália foi afetada por diversos fatores, como: opressões e perseguições à clãs específicos; concentração do poder em Mogadíscio nas mãos de outros clãs; a guerra contra a Etiópia; as mudanças de alianças internacionais e as intervenções externas (militares e humanitárias); etc. Assim, na década de 1990 e no século seguinte o sonho da Grande Somália deu lugar à um Estado que mergulhava na anarquia ao sul e assistia a formação e consolidação da República da Somalilândia ao norte.

5.2 ETIÓPIA

A Etiópia não teve o mesmo destino da Somália após o golpe de Estado em 1991. Ali, a “nova era” era marcada pela independência dos eritreus, em 1993, e pela perspectiva de um governo derivado da Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (EPRDF), assim como os planos de adesão do país a sistema de federalismo étnico parecia dar novo folego e criar um novo e mais brilhante futuro para o país. A esperança de completa paz entre grupos étnicos e o fim da oposição ao governo central foi um sonho que não perdurou muito apesar do otimismo inicial.

Muitos fatores influenciaram no contexto da Etiópia da década de 1990 aos tempos atuais. Em primeiro lugar, segundo Abbink (1993), o número de conflitos etno-regionais se intensificou nas últimas décadas devido às crises políticas e econômicas. Isso se deve ao paradoxo criado no mundo globalizado em que “democratização” e “autodeterminação étnica” seriam conceitos contraditórios (ABBINK, 1993). Essa questão foi enfrentada pelo país quando introduziu-se o modelo de federalismo étnico após a queda do regime militar, sendo oficialmente implementado em 1995 (DAHLA, 20102). O novo modelo permitiu que a EPRDF, que assumira o poder, abraçasse a ideia de “auto determinação étnica”, incluindo o direito à secessão e o direito de poder econômico e constitucional para definir estados federais (DAHLA, 2012). Era um passo do país que colocava a questão étnica em evidencia, contrastando com a dura repressão de Mengistu Haile Mariam às identidades etno-regionais (ABBINK, 1993).

Como muitas outras nações africanas, a Etiópia é altamente heterogênea, mas o país decidiu seguir por uma alternativa distinta e pioneira (ABBINK, 1993; DAHLA, 2012). Com a esperança em um futuro melhor, ela se reestruturou em seu caminho saindo de um regime militar para a democracia, marcado pela sua primeira eleição multipartidária em 1995. Ainda que por mais de vinte anos o EPRDF seja o partido dominante e continue seu discurso prometendo uma Etiópia mais democrática (DAHLA, 2012) Além disso, enquanto o governo anterior negligenciava problemas político-econômicos, o regime transicional “abriu” a sociedade etíope para novas abordagens políticas, principalmente no campo da autodeterminação étnica (ABBINK, 1993).

Com o fim da Guerra Fria a nível global e o fim do regime de Mengistu a nível local, a Etiópia logo destacou-se pelas alterações que sofreu a nível doméstico (ABBINK, 1993; ABBINK, 2011). Segundo Jon Abbink (1993) essa atenção se deve ao fato de que, em uma era pós-colonial, a Etiópia era o primeiro país africano que permitia a independência de parte de seu território, formando a Eritreia em 1993, e que passava por uma reestruturação radical “de cima para baixo”. Isso a tornava um controverso experimento em escala nacional realizado por um governo e uma administração que ainda se encontrava em progresso. Sobre o governo, muito se destaca a divisão de poderes em unidades etno-regionais com delimitações restritivas (ABBINK, 1993). Essas mudanças e seus contraste com o regime revolucionário e socialista das décadas anteriores são fatores que atraem o interesse dos estudiosos de Relações Internacionais nesse momento. Conforme Abbink (2011), a questão do federalismo étnico implantado foi extensivamente estudado nas perspectivas legal, sociológica e política, tendendo a focar no aspecto republicano-democrático da Etiópia ao invés de seu caráter étnico-democrático.

Ainda segundo, a acomodação das etnias como um elemento político formal em sua nova ordem estatal se deve a três fatores:

(a) a vitória militar em 1991 por um movimento etnonacionalistas, a TPLF, sobre o regime militar tirânico e centralizado após o sucesso das mobilizações de insurgências etnorregionais; (b) o idioma ideológico da oposição dos movimentos estudantis e, posteriormente, a oposição armada nos últimos anos do reme imperial e no regime militar DERG que viu a “questão nacional” como causa principal para o problema da Etiópia, e (c) a necessidade dos movimentos insurgentes etnorregionais, presente entre um número importante dos grupos da população etíope em 1991, de se tornar uma agenda política compartilhada para abordar as “injustiças étnica” percebidas ou reais (ABBINK, 2011, p. 597, tradução nossa)⁶⁴.

⁶⁴ No original: ‘(a) the military victory in 1991 by an ethno-nationalist movement the TPLF over centralized tyrannical military rule after a successful ethno-regional mobilization of insurgence; (b) the ideological idiom of student opposition movements and later of the armed opposition in the later years of the imperial regime and the military Derg regime that saw ‘the national question’ as the main cause of Ethiopia’s problem, above all others;

Nessa transição, a Etiópia foi dividida entre nove regiões administrativas de distintas etnias e duas cidade com status especial, a Administração de Addis Ababa e o Conselho Administrativo de Dire Dawa. Como foi dito anteriormente, as regiões formadas foram: Estado Regional da Nação Tigré; Estado Regional Afar; Estado Regional da Nação Amhara; Estado Regional das Nações Benishangul-Gumuz; Estado Regional da Nação Oromia; Estado Regional da Nação Somali; Estado Regional das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul; Estado Regional da Nação Gambela; e o Estado Regional da Nação Harari. A divisão foi realizada de modo que se pudesse respeitar as etnias e substituir o sistema de províncias anterior (DAHLA, 2012).

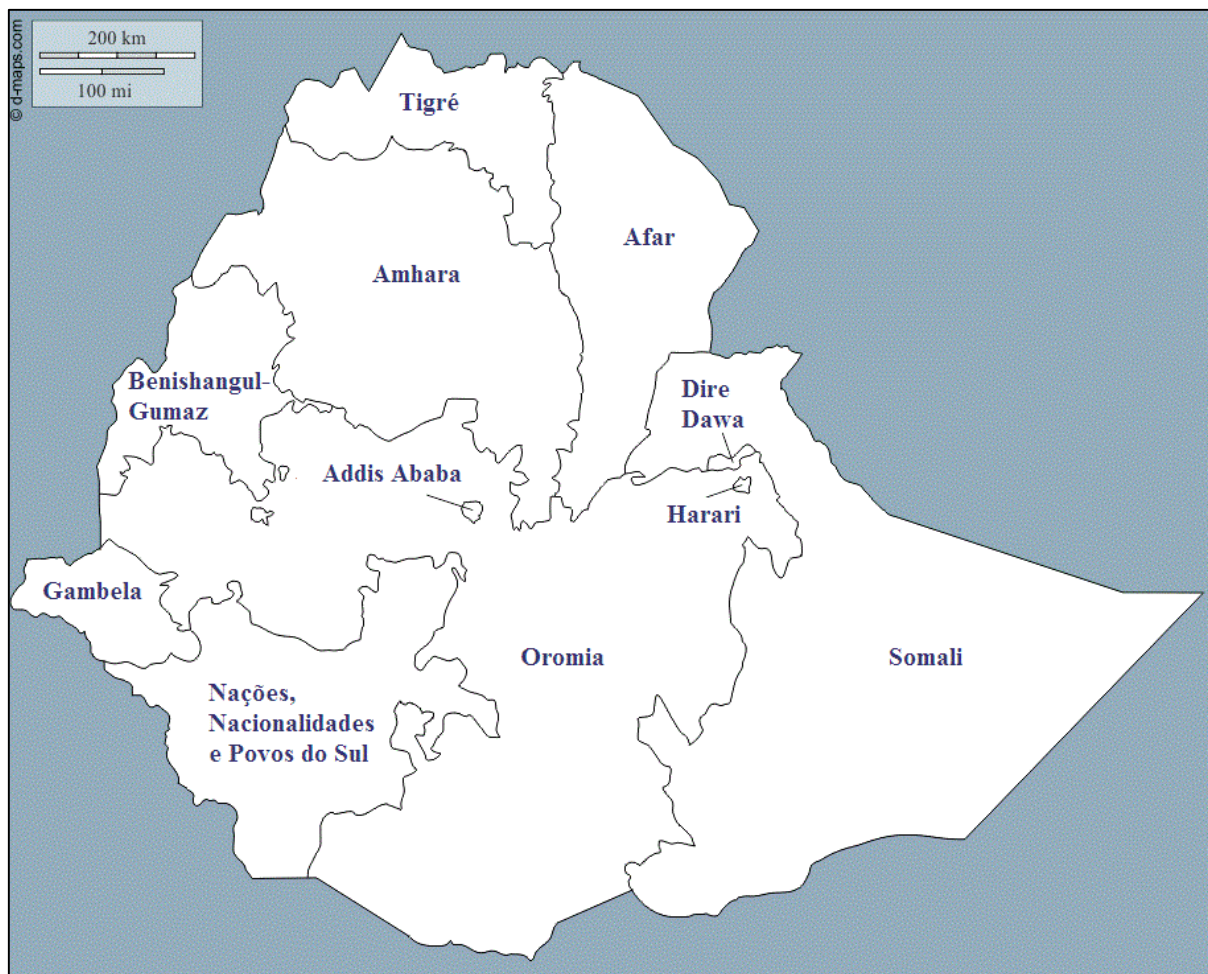
Surgiram assim as cidades com status especial: Addis Ababa e Dire Dawa, e as nove Regiões Administrativas: Afar; Amhara; Benishangul-Gumaz; Gambela; Harari; Oromia; Somali; Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul; e Tigré (ver mapa abaixo) (CIA, 2018a, s/p).

No entanto, esse processo de reorganização regional e rearranjo político não foi realizado com facilidade (ABBINK, 1993; DAHLA, 2002). Na questão regional, acabou se criando regiões administrativas que agrupam diversos grupos étnicos por mera conveniência no cenário organizacional. É o caso, por exemplo, de Benishangul-Gumuz (que são duas etnias diferentes) e o estado das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul (que abarca várias dezenas de grupos étnicos) (DAHLA, 2012). Isso afetou o campo social e político, pois, já nos anos iniciais, disputas por regiões e identidade étnica, e o direitos sobre residência e políticas de linguagem e educação eram frequentes. As tensões etno-regionais tinham naturezas distintas: algumas carregavam um teor político-ideológico; outras tinha origem na insegurança acerca das fronteiras e autoridades locais. Estas tensões geraram confrontos violentos, possibilitados pela ausência de uma administração central forte que não conseguia prevenir ou fiscalizar esses episódios de violência (ABBINK, 1993).

No país, a década de 1990 é marcada pela transformação do Estado com a decadência do modelo de poder tradicional. Ali, enquanto uma democracia representativa não era totalmente concluída, havia a politização dos inimigos tradicionais e dos conflitos de interesse via base étnica. Em meio a esses fatores, o Governo de Transição não tinha conseguia controlar a maré dos movimentos que buscavam tanto “democracia”, quanto “autodeterminação étnica”, o que abria um flanco no novo modelo etíope a ser explorado pelas crescente tensões etno-políticas que o país enfrentava nas suas áreas periféricas (ABBINK, 1993).

and (c) the need of the ethnoregional insurgent movements, present among an important number of Ethiopian population groups in 1991, to come to a shared political agenda to address perceived or real “ethnic grievances”.

Figura 4: Mapa Etiópia



Fonte: Adaptado de D-MAPS.COM, 2019. Disponível em https://d-maps.com/carte.php?num_car=20866&lang=pt.

Além disso, após 1991, a tolerância religiosa entre cristãos e muçulmanos foi abalada pelos movimentos revivalistas. Em algumas áreas do país muçulmanos e cristãos viviam lado a lado em algumas áreas, chegando a haver práticas de conversão e re-conversão dos indivíduos e família que possuíam ambas as religiões sendo praticadas por seus membros. Essa tolerância foi abalada pelas tensões, levando à perseguição de algumas comunidades muçulmanas mais tolerantes passaram a sofrer ataques às suas práticas, dificultando a cooperação e tolerância no país⁶⁵ (ABBINK, 1999).

⁶⁵ Na Etiópia, existe uma complexa relação entre as etnias e o Islã. Apesar de virtualmente não ter passado por nenhuma migração árabe e sendo os etíopes muçulmanos indivíduos provenientes de povos indígenas, retendo muito de suas características etno-culturais que, por vezes, ocultam identidade muçulmana. Além disso, a língua árabe não é falada por nenhum de seus grupos étnicos, nem suas tradições de casamento, herança e outros costumes estão presentes no país. Sendo que ambos os grupos religiosos se adaptaram às realidades sociais, econômicas e políticas do país. (ABBINK, 1999).

E de onde provém essas tensões? No caso da etnia somali, primeiro se tem uma base histórica por trás da sua atuação. A Constituição Etíope de 1994 encoraja, em seu artigo 39, as organizações de cunho étnico de grupos historicamente marginalizados a desenvolverem programas secessionistas. Em um país o qual a atuação da Frente de Libertação Nacional do Ogaden (ONLF) foi pautada na luta por autonomia ou independência dos Somali na Somália Oriental, o artigo obviamente foi utilizado para respaldar legalmente seu desejo. Apesar da base legal, qualquer desejo Somali de secessão foi negado e suprimido institucionalmente pelo governo etíope. Isto se deve à formulação do princípio partindo do pressuposto de que sua presença formal seria suficiente para que o recurso nunca fosse utilizado. Para além da Constituição, o princípio de secessão era vazio frente ao forte aparato federativo do Estado e seu poder Executivo (ABBINK, 2011).

Outro fator que influenciou os tensionamentos foi a classificação dos cidadãos etíopes primariamente em termos étnicos, assim como a territorialização dos grupos. A decisão forçou os etíopes a decidirem por uma única etnia e gerou conflitos entre “quem era o quê” principalmente nas áreas em que havia uma maior miscigenação. Além disso, havia conflitos sobre o direito de trabalho fora da região designada para a etnia. Como as regiões haviam sido delimitadas de modo a abarcar a etnia dominante em cada, o direito a trabalho, voto e candidatura gerou confusões, principalmente nas áreas de fronteira entre estados administrativos, zonas e distritos (ABBINK, 2011).

Muitos destes conflitos foram violentos e resultaram em saldo aproximado de 5000 a 6000 pessoas mortas nos primeiros vinte anos de governo (contando a partir de 1991). Nem todas derivam dos arranjos das fronteiras promovidos pelo Estado, pois há também a influência de fatores como discriminação de minorias e desigualdade étnica. Existem casos de conflitos e repressões exercidas pela administração local ou pelas forças de segurança sobre a população, mesmo em casos em que estes compartilhem a mesma etnia nominalmente. Assim como também ocorrem confrontos armados e a expulsão de alguns indivíduos de certos grupos étnicos de algumas áreas específicas e a imposição de empecilhos ou negação de empregos qualificados na administração local ou sistema educacional por divergências na preferência de partidos políticos (ABBINK, 2011).

Com os somali esses casos se concentram na área localizada entre a região Oromia e somali, no sudeste da Etiópia. Ali há registros de disputas por terra, fronteiras e identidades. Essas disputas carregam em si diversos fatores que se encaixam no que foi dito anteriormente. Primeiramente, as disputas entre os Boran-Oromo e os clãs somali são frequentes desde 1991. O segundo fator é que a miscigenação entre oromos e somali e os interesses dos grupos. Nesse

caso, se tem exemplos com os Garre, que alegam pertencer a ambas etnias e mudam sua ênfase conforme seus interesses em poder e recursos (ABBINK, 2011).

Em 2003 uma seca prolongada novamente assolou a Etiópia, o que talvez tenha agido como um agravante para os conflitos que se seguiriam ao gerar conflitos por recursos (BBC NEWS, 2017c; ENDALK, 2017). Afinal, segundo Jon Abbink (2011) A situação se agravou quando, entre 2003 e 2004, entre anova divisória entre os *Gerri* (Darood) e os *Jarso* (Oromos somalizados) foi tomada por atritos. Os dois grupos foram aliado por mais que um século, mas seu envolvimento nas políticas étnicas e as reivindicações de partidos locais os afastou, enfatizando uma identidade mais separada. Um referendo foi organizado em Outubro de 2004 para resolver o conflito entre as regiões administrativas de Oromia e Somali. Assim, o referendo moveu mais de 35 kebeles dos *Gerri* e *Jarso* para Oromia, mantendo apenas cinco delas em região Somali (ABBINK, 2011).

A decisão do governo acabou por reforçar as divisões étnicas no país. Apesar dos esforços do governo em não permitir que nenhum grupo seja demasiadamente dominantes, as disposições de lideranças locais e etc., os conflitos continuam ressurgindo e a solução imediata adotada continua sendo separação e contenção. A questão é que apesar dos discursos em busca de maior igualdade e cuidado com as etnias minoritárias, os privilégios para algumas zonas e regiões específicas podem ser percebido no país, o que, devido à nova divisão regional também se traduz em privilégios para grupos étnicos específicos (ABBINK, 2011).

Deve se salientar que o federalismo étnico no país, apesar de, teoricamente, ser uma alternativa que apaziguaria os conflitos étnicos, na prática ele funciona como um sistema de contenção. Da mesma forma que, como foi dito anteriormente, a clausula 39 fornece uma falsa sensação de possibilidade de secessão, a estrutura completa desse sistema no país apenas cria uma imagem democracia e ordem. O que de fato se passa é que seu uso de entidades étnicas fixas desconsidera a realidade da população de muitas áreas. Ademais, a estrutura gera disputas entre os grupos étnicos por recursos, principalmente devido às aspirações políticas das elites de cada um deles. Os interesses em terra, água, minérios, fundos federais, etc., colocam os grupos uns contra os outros (ABBINK, 2011).

Exemplo disso foram os sangrentos conflitos entre Oromia e Somali entre 2016 e 2017. Neste caso, percebe-se uma clara luta de interesses por trás do conflito, que é pautado em recursos em meio à uma nova crise hídrica. Nesse período, a ação do clima de monções, que gera secas recorrentes e prolongadas, fez com que os confrontos de 2003 se repetissem. A seca intensa de 2003 gerou o deslocamento de milhares de etíopes pela fronteira, causando inúmeros confrontos entre oromos e somali. Em resposta, em 2004, como já foi citado, o EPDRF realizou

um referendo que, supostamente, daria fim ao conflito. Porém, o mesmo nunca chegou a ser aplicado na prática e, com a seca de 2016, o conflito por terras férteis retornou. Buscando controlar a situação, o governo declarou que tanto Oromia quanto Somali haviam concordado em relação ao referendo, fazendo com que milhares de somali deixassem os distritos destinados aos oromos por medo das repercussões. Enquanto isso, os confrontos entre os dois grupos étnicos se agravaram ao longo da fronteira entre as duas regiões. Em Outubro de 2016 a Etiópia declarou Estado de Emergência por seis meses (BBC, 2017c; ENDALK, 2017).

A suposta não concordância das duas partes se deve ao sentimento dos somali de que o referendo seria injusto. Isso se deve à posição geograficamente privilegiada na qual Oromia se encontra. Rica em recursos hídricos e terrestres, a região também abriga a capital Addis Ababa. Além disso, os oromos compõem o maior grupo étnico da Etiópia, formando 34,4% da população. Sendo um povo pastoril, assim como os somali, as disputas por recursos hídricos e terrestres são fortes em seus confrontos. Assim, quando o Referendo de 2004 decide destinar 80% dos distritos disputados para a Região Administrativa de Oromia, o que à época havia sido visto como uma boa solução para o conflito, o desenrolar a médio prazo tornou o Referendo um agravante para as violentas disputas recentes, somando-se ao quadro de descontentamento com Addis Ababa (BACH, 2014; CRISIS GROUP, 2009; THE ECONOMIST, 2017).

A não aplicação, na prática, do referendo se deu a um fator fundamental: a aplicação dele faria com que o governo federal desalojasse milhares de dezenas de pessoas sabendo que, por serem pastores, havia a probabilidade de que, nas futuras secas, oromos e somali voltassem a migrar pela fronteira novamente e disputarem por recursos (BBC NEWS, 2017c; ENDALK, 2017). Somado à esse fator, as eleições na Etiópia em 2005 deram uma vitória esmagadora de votos ao partido de oposição à EPDRF, indicando o descontentamento da população para com o governo. Assim, o referendo foi ignorado enquanto o governo acusava a oposição de traição, levando ao fortalecimento dos grupos anti-governistas que já existiam e a formação de novos grupos do tipo (ADEGEHE, 2009; BACH; 2014; BBC, 2017c).

Foi a partir deste contexto que o governo regional de Somali, diante de novos confrontos e da declaração do governo que mostrava suas intenções de aplicar o referendo, passou a ignorar as ações de um grupo insurgente dentro de seu território, a polícia Liyu, preferindo trocar acusações com Oromia. Para os somali, por serem a maior parte da população, a etnia oromo se aproveita da localização de Addis Ababa em Oromia para aumentar seu poder e controlar a capital politicamente. Eles também alegam que Oromia se vale de sua posição para angariar privilégios do governo central, recebendo apoio de outras etnias nessa alegação (BBC, 2017c; THE ECONOMIST, 2017).

Por sua vez, oromos, que já buscaram atingir independência através das ações da OLF com o discurso de que a etnia oromo era "colonizada" pela Etiópia na década de 1990, hoje habitam a região central e mais rica em recursos naturais do país. Com o referendo, agregar-se-ia mais distritos ricos em recursos ao estado administrativo de Oromia (BACH, 2014). Eles são, assim, motivo de preocupação para as outras etnias dentro do país, pois, caso Oromia tente novamente se tornar independente, isso significaria, para a Etiópia, a perda do maior estado administrativo em extensão territorial e uma grande parcela de suas riquezas. Portanto, atualmente Oromia é acusada de "dominar" Addis Ababa politicamente e gera tensões com as outras regiões administrativas devido à esses fatores (BACH, 2014; BBC, 2017; THE ECONOMIST, 2017).

No conflito, outras etnias minoritárias reclamam que o governo Etíope, que é monopartidário desde 1991, não fez um sistema representativo adequado e que, enquanto a maior parte dos recursos são destinados aos oromos, amhara e as etnias que estão no poder em cada região administrativa, os outros grupos estão sendo ignorados. Algumas dessas etnias e clãs estão formando grupos insurgentes e apoiando a luta Somali contra Oromia. A Eritréia, por sua vez é acusada de financiar e treinar os grupos anti-governistas dentro da Etiópia. Essas acusações fizeram com que a Etiópia se valesse do paradigma da Guerra ao Terror e violasse a soberania da Eritréia, enviado tropas para encontrar esses grupos subversivos (BBC, 2017a; SHABAN, 2017; WAISEBERG, 2012).

Tendo em vista as condições do povo etíope como uma população historicamente miscigenada, especula-se que ao exigir que as pessoas escolhessem uma de suas etnias para se identificarem, o próprio Estado etíope permitiu que os conflitos étnicos viessem a ocorrer. A guerra contra a Eritréia, de 1998 à 2000, e o envolvimento com o conflito na Somália, de 2006 à 2009, marcaram os poucos momentos de sentimento nacionalista unitário dentro da Etiópia. Esse sentimento contrasta com os sentimentos nacionalistas étnicos dentro do país que estão em ascensão e que motivam a formação e manutenção dos grupos anti-governistas (ADEGEHE, 2009; BACH, 2014). Nas palavras de Asnake Adegehe (2009, p. 260),

A crença de que ao prover ao grupos étnicos da Etiópia o direito à autodeterminação levaria à paz e proveria uma nova base para a união do país era a razão por trás da reconstrução federal do país em 1991. Entretanto, a experiência mostrou resultados mistos até o momento. Apesar do federalismo étnico levar ao reconhecimento dos direitos linguísticos e culturais das variadas etnias do país, isso não levou a autonomia política e não encerrou os conflitos secessionistas. Além disso, a descentralização e a

proliferação dos conflitos em níveis locais e regionais acompanharam a reconstrução federal do Estado (tradução nossa)⁶⁶.

Entretanto, simultâneo a esse processo, a Etiópia também mostra seu nacionalismo multifacetado, que tende a se reformular conforme as necessidades desde os regimes anteriores (BACH, 2014). O governo e a Constituição etíope idealizaram uma queda nos conflitos étnicos com o federalismo étnico, porém a ausência do pluripartidarismo democrático genuíno no país talvez seja o último empecilho e o que esteja motivando os atuais conflitos. O poder foi concentrado pelo mesmo grupo desde 1994 e as tensões geradas pelo desconforto da população com esse fato (principalmente depois da onda de repressões com os resultados da eleição de 2005, em que rádios e canais de televisão sofreram censura) podem causar o retorno de confrontos como o entre Oromia e Somali. Em resumo, o regime é controlado por uma coalizão de quatro partidos equivalentes a quatro etnias e, nos estados, a distribuição do poder não obedece nenhum sistema rotativo entre as etnias ou proporcional, o que cria empecilhos para as etnias minoritárias de cada região (ADEGEHE, 2009; BACH, 2014; BBC, 2017c).

A fronteira entre esses dois estados será palco de violências à cada seca extrema, com ou sem referendo, pois a raiz do problema não são as etnias em conflito em si. As últimas eleições regionais e algumas poucas conquistas mudaram esse quadro em alguns lugares, porém a presença dos grupos insurgentes é o maior indicador do descontentamento com o governo. Esses grupos, no geral, desejam que o governo não os ignore e que a opressão que eles sofrem de outros grupos chegue ao fim. Somali e Oromia são o maior exemplo deste processo (ADEGEHE, 2009; BACH; 2014; BBC, 2017c).

Portanto, as duas primeiras décadas de federalismo étnico na Etiópia apresentam como problema a inabilidade do sistema de compreender a existência de etnia fluida, ambivalente e negociável, como ocorre de fato nas interações sociais entre grupos étnicos. O sistema deveria reconhecer legalmente e institucionalmente essas características, assim como gerar respostas pragmáticas a essa dinâmica. Caso contrário, se tem a ocorrência de comportamentos oportunistas, como os utilizados pelos Garre. A Etiópia tenta se adequar a essa demanda e gerar respostas adequadas, mas falta um bom alinhamento entre as práticas políticas e a legislação, para que uma não sabote a outra (ABBINK, 2011).

⁶⁶ No original: 'The belief that providing Ethiopia's ethnic groups the right to selfdetermination would lead to peace and provide a new basis for the unity of the country was the reason behind the federal restructuring of the country since 1991. However, the experience so far shows mixed results. Although ethnic federalism led to recognition of the linguistic and cultural rights of the various ethnic groups of the country, it neither led to political autonomy nor ended secessionist conflicts. Moreover, decentralisation and proliferation of conflicts at local and regional levels accompanied the federal restructuring of the country'.

Enquanto a raiz do problema não for devidamente tratada, essa “nova Etiópia” vai continuar sendo forçada a lidar com um antigo problema: a presença de grupos insurgentes armados em seu território. A existência dos mesmos indica que há um descontentamento com o governo e os conflitos sangrentos vão continuar por tempo indeterminado, restando à Etiópia se adequar a demanda ou se reformular. Afinal, os dois regime anteriores foram derrubados devido às ações de oposição armada recheada com as pautas étnicas.

6 O FIM DO SONHO DA GRANDE SOMÁLIA E OS DESVIOS DA LÓGICA EUROPEIA

O fim do século XX trouxe consigo a constatação de que o sonho de criação da Grande Somália não se tornaria real. O que começou com um único país somali, ainda que territorialmente difícil de definir com exatidão, se tornou uma “colcha de retalhos” que fragmenta os somali no Chifre da África com o uso de fronteiras. Este trabalho traça uma série de dados históricos para que se possa compreender o que aconteceu para que uma pauta tão forte nos discursos sobre os Somali no Chifre da África chegasse a esse ponto. Mas para além da linha cronológica, outros dados são importantes para a análise e compreensão do que se passou na região.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a análise do que se passou com a etnia Somali na Etiópia deve receber respaldo em uma historicidade completa, de modo a evitar conclusões pejorativas ou falaciosas na área das Relações Internacionais (RI). Em “Come to Africa”, Siba Grovogui (2001) aponta que o fim da Guerra Fria e o advento da era da informação perturbou os “velhos ditados” que guiavam esses estudos. Nesse contexto, a sensação de inevitabilidade da hegemonia ocidental (mais especificamente a estadunidense), a justificação da democracia liberal e o capitalismo moderno tardio fizeram com que um vasto número de analistas comparativos abandonassem as teorias que procuravam explorar o contexto institucional e político das inequidades contemporâneas entre Estados, nações, classes e gêneros.

No entanto, no contexto somali, teorias sobre imperialismo, dependência, desenvolvimento desigual, etc., são importantes pela aplicação de seus conceitos nessa sociedade específica. O que se viu na história da etnia é a expressão de movimentos expansionistas colonizadores no início do século XX, substituído por interesses imperialistas em meio à Guerra Fria na segunda metade do mesmo século. No decorrer da década de 1990 e início do século XXI, o que se retrata é um temor em relação à dominação exercida por outros povos (etíopes e ocidentais) e a identificação com outros povos oprimidos (como a relação dos somali com os afegãos no início da Guerra ao Terror). Assim, aspectos culturais e sociais se mesclam a questões políticas no meio doméstico e internacional, sendo muito marcadas pelas relações de poder e particularidades da região e da etnia.

Para isso, é preciso realizar um estudo que seja marcado por uma historicidade completa, evitando, desse modo, que se repita o uso sutil de noções racializadas adotadas nas análises de culturas e civilizações no pós-Guerra Fria. O objetivo aqui é escapar do discurso que relaciona

“raça” com o progresso e a modernização de forma pejorativa, principalmente nos estudos sobre África (GROVOGUI, 2001). Isso porque, segundo Grovogui (2001, p. 425),

[O]nde antes os analistas buscaram avançar a justiça social ao examinar as relações sociais, poder e a natureza das transações materiais entre entidades, as novas teorias assumem a inevitabilidade da presente ordem com base nas supostas realizações civilizacionais, dispositivos culturais e a ética de trabalho dos habitantes de diferentes regiões do globo (tradução nossa)⁶⁷

Essas explicações geralmente derivam de um orientalismo reverso que exalta as conquistas econômicas dos “tigres asiáticos” a partir do determinismo cultural e a remodelação da noção de ética trabalhista weberiana. Sendo que, esse mesmo determinismo cultural que “glorifica” os “tigres asiáticos” é aquele que culpabiliza as práticas culturais africanas pelo subdesenvolvimento da região. A reforma da ética trabalhista, por sua vez, surge para explicar as diferenciações de classe e região no sistema internacional (GROVOGUI, 2001).

Tais abordagens frequentemente apresentam cultura e agencia como termos opostos à instituições e ordem de modo que “cultura” e “agencia” seja posta fora do contexto estrutural e institucional. Como resultado, substitui-se os presumidos “hábitos” e “disposições” dos grupos regionais pela cultura e as agências de seus membros constituintes, traduzindo os hábitos e supostas disposições culturais das regiões periféricas em instituições; as quais supostamente podem estimular ou atrasar o desenvolvimento sociopolítico e a modernização econômica de cada região (GROVOGUI, 2001).

Contudo, essas análises ignoram o papel histórico dos vários agentes da ordem moral, na historicidades da modernidades, na função da linguagem do progresso e nos efeitos estruturantes de diferentes agentes civilizacionais ou modernizadores. Conseqüentemente, há uma racialização da história e dos processos históricos, como as relações internacionais. Esse conhecimento internacional racializado gerado se utiliza de análises que associam alusões à etnografia com as hermenêuticas de raça e cultura. Em decorrência, tem-se o uso de clichês raciais e noções de cultura simplificadas, contribuindo para o desenho do “outro” e a associação ao “ser” não-branco de fatores negativos, como “estados falidos”, pobreza, corrupção, etc.. Gera-se, assim, a exclusão desses atores dos processos de decisão essenciais na ordem moral (GROVOGUI, 2001).

⁶⁷ No original: “[W]here once analysts sought to advance social justice by examining social relations, power, and the nature of material transactions among entities, the new theories now assume the inevitability of the present order on the basis of the supposed civilizational attainments, cultural dispositions, and work ethics of the inhabitants of the different regions of the globe.”

Desse modo, se tem a construção de um Ocidente “branco” em oposição à uma África “negra”. Sendo que essa “branquitude” ocidental é associada à adaptação cultural, competência política e versatilidade ética, enquanto a “negritude” africana simboliza a disfunção internacional. Esse uso da África como contraponto da trajetória ocidental trata a região pejorativamente para sustentar a figura das relações internacionais, da moral, da hierarquia e das estruturas de autoridade e legitimidade construída na literatura, legitimando-as. Desse modo, o Ocidente toma para si a autoridade moral como provedor de regras e modelos a ser seguido (GROVOGUI, 2001).

No caso somali, esse discurso é evidente nas obras produzidas no Pós-Guerra Fria e que abordam a Somália fazendo o uso do conceito de “Estado Falido”. Ademais, percebe-se que a “falência estatal” de uma entidade, a Somália, não é suficiente para que se reconheça a presença de um Estado estável e funcional incrustado no norte desta, a Somalilândia (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008). Algumas obras produzidas nas décadas de 1990 e 2000 parecem retratar o que se passou na Somália como puro resultado de má administração de Siad Barre e pré-disposição dos somali à guerra e ao caos. Muitas destas carecem de dados sobre o país

A resistência dos teóricos de relações internacionais de historicizar a modernidade, o colonialismo e a situação pós-colonial gera lacunas que propiciam esse tipo de análise pejorativa (GROVOGUI, 2001). Culpabiliza-se regiões ao invés de entender a realidade regional a longo prazo com o uso de dados historiográficos incompletos, gerando análises que se tornam rasas nesse sentido e nas quais a aplicabilidade real é, por vezes, duvidosa. Constrói-se, assim, uma narrativa de conhecimento racializada que liga raça e cultura à “disfunções” políticas. Por consequência, tem-se um ceticismo nos relatórios das instituições internacionais acerca da capacidade africana de funcionar como os outros continentes. O mesmo é calcado em uma suposta predisposição dos líderes africanos e seus assessores a levar o caos à estabilidade dos países pós-independência, arruinando o funcionamento das economias devido à má-gestão e peculato (GROVOGUI, 2001).

No caso da produção de conhecimento acerca da Etiópia o próprio foco em alguns períodos específicos parece auxiliar para que os autores realizem um estudo tendo como base uma historicidade incompleta. As obras acabam por ignorar o nível de complexidade no qual o país é construído. No que diz respeito à etnia somali no país, tem-se uma produção que ignora ou simplifica as raízes de um povo que tem por tradição se engajar em lutas de libertação, como no caso da *jihad* de Ahmad Gran e a *jihad* de Berberã. Além disso, as próprias características da etnia, como a migração e atividade pastoril são importantes para se realizar uma análise adequada do comportamento e compreender as motivações que levaram o Ogaden, uma região

relativamente pacífica nas primeiras quatro décadas após a anexação, a um período de escalada de violência.

Principalmente no que se diz respeito ao fim do regime de Selassié e a Etiópia revolucionária, uma análise incompleta subestima o papel do etnonacionalismo e do sonho da Grande Somália. Principalmente caso as políticas empregadas por Selassié e o início do governo DERG em relação aos somali no Ogaden sejam ocultadas e se apresente o processo de independência da Somália e anexação da Somalilândia Britânica como únicas responsáveis pela instabilidade nessa região.

No caso da Somália, esse vácuo no conhecimento pode criar uma imagem deturpada da motivação por trás da pressão dos Ogaden na elite de Mogadíscio, que influenciou a adesão do movimento pan-somali na política externa de Barre. O que se tinha era um povo sendo sistematicamente oprimido e um genocídio indireto no país vizinho através da restrição de acesso à terras e envenenamento das fontes de água. Isso motivou a ação da extensão do clã na Somália. É claro que o fator econômico e o interesse na fertilidade da área também tiveram forte participação nos interesses da Somália, assim como a necessidade de apoio dos Ogaden para manutenção da governabilidade de Barre.

Mas como analisar, então, os Estados do Chifre da África, em especial a Etiópia e a Somália no contexto deste trabalho? Alguns passos já foram dados nos capítulos anteriores por meio da coleta de dados histórico que trata os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial, ainda que no caso da Etiópia a “colonização” italiana seja desconsiderada e o país veja de uma longa trajetória de autonomia. O próximo passo é a discussão de termos e conceitos.

Primeiro, temos uma palavra que marca todo este trabalho: *etnia*. O termo, segundo Angélica Basthi (2011, p.33) pode ser simplificado como “um grupo que, numa perspectiva histórica, compartilha um mesmo ancestral, a mesma língua, a mesma religião e reside no mesmo território geográfico”. No entanto, a melhor e mais completa definição a ser aqui aplicada é a de Ellis Cashmore (2003). Apesar de defender que o termo se refere à um povo ou nação em sua raiz grega, seu uso contemporâneo conserva o sentido de que se trata de um grupo que possui algum nível de coerência e solidariedade e o qual os indivíduos que o compõe compreendem que o grupo possui origens e interesses comuns. Há assim, a união ou aproximação de pessoas devido a experiências compartilhadas pelo coletivo (CASHMORE, 2003).

É nessa questão das experiências e interesses compartilhados que a definição de Cashmore (2003) mais agrega. Ao invés de simplificar, ele agrega que as experiências são “usualmente, mas não sempre, aquelas de privação”⁶⁸ (p.120) e se aprofunda ao explicar que:

Não importa as circunstâncias, as pessoas sob domínio total ou parcial de uma população indígena hostil ou de um grupo conquistador de intrusos passam por experiências de privação. Eles podem ser privados materialmente, culturalmente desnudados, neutralizados politicamente; sendo muitas vezes tudo isso.

Após eles se conscientizaram de sua situação comum, sua resposta pode ser gerar estabilidade, suporte e conforto entre os outros que passaram por situações similares. Ao enfatizarem os aspectos da vida, passada e presente, eles compartilham, definem limites nos quais podem desenvolver seus próprios costumes particulares, crenças e instituições — em resumo, sua própria cultura. O grupo étnico é, portanto, um fenômeno cultural, apesar de originalmente baseado em uma percepção comum e experiências de circunstâncias materiais desfavoráveis⁶⁹ (tradução nossa) (CASHMORE, 2003, p,120).

Assim, o fator agregador e positivo da etnia está presente no uso do termo, legitimando reivindicações coletivas. O uso dessa característica pode ser por meio de uma via pacífica ou violenta. Em “Conflito Étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional”, de 2008, os autores Tullo Vigevani, Thiago Lima e Marcelo Fernandes de Oliveira declaram que “a etnia responde a realidades concretas. Em muitos casos, o sentimento de falta de dignidade pode levar uma etnia ou uma nação à mobilização, à insurreição ou à guerra” (p. 193).

É o que acontece diversas vezes com os somali. Sua participação em *jihads* antes, durante e após o período colonial, assim como sua atuação como oposição armada nas guerras civis da Etiópia e da Somália mostram essa face da etnia. No início vê-se o fortalecimento da identidade étnica com as incursões cristãs feitas pela Etiópia à época da *Jihad* de Ahmad Gran como uma ameaça aos povos islâmicos, gerando o sentimento identitário e nacional somali, assim como a assimilação de grupos semelhantes à época. Posteriormente a presença das potências colonizadoras assim como a tomada dos territórios que pertenciam aos somali novamente reforça as características da etnia em um momento de privação, o que muitas vezes era demonstrado através de protestos, mobilizações e insurreições em um primeiro momento. A privação da autonomia, a destruição da organização tradicional da sociedade somali e outros

⁶⁸ No original: “Those experiences are usually, but not always, ones of deprivation”.

⁶⁹ No original: “Whatever the circumstances, the people coming under the total or partial domination of either a hostile indigenous population or a conquering group of intruders go through experiences of deprivation. They may be materially deprived, culturally denuded, politically neutered; quite often all of these.

After they become aware of their common plight, their response may be to generate stability, support and comfort among others who undergo similar experiences. By emphasizing the features of life, past and present, they share they define boundaries inside which they can develop their own particular customs, beliefs, and institutions—in short, their own cultures. The ethnic group, then, is a cultural phenomenon, even though it is based originally on a common perception and experience of unfavorable material circumstances.”

tipos de humilhações moveram uma etnia fragmentada por clãs que, muitas vezes eram inimigos, a se unir e se organizar melhor durante o decorrer do século XXI.

Sendo que um clã é definido um “grupo de parentesco unilinear, cujos membros se consideram descendentes de um antepassado comum, porém não podem traçar este enlace genealógicamente.” (CAMPO A., 2008, p. 45, tradução nossa)⁷⁰. A partir dessa definição, remonta-se ao próprio momento de formação da etnia através da assimilação de outros povos.

A luta se intensificou a partir da década de 1950 nos territórios dominados por maioria Somali, mas o fim do período colonial no Chifre da África não trouxe consigo a unificação para essa nação, mas formou novos Estados. Diferentemente do que ocorreu com a Europa, os Estados no Chifre da África não seguem a lógica do Estado-nação europeu. Ali, não é o fim da monarquia e ascensão da burguesia que traz a mudança, como na lógica europeia de transição do Estado Westfaliano para o Estado-nação (CHINAGLIA; VIANA, 2016).

Aliás, a Etiópia se mantém em um sistema de feudalismo até 1974, quando o Imperador é derrubado por militares e o socialismo é adotado. Ali, nenhuma burguesia ascende ao poder até a tomada de poder pela EPDRF. Ainda assim, não se trata de uma nação de fato. Se uma nação é “grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns” (AZAMBUJA, 1941, p. 24), então o Estado etíope é um aglomerado delas, mas não é composto por uma única origem comum ou possui domesticamente interesses comuns. As próprias tentativas de secessão presentes na história do país colocam em cheque essa narrativa.

Na Somália, embora haja ou ao menos tenha havido uma nação, a presença de um Estado é hoje discutível. A República da Somalilândia é, de fato, um Estado funcional, ainda que não reconhecido (PEREIRA, 2016; RANGIG, 2008). Em qualquer um desses casos, a comparação dos Estados da Somália, Etiópia e Somalilândia com os países ocidentais, comparando-os ao “Westphalian Commonsense” discutido por Grovogui (2002), é ignorar toda a complexidade existente na história desses países, afinal esses Estado pós-coloniais não devem ser compreendido por meio de uma tradução de princípios e normas westfalianas. Ademais, Ayittey (2006) e Grovogui (2001) agregam que se há um imaginário acerca das instituições indígenas que as tratam como “inferiores”, além de considerarem os nativos como povos primitivos. Volta-se então, ao ponto da narrativa pós-Guerra Fria que gera análises racializadas apontada em *Come Back to Africa*, de Govogui (2001).

⁷⁰ No original: “Grupo de parentesco unilinear, cuyos miembros se consideran descendientes de un antepasado común, pero no pueden trazar este enlace genealógicamente”.

Assim, formaram-se Estado que não se encaixavam nas expectativas impostas pelo Ocidente. É daí que surgem termos como “Estado falido” enquanto se ignora a realidade sociológica desses países, os quais são formados ou redesenhados durante a descolonização, e assume-se que o processo de formação e consolidação do Estado desvirtuou-se do ideal (WAI, 2012). Dessa forma, é necessário repensar a formação dos estados africanos do ponto de vista histórico, analisando o processo social, econômico e político dos mesmos. É importante, também, ressaltar que a África é marcada por três períodos históricos importantes: o pré-colonial, o colonial e o pós-colonial. Além disso, existem característica que divergem de região para região, não sendo possível generalizações para o continente inteiro sobre suas estruturas (AYITTEY, 2006).

Criou-se um mito de, com as independências, os Estados africanos repetiriam a história do que ocorreu com os movimentos nacionalistas no Ocidente e teve por consequência a construção dos Estados europeus pautados no Estado Westfaliano e no Estado-nação deste derivado. Assim, assumiu-se que, no exemplo das campanhas somali, o desdobramento das ações da etnia seria a formação de um Estado-nação ou no mínimo um Estado Westfaliano. Isso porque o Estado Westfaliano é marcado pelos princípios estabelecidos na Paz de Westfália (1648), que não só delimitam um novo perfil de unidades no sistema europeu, mas que também constroem os princípios de soberania, unidade territorial, independência na construção de instituições internas, a secularização do Estado e a estabilização de um Sistema Internacional de Estados (PEREIRA, 2016).

Já o Estado-nação é um modelo teórico cunhado no momento em que há a queda da monarquia e ascensão da burguesia em meio ao movimento nacionalista europeu. Esse contexto fez com que a burguesia, tento por objetivo incentivar a garantia dos direitos dos povos, explorasse o conceito de “nação” no século XVII e conquistasse o poder político. Assim, o termo Estado-nação é consolidado para designar esse novo Estado, agora gerido pela burguesia (CHINAGLIA; VIANA, 2016). Apesar de não surgir na transição de uma monarquia pra uma burguesia, se tinha na Somália a possibilidade de exploração da “nação” devido à sua homogeneidade e a busca do país pela garantia dos direito de seu povo, que no caso são os somali. O uso do termo é questionável por partir de um contexto histórico particular europeu, consolidando-se ao designar o “novo Estado” derivado da queda dos monarcas e ascensão da burguesia (CHINAGLIA; VIANA, 2016). Além disso, há um debate sobre o Estado-nação nunca ter sido aplicado de fato, sequer no modelo europeu, sendo um modelo puramente teórico.

O uso do termo “nação” é realizado a partir de sua definição como um “grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns” (AZAMBUJA, 1941, p. 24). Sendo assim, o Estado-nação, ao contrário do Estado Westfaliano, passaria a representar a participação de todos os governados no Estado (CHINAGLIA; VIANA, 2016). A partir desse ponto, tem-se o debate do nacionalismo étnico africano, pois se trataria da manifestação de uma tendência a se formar uma nação ligada por características étnicas com respaldo de reconhecimento jurídico internacional ao se tornar um Estado. Isso porque os somali possuem uma boa quantidade de elementos assumido como essenciais da nação existentes nos protótipos clássicos europeus. Sendo unidos em linguagem, religião, cresça em uma descendência e herança, assim acreditam possuir direito patrimonial sobre uma grande extensão do território que habitam (ainda que seja de forma nômade) (EMERSON, 1963).

É daí que necessita-se abordar dois termos importantes no que tange à nação: o nacionalismo e o etnonacionalismo. O termo nacionalismo se refere à ideologia formulada após a Revolução Francesa, contendo três ideias principais. A primeira traz como argumento que, para que haja o nacionalismo, a população deve ser capaz de formular instituições e leis nas quais possam determinar seu próprio futuro. A segunda dita que cada população possui um conjunto de características único, as quais a fazem se caracterizar como “nação”. Já a terceira, argumenta que o mundo é naturalmente dividido em um número de nações distintas. “Essa combinação de ideias constituem a base das estratégias e movimentos políticos nos quais, desde o século dezanove, tiveram uma influência majoritária no modo em que o mundo é politicamente organizado” (MILES, 2003, p. 254, tradução nossa)⁷¹.

É importante ressaltar que o nacionalismo como ideologia é distinto da noção de sentimento nacional correspondente à um senso coletivo de solidariedade dentro de um grupo com limites culturais e geográficos delimitados. Isso se deve à possibilidade de uma parcela da população expressar algum nível de identidade nacional na ausência de um movimento político organizado ou reproduzir fronteiras territoriais que não estejam definidas pelo poder político estatal. Portanto, “a formação e reprodução de fronteiras nacionais não é [...] um processo natural ou inevitável, mas uma consequência da ação humana em momentos históricos particulares” (MILES, 2003; p. 254, tradução nossa)⁷², como é o caso de países como

⁷¹ No original: “This combination of ideas and claims constitute the basis for political strategies and movements which, since the nineteenth century, have had a major influence on the way in which the world is organized politically”.

⁷² No original: “The formation and reproduction of national boundaries is [...] not a natural or inevitable process, but one which is the consequence of human action in particular historical circumstances”.

a França, a Espanha e a Holanda, nos quais a ideologia nacionalista não impulsionou esse processo.

Adicionalmente, a emergência no nacionalismo como ideologia explícita concomitante ao momento em que se formula o racismo como uma doutrina “científica” é relevante ao colocar em foco duas doutrinas que afirmam que o mundo é naturalmente dividido em grupos distintos, apesar da natureza dos grupos e suas fundações por divisões naturais sejam distintas. O determinismo derivado da relação entre características biológicas e culturais presentes no racismo permite que o nacionalismo, apesar de focar em diferenças culturais e/ou históricas, possa se fundir ou derivar dessa teoria. É o caso dos britânicos (MILES, 2003).

Já o etno nacionalismo encontra sua melhor definição em Anthony Smith (1971), na qual o autor separa a nação em sete características: a. diferenciação cultural; b. território contínuo com livre mobilidade; c. uma escala relativamente larga; d. relações de política externa conflituosas e alianças com grupos similares; e. sentimento e lealdade consideráveis no grupo; f. filiação direta com direitos iguais de cidadania; g. integração econômica verticalizada. Para ele, o grupo étnico corresponde às cinco primeiras características apresentadas e o etno nacionalismo nasceria da politização deste grupo étnico, uma vez que a autoconsciência não se trataria de algo inerente ou latente na etnia e sim algo criado e imposto por minorias étnicas. Ele seria fruto da tentativa de minorias étnicas em buscar alternativas à estrutura burocrática do Estado moderno dominada por um grupo étnico dominante (SMITH, 1971; 1981; YUN, 1990).

Assim, para alterar a estrutura existente, os intelectuais dessas minorias se utilizam da etnia como instrumento político de modo a legitimizar suas demandas por *status* e poder. Desse modo, o que marca a mudança de um grupo étnico para uma nação é a sua demanda por autonomia e auto-governo desse grupo que pode vir a aparecer em forma de um Estado soberano, ou seja, é a politização que torna uma etnia em nação (SMITH, 1976; YUN, 1990).

Segundo Smith, o etno nacionalismo se refere a um nacionalismo com nações, pois este deve envolver a nação que, em retorno, possui componentes culturais étnicos. São esses componentes que o distinguem de outros tipos de nacionalismo, pois a identidade cultural do grupo é preservada. No entanto, o nacionalismo pode, não necessariamente, formar uma nação ao passo em que, geralmente devido à exploração colonial, ele surge como um modo coletivo de resistir ao poder estrangeiro ao reagir às explorações coloniais. É o caso dos nacionalismos territoriais, os quais, segundo Smith, são formados sem que se tenha uma identidade cultural étnica para projetar (YUN, 1990).

Esses atributos Somali causam uma colisão entre os direitos conflitantes derivados dos conceitos de Estado e nação, pois o modo que se deu a trajetória tanto da Somália quanto da

Etiópia é distinta do que se passou na Europa. Ali, a inserção forçosa dos países no sistema internacional causaram um embate entre diferentes ordens de legalidade. Afinal, a posição dos somali possui respaldo pelos direitos garantidos no princípio de autodeterminação dos povos, que é defendido não só por todos os nacionalistas, mas também pela Carta das Nações Unidas, sendo reforçado no Pacto Internacional dos Direitos Humanos, em 1952. Além disso, os nacionalistas defendem que o papel do Estado é servir como veículo de expressão política da nação, portanto o Estado deveria nascer da nação, ao invés de ser independente dele como ocorre na maioria dos países africanos. Essa doutrina entra em conflito com realidade jurídica e política da estrutura estatal existente, que se apoia na proposição de soberania e integridade da unidade política que o compõe e que deve ser respeitada (EMERSON, 1963).

Já na Etiópia, vê-se o conflito constante entre etnias que desejam se tornar independentes e que possuem respaldo da Constituição para fazê-lo, indo de acordo com a autodeterminação dos povos, e um Estado estabelecido anteriormente. Este último também possui respaldo jurídico internacional e gera um impasse por ter sua soberania e integridade reconhecidos de forma anterior à legitimidade dada às nações em seu território. O resultado é a sobreposição do Estado sobre a nação.

Quanto à etnia em si, tem-se a questão de que, de acordo com a autodeterminação dos povos, o Estado deveria ajustar seu sistema para abarcar as fundações nacionais. Porém, isso não se passou porque ambos os Estados aqui estudados preservaram as estruturas estatais vigentes. Contudo, a questão se torna ainda mais complexa devido à fragmentação da etnia, que já possuía divisões internas seguindo linhas tribais, em inúmeros segmentos feitas durante o período colonial. A separação da etnia pelos governos britânico, etíope, francês e italiano, geraram divisões fronteiriças, linguística (língua oficial de cada colônia e da Etiópia), política, legal e econômica entre os Somalis. Com o fim da colonização, ao invés dessas limitações serem reconfiguradas para abraçar o nacionalismo somali e gerar um Estado-nação, o que ocorreu foi a herança de um sistema e de fronteiras coloniais pós-independência, mesmo quando este nacionalismo é anterior ao período colonial (ATKINSON, 1999; EMERSON, 1963).

A história da Etiópia e da Somália é marcada por muitos momentos de importação de modelos ocidentais para seu sistema. Na Somália, o período colonial ficou marcado pela imposição de modelos de administração italiana e britânica, sufocando o sistema tradicional já existente na região. Na Etiópia de Selassié, o sistema educacional recebeu auxílio europeu em seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. A própria presença do ESUNA e do ESUE mostram a influência ocidental no sistema educacional do país. Esses transplantes de sistema

administrativo e educacional não significaram, no entanto, de toda a estrutura indígena ou impediram o resgate, ainda que parcial das mesmas.

A complexidade atual da região e sua trajetória ao longo da história permitiram que a Etiópia, por exemplo, incorporasse em seu federalismo étnico tentativas de abarcar as necessidades de cada etnia. A administração pautada em um etno-regionalismo bem demarcada parece ter sido desenhada para respeitar modelos diferentes de administração regional diferentes de diferentes hábitos étnicos. Na Somalilândia, seu modelo híbrido é a prova de que é possível aliar as características indígenas à um modelo westfaliano imposto pelo sistema internacional. O funcionamento desses dois Estados mostra que realidades alternativas ao modelo europeu existem (WAI, 2012).

No caso da Somália e da Somalilândia, tem-se o exemplo da importância de uma análise bem fundamentada na história e que busque uma análise mais justa, como é sugerido por Grovogui (2001). No sistema internacional contemporâneo, é amplamente aceito que este constitui uma “sociedade”, devido ao arranjo dos países que o compõe, sendo análogo ao que, supostamente, se passa no ambiente interno dos países (RANDIG, 2008). Esse preceito parte de uma premissa de que todos os países devem se encaixar dentro das normas e culturas “universais” estipuladas pelo Ocidente como base do sistema internacional. Nesse transplante, se encaixam as leis internacionais e as estruturas de regras de processamento das mesmas que regem (ou deveriam reger) todos países. Aí inclui-se também o sistema econômico e político oriundo desse modelo universal ocidental. Na África, esse sistema de ordem global foi inserido de forma que as experiências africanas ficassem abaixo das europeias, tendo que, portanto, lutar para se adequarem a elas (GROVOGUI, 1996; MKANDAWIRE, 2001).

Destarte, parte-se do princípio de que os países africanos deveriam absorver esse modelo “superior” e adotar os resultados das experiências europeias para “embranquecer” sua realidade “disfuncional” (GROVOGUI, 2001). Na Somália, por exemplo, vê-se uma falha nesse discurso a partir do momento em que há a ausência de uma autoridade reguladora dentro do Estado, que é a principal diferença apontada entre o sistema internacional (anárquico) e o Estado. Ali existe, há quase três décadas a ausência de um governo efetivo, sendo considerada um exemplo clássico de “Estado falido”. O termo designa Estados em que se pressupõem uma fraqueza ou ineficiência demasiada por parte do governo central a ponto de não possuir controle prático sobre a maior parte de seu território, falhando, desse modo, em prover bens públicos essenciais (saúde, educação, segurança) para sua população. No caso da Somália, a inexistência, durante a maior parte das últimas décadas, de um governo reconhecido pela maior parte de sua

população justifica afirmação de que se trata de um “Estado colapsado”, ou seja, um Estado que ultrapassou o limiar da falência estatal (RANDIG, 2008).

A Somália possui uma população de quase dez milhões de indivíduos, sendo estes compostos quase inteiramente por muçulmanos, os quais a maioria são somali étnicos (RANDIG, 2008). Isto faz dela um dos Estados mais homogêneos do continente, contrastando com a heterogeneidade da Etiópia (ABBINK, 1997; RANDIG, 2008). No país, seus clãs tradicionais sempre representaram a unidade mais importante da organização social para a população, entretanto, os mesmos não chegaram a ocupar o vácuo político aberto com o golpe de 1991. As estruturas e divisões políticas até então existentes foram abandonadas (RANDIG, 2008).

Mesmo após a comunidade internacional gerar o Governo de Transição Somali, a falta de legitimidade e poder efetivo desde não é suficiente para que os outros Estados deixem de respeitar a soberania da Somália. Paradoxalmente, a Somalilândia, que é um governo efetivo ao contrário do GFT, e atende todos os pré-requisitos do Estado Westfaliano (contando com segurança, educação, sistema de saúde e até mesmo passaportes), não é reconhecida em respeito à insistência internacional de tratar a Somália como um Estado cuja soberania e integridade são invioláveis. Enquanto isso, o Governo de Transição, por sua vez, e o reconhecimento dado a ele é nada além de uma “ilusão coletiva” respaldada pelas grandes potências. A população o vê apenas como produto dos interesses internacionais e seu exercício de poder efetivo em território somaliano é quase nulo (RANDIG, 2008).

Assim, mesmo que de acordo com a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, de 1933, a existência de um Estado com território, população e governo próprios seja fato consumado e independe de seu reconhecimento por outros Estados, a Somalilândia permanece nas sombras somalianas. Sendo, a quase três décadas, um país segundo a convenção. Sem embargo, ela continua a lidar com a ausência do reconhecimento internacional, ainda que seja respaldada pelos manuais do Direito Internacional. Isso a restringe em suas possibilidades de usufruir dos benefícios que sua “estatalidade” deveria lhe conferir (RANDIG, 2008). A hesitação internacional é compreensível na medida que aspirações secessionistas estão presentes no mundo inteiro e não predizem o sucesso de suas empreitas, pois os casos efetivos de Estados-nações são raros (RANDIG, 2008). Ademais, há o temor acerca das consequências que o reconhecimento da Somalilândia trariam sobre o território restante da Somália, os países vizinhos, a atuação dos grupos armados *jihadistas*, as milícias e a estabilidade doméstica da Somalilândia e dos outros países africanos. Outro problema enfrentado é a questão das fronteiras: a partilha da África as redesenhou e a comunidade internacional tende a exercer

pressões que as mantenham (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008). Segundo Randig (2008) a preservação dessas fronteiras se deve a um desejo de impedir que o continente entrasse em Estado de caos generalizado ao tentar retornar à suas divisões étnicas e tribais existentes antes da partilha da África ou criar novas fronteiras. Já Mariana Pereira (2016) alega que essa manutenção carregava consigo o interesse das metrópoles em facilitar seu controle sobre os países que delas são dependentes na era pós-colonial.

Seja o objetivo da manutenção apontada por Randig, por Pereira ou as duas, o fato é que a própria União Africana aderiu ao plano de conservação de fronteiras. Isso contribui para que, até ela que tende mais a apoiar a Somalilândia, respaldada pela Carta da União Africana, não ceda espaço para o reconhecimento somalilandês (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008). O que, por sua vez, é um argumento frágil quando considerado os exemplos de reconhecimento de declarações unilaterais de independência da Ossétia do Sul, da Abecasia e do Kosovo. Esses exemplos provam que, quando é de interesse dos grandes atores internacionais, o preceito de integridade territorial pode ser desrespeitado (RANDIG, 2008). Assim, apesar do sucesso, a Somalilândia permanece marginalizada no sistema internacional e tendo que enfrentar dificuldades burocráticas até mesmo para receber auxílio financeiro ao governo e as instituições pela ONU (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008).

Assim, a imposição de um modelo de Estado externo à realidade africana, assim como a inserção dos países em um sistema internacional desenhado para acomodar as normas e preceitos do Ocidente gera leituras que partem do pressuposto de um Estado ideal e funcional, o ocidental, que deveria ser alcançado pelos africanos, que não obtiveram o mesmo “sucesso”. Esses modelos, no entanto, em sua busca por “contribuir” para uma “melhora” desses países teve o efeito de debilitar as instituições, uma vez que estas envolviam questões mais complexas e próprias da região (PEREIRA, 2016). No Chifre da África, fatores culturais e tradicionais fizeram com que o Estado tentasse se remodelar para abarcar essas particularidades, como no caso da Etiópia e da Somalilândia.

Contudo, a atribuição do “colapso” à Somália retrata um caso extremo em que se teve a impossibilidade de reproduzir o modelo Ocidental tal qual imposto, pois este não se adequava à sua realidade. Ali, a ausência formal do Estado requer a agência de atores não estatais para prover segurança e bens básicos para a população, que precisa apoiá-los para que a ação seja efetiva. Essa legitimidade é o que faz com que os habitantes somalianos se voltem para os líderes tradicionais ou para grupos capazes de prover o que o governo não consegue. A presença desses atores mostra que a anarquia tomada como dada e certa, na realidade não é o caos

divulgado, pois há um movimento no interior da sociedade que busca a ordem e concede legitimidade à aqueles que conseguem provê-la (PEREIRA, 2016).

Ao contrário do caos total, a Somália gerou duas unidades políticas organizadas no Norte: a Somalilândia e a Puntilândia (região que declarou sua independência em 1998). Assim como teve como fruto de sua “falência” uma nova lógica de organização estatal no sul que possui modelos organizativos distintos do que se tem como padrão. Ainda que não se tenha uma estrutura mais organizada que uma grandes fatias do território, possui a proteção de atores estatais armados. Assim, apesar de não obedecer os conceitos weberianos ou westfalianos a Somália goza sim de modelos alternativos de organização, principalmente partindo das estruturas tradicionais de clãs e subclãs (PEREIRA, 2016).

Portanto, apesar da Grande Somália não ter sido formada, a etnia Somali se adaptou às adversidades encontradas durante sua trajetória. Os resultados foram variados, gerando a Somália e o Djibuti, contribuindo para reestruturações e guerras dentro da Etiópia e sofrendo novas mudanças significativas na Somália com a queda de Barre. Vê-se então uma etnia que apesar de a princípio ter um único interesse comum, estes variavam de acordo com os clãs e a região em que se encontravam. As consequências da experiência se vê ainda hoje na Somália fragmentada que desafia a lógica ocidental de organização e reconhecimento estatal e na Etiópia, que fez dos últimos trinta anos um período de experimentações alternativas ao que sua experiência (e a africana) prévia ditava.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi visto no decorrer deste trabalho, a etnia Somali possui um longo histórico de atuação no Chifre da África. O primeiro e mais longo período aqui estudado retrata o comportamento da etnia entre a *jihad* de Ahmad Gran e as décadas finais do século XIX, momento em que se tem conflitos mais pontuais nos quais os inimigos são povos próximos, ainda que recebam auxílio e interferência estrangeira. Durante esse recorte temporal, o país Somali também não retratado como um espaço muito bem delimitado. Pelo contrário: os fluxos migratórios faziam com que suas fronteiras se modificassem no decorrer dos séculos.

A segunda faixa temporal estudada compreende a expansão colonialista pelas três potências Ocidentais rumo ao interior, a anexação de parte da região Somali pela Etiópia, todo o período colonial no Chifre da África. Aqui, as fronteiras passam a ser mais bem delimitadas e ganham forma enquanto o povo somali é fragmentado conforme a decisão de seus invasores. O que antes era um único país somali sem forma exata, toma a forma de três protetorados europeus, as somalilândias, assim como a região do Ogaden, na Etiópia. Nessa nova etapa, a luta pela unificação conduz a maior parte do século XX, desde lutas domésticas por independência até a política externa adotada pelos países da região e externos a ela. Assim, o fim da condição colonial da Somália não significou o fim da luta, mas uma etapa dela. As consequências estão visivelmente presentes na terceira etapa: o cenário pós-independência.

Essa última fase acompanha a segunda metade do século XX e início do século XXI. Marcada na década de 1990 pelo fim do sonho da Grande Somália e o retrato de um povo que, ao invés de conseguir se unir, se fragmentou ainda mais. Enquanto a Etiópia manteve e ainda mantém seu firme controle sobre o Ogaden e o Haud, o Djibuti — resultado da independência da Somalilândia francesa — continua sob influência da França, que se recusa ainda hoje a perder sua influência sobre a região. Ambos não passaram por grandes transformações territoriais desde que consolidaram seu controle sobre os somali, apesar da “dança” política ter sido intensa, levando a perseguições e repressões no Djibuti e um mergulho na guerra civil no caso da Etiópia, assim como eventuais conflitos sangrentos no país atualmente.

Nos contrastes entre essas três faixas temporais traçadas, a percepção de como se deu a articulação somali atrai a atenção. Na primeira fase, caracterizada pelo período pré-colonial e o início da colonização, percebe-se que o engajamento dos somali em conflitos se dava em alguns locais que eles entravam em contato em suas migrações e a atuação era realizada por fatias do grupo étnico. A coesão política da etnia como um todo era inexistente, havendo rivalidades entre seus clãs e dificuldades na comunicação e propagação de seus interesses devido à extensão do

território habitado pelos somali. Isso muda com a colonização. Na segunda fase, a transição do nacionalismo somali em um etno nacionalismo mais visível marca o aumento de coesão entre os sub-grupos presentes na etnia.

A melhora na articulação e capacidade de negociação com as potências coloniais são significativas e suas consequências são apresentadas no período pós-colonial. Os sinais estão presentes não só na independência da Somália, como também no tratamento para com a etnia dado pelo Djibuti e a Etiópia, devido à tentativa somali no plano doméstico desses países de terem os territórios habitados por eles anexados pela Somália.

No que diz respeito ao etno nacionalismo, o uso da identidade somali por alguns grupos em busca de ascensão em um ambiente em que eles compõem uma minoria dialoga não só como a própria conceituação de etno nacionalismo cunhada por Anthony Smith (1971;1976; 1981), como a afirmação de Ellis Cashmore (2003) sobre a formação da etnia por meio de experiências de privação. Sendo que no caso da conceituação de Cashmore, essas experiências são compostas por tentativas de outros povos de tomarem as terras somali e subjugar-los como ocorreu no século XVI e no período colonial, além de serem reforçadas com as perseguições empreendidas tanto pelas administrações coloniais, como por Selassié em suas políticas agressivas aos somali nômades, continuadas pelo DERG e PMAC.

Sobre a principal pauta carregada pelo etno nacionalismo somali, a unificação de todos os territórios somali, o que se percebe é uma vitória inicial em termos de unificação expressa pela fusão da Somalilândia Britânica com a Italiana em 1960. No entanto, o que inicialmente parecia um caminho promissor e suscitou insurgências e outros tipos de articulação política para além das fronteiras da recém formada Somália acabou por não ter o futuro inicialmente desejado. Cerca de vinte anos após sua independência, a Somália mergulhou em uma guerra civil e o que nasceu de um sonho de unificação se torna um país fracionado na década de 1990.

Ocorria que ali uma parcela do próprio povo somali era marginalizada pelo governo central. Logo, o grupo que havia se mobilizado para alterar seu status quo e sair de sua posição como minoria através do sentimento de pertencimento por uma etnia acabou por ignorar uma parcela daqueles que o formava. Sendo uma etnia extensa e tendo parte de sua atuação muito marcada pela articulação a nível interestatal, os problemas intraestatais da própria Somália acabaram sendo ignorados a longo prazo. Abafou-se ou ignorou-se que, antes do fervor etno nacionalista que mobilizou a etnia durante o período colonial, existia entre os somali questões referentes a sua formação dada por distintos clãs, assim como as rivalidades que anteriormente existiam entre eles.

Logo, mesmo o grande sonho unificador de uma Somália expandida não podia ocultar as desavenças entre clãs, os privilégios que alguns recebiam ao ser parte da elite e as humilhações destinadas aos clãs e subclãs menos poderosos. Assim, os Isaaq criaram a Somalilândia no norte e o sul foi dado como anarquia constante, a qual o Governo de Transição não possui controle e as organizações existentes não são reconhecidas pelos governos estrangeiros. Ali os clãs ainda existentes e dominantes regiram e ainda regem a legitimidade e atuação das organizações que são implementadas na região, como foi o caso da AIAI, da al-Shabaab e da ICU.

Assim a história da trajetória da etnia Somali mostrou que o processo de formação da identidade e nacionalismo nacional a partir da assimilação da cultura árabe, adesão ao Islã e participação na *Jihad* de Ahmad Gran de fato influenciaram a atuação da etnia nos séculos seguintes. É principalmente o uso político dessa identidade orquestrado durante o século XX que mostra o poder de coesão dos movimentos que surgem derivados da condição de minoria que os somali foram submetidos. Uma das várias demonstrações eram os discursos utilizados para legitimar o uso da violência no contexto cultural da etnia, respaldados pela justificativa de que os somali estavam se defendendo das agressões e da opressão de estrangeiros cristão é recorrente não só nas *jihad*, mas também na participação somali nas guerrilhas da Etiópia e nos movimentos de resistência via diplomacia e articulação política.

É notável que mesmo quando o agressor não era estrangeiro, como no caso da guerra civil na Somália, o uso da retórica da opressão sofrida justifica levantes insurgentes e leva os somali para a guerra. Ainda assim, o fato de que os Isaaq se incomodaram com a presença dos refugiados traz consigo parte do estranhamento somali com os estrangeiros, mesmo que estes sejam outros somali. Afinal, não é porque se trata de um só povo que não há inimizades entre clãs e a relação dos somali etíopes, com exceção dos nômades, com o nacionalismo e forte fator identitário dos somali na Somália pode ser um dos fatores que levou ao estranhamento. Apesar, é claro, de o fator mais evidente ser o nível de apoio direcionado pelo governo central e comunidade internacional para esses refugiados.

Apesar desse ser o único grande exemplo de luta entre somali (governo central *versus* população), o fim do governo Barre traz consigo o retorno da aversão generalizada ao “outro” incorporado por atores internacionais que já haviam entrado em conflito anteriormente com a etnia. A absorção do discurso da Al-Qaeda, a produção de *Mujahidin* para atuarem dentro e fora da Somália, a presença da Al-Itihad Al-Islamiya e da Harakat al-Shabab al-Mujahideen mostram o quanto o fator do Islã e da adesão dos somali à *jihad* continua forte.

A partir desses dados históricos, pode-se inferir a Somália como se apresenta hoje se deve à uma convergência de fatores etno-culturais e a ação de grupos somali politizados em busca de poder dentro de um sequência de contextos internacionais específicos (Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, descolonização). A existência dois Estados não reconhecidos dentro de um país dado como “falido”, assim como a existência da ICU e a legitimidade dada a senhores da guerra e/ou organizações dadas como terroristas apontam para a existência de uma tendência à ordem e reorganização da sociedade de modo a atender as demandas da população (no caso dos Estados) e/ou da elite (no caso do Sul da Somália). A própria existência de elites, formadas por alguns clãs, em Mogadíscio já é um indicativo de estrutura em funcionamento dentro do país. Talvez o que se passe ali seja uma organização da sociedade que por não seguir os modelos de estrutura domésticos ocidentais não sejam reconhecidas como o tal, havendo a preferência da literatura ocidental por apontar a região sul como “anarquia”.

O que é certo é que a tentativa ocidental de encontrar meios para controlar a região e prosseguir com a imposição de seus interesses é falha na Somália pelas características da própria população. O desastre do Governo Federal de Transição se deve, em parte à recusa dos Estados que o formularam em reconhecer e se aprofundar nas características culturais dos somali. A falta de legitimidade desse governo é fruto de um processo histórico-cultural de mais de 450 anos, o qual parece ter sido ignorado nas negociações devido aos interesses de outros Estados, como a Etiópia. Enquanto o sentimento anti-etíope e anti-ocidente presente na Somália for ignorado durante tentativas ocidentais e etíopes de exercer qualquer controle sobre a região, a perspectiva é de resultados falhos. O plano de estabelecer ordem deve partir de um projeto desenvolvido pela periferia e com uma influência mínima a moderada da Etiópia de modo que a população somali não veja nos líderes um inimigo a ser combatido.

Outro ponto é que, em virtude da Guerra ao Terror, o próprio Ocidente sabotou a existência e expansão de uma organização que era reconhecida pelos nativos, a União das Cortes Islâmicas, preferindo insistir em seu plano do GFT. É necessário ou repensar as instituições indígenas e compreender a dinâmica das organizações presentes atualmente na Somália (ao sul) de modo a legitimá-las, ou reconhecer os Estados existentes no país e que são sufocados pela falta de reconhecimento. Enquanto isso não ocorre, o país provavelmente seguirá um fluxo próprio e imprevisível, extremamente suscetível aos interesses internacionais, ao mesmo tempo em que resiste a eles por fatores culturais. As incertezas são muitas no que diz respeito à Somália, mas a única que é quase a prova de falhas é o potencial de frustração no uso viciado de métodos pautados nos modelos e interesses ocidentais nesse país específico.

Sobre a Etiópia, o que se tem é uma continuidade de tensões herdadas desde o regime de Selassié. O curto período histórico faz com que o Ogaden ainda sinta os impactos das ações realizadas pela etnia e pelo Estado dentro do país. As secas servem como um catalizador de características culturais e heranças sociais e históricas recentes, levando a população a engajar em conflitos mais violentos devido à uma tensão latente constante. A curto prazo, a Etiópia parece estar conseguindo manter certo controle sobre a etnia, mas a médio e longo prazo a tendência é uma aumento agudo de instabilidade na região caso o governo não aplique medidas efetivas e justas nas questões relacionadas às terras.

Existe ainda um secessionismo potencial contido por questões burocráticas, mas que não necessariamente impede os somali de utilizarem um método mais violento, como se deu anteriormente. O apoio de outras etnias aos somali dentro da Etiópia ressaltam um problema antigo: a possibilidade de uma secessão da região Somali levar consigo outras fatias do país devido à concentração de algumas etnias minoritárias envolvidas no conflito.

Desse modo, confirma-se que de fato existe uma correlação entre a construção da identidade e do nacionalismo somali e a atuação da etnia em movimentos de resistência e oposição armada na Etiópia e na Somália. As bases da formação do sentimento de nacionalidade e identidade desse povo culminaram na organização política dos mesmos e sua ativa atuação como oposição armada em diversos momentos do passado até a atualidade.

Portanto, existe de fato, uma influência mútua entre a organização política e social somali e sua articulação intra e interestatal na Somália e na Etiópia, Além disso, a estrutura estatal de ambos os países afetaram esses aspectos da etnia, tanto via destruição das instituições indígenas somali quando pelo uso político de suas pautas a nível estatal.

Ressalta-se que é perceptível que as ações tanto dos Estados quanto da etnia são resultado de um contexto internacional e doméstico complexo e específico, no qual as decisões na esfera política os afetavam mutuamente, além de os atingirem sua organização social. O que se passa e ambos os países hoje é resultado do acumulado histórico desses fatores e as consequências derivada das decisões tomadas tanto pelos líderes da Somália e da Etiópia desde a década de 1950, quando pelos líderes das organizações advindas da etnia somali, tais como grupos de oposição armada, partidos políticos e a própria Somalilândia.

Sendo assim confirma-se parcialmente a hipótese de que a formação dos Estados Africanos dificultou a formação um Estado-nação somali no território dominado por esta etnia dentro da atual Etiópia e da Somália. O que, por consequência, levou a um histórico de instabilidades que, apesar de variarem em sua forma de manifestação, estão presentes em ambos os países até os dias atuais. Ademais, tem-se o papel das as opressões e repressões sofridas pela

somali proveniente dos Estados em questão ou dos países colonizadores ou imperialistas que geraram pressões externas nas demandas e dinâmicas no Chifre da África.

Entretanto é necessário fazer ressalvas em relação tanto à pergunta problema quanto à hipótese levantada. A primeira é a de a Etiópia, embora não tenha se formado propriamente no século XX é contabilizada neste trabalho como país em formação devido aos dois momentos em que ela se reestruturou, isto é, a revolução etíope e a adoção do federalismo étnico pela EPRDF. Essa distinção fez com que seus resultados diferissem daqueles que se viu na Somália, assim como a dinâmica somali-Estado ocorresse de forma completamente distinta devido às características particulares do país e dos clãs somali que ali se encontravam. No entanto, a correlação entre as ações dos dois lados continuam a confirmar a afirmação, uma vez que mesmo com a cláusula 39 da Constituição de 1994, a Etiópia nunca permitiu a secessão do Ogaden.

A Somália, por sua vez, teve em seu sonho de se expandir por todos os territórios somali uma das razões que levaram à seu estado de fragmentação atual. Assim, o único Estado somali que havia sido criado é hoje um aglomerado de diferentes tipos de organizações, nas quais nenhuma domina o país de fato. Assim, sua própria história e aspirações políticas supostamente contribuíram para sabotar o plano de um Estado-nação somali pleno.

No entanto, a segunda ressalva se dá na condição de construção de um Estado-nação somali. Enquanto teoricamente esse modelo exista, o debate sobre sua aplicação real faz com que sua existência real não seja reconhecida sequer na Europa. Desse modo, o que deveria nortear esse pressuposto seria a construção de um Estado Westfaliano. Ocorre, no entanto, que enquanto a Etiópia consegue ser encaixada nesse modelo apesar da sua dinâmica doméstica estabelecida pelo federalismo étnico ser distinta da maioria das experiências estatais, a Somália atual não obedece uma composição real de Estado Westfaliano, uma vez que sequer há um governo central de fato. A Somalilândia seria ali a que mais se aplicaria, no entanto sua estrutura híbrida faz com que a mesma escape à norma ocidental, não se alienando totalmente, mas também não se encaixando de forma plena.

REFERÊNCIAS

ABBINK, G. Jon. Ethnic-based federalism and ethnicity in Ethiopia: reassessing the experiment after 20 years. In: **Journal of Eastern African Studies**, v. 5, n. 4, November 2011, p.596-618.

ABBINK, G. Jon.. Ethiopian Islam and the Challenge of Diversity. IN: **ISIM Newsletter**, v. 4, p. 24-24. 1999. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/15604995.pdf> >. Acesso em: 18 Set. 2019.

ABBINK, G. Jon. The Ethiopian Second Republic and the Fragile “Social Contract”. In: **Africa Spectrum**, v.44, n.2, p.3-28. 2009. Disponível em: <www.africa-spectrum.org>. Acesso em: 18 Set. 2019.

ABBINK, Jon. Ethnic Conflict in the 'Tribal Zone': the Dizi and Suri in Southern Ethiopia. In: **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge University Press., v.31, n.4, p. 675-682, 1993.

ABBINK, Jon. Ethnicity and constitutionalism in contemporary Ethiopia. In: **Journal of African Law**, vol. 41, ed. 2, p. 159-174. 1997. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-law/article/ethnicity-and-constitutionalism-in-contemporary-ethiopia/2DFF8983F0025E6996563472329D5BAA>>. Acesso em: 16 Fev. 2019.

ADEGEHE, Asnake Kefale. **Federalism and ethnic conflict in Ethiopia: a comparative study of the Somali and Benishangul-Gumuz regions**. Leiden: Department of Political Science, Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University. 2009. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/13839>> Acesso em: 03 Fev. 2019

AFRICA NEWS. **Crisis in Ethiopia's Somali region taking ethnic twists - ONLF worried**. In: Africa News. 2018. Disponível em: <<http://www.africanews.com/2018/08/06/crisis-in-ethiopia-s-somali-region-taking-ethnic-twist-onlf-worried/>>. Acesso em: 16 Fev. 2019.

ATKINSON, Ronald R.. **The (Re)Construction of Ethnicity in Africa**. In: Ethnicity and Nationalism in Africa: Constructivist Reflections and Contemporary Politics. YEROS, Paris (org.). 1999.

AYITTEY, George B. **Indigenous African institutions**, Second Edition. Transnational Publishers, 2006, 585 p.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Editora Globo.

BACH, Jean-Nicolas. **EPRDF's Nation-Building: Tinkering with convictions and pragmatism**. Lisboa: Caderno de Estudos Africanos, Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa. 2014. Disponível em: <<https://cea.revues.org/pdf/1501>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: BASTHI, Angelica (org.), ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011. 60 p.

BBC NEWS. **Ethiopia profile - Timeline**. BBC. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13351397>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2.ed. rev.. 2010. 1040 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 Jun. 2019.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Manual de Redação Oficial da Funai**. Organizado pela Comissão Especial de Elaboração do Manual – Portaria nº. 540/2015/ Pres-Funai. – Brasília: Funai, 2016. 87p. il.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança Regional no Chifre da África (1974-2017): Conflitos, atores, agendas e ameaças**. Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. 2019. “Orientação: Paulo Fagundes Visentini.”

CASHMORE, Ellis. Ethnicity. In: CASHMORE Ellis; BANTON, Michael; et al. **Dictionary of Race and Ethnic Relations**. New York: Routledge. 2003. p. 119-125.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Ethiopia**. In: The World Factbook. 2018a. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/et.html>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Somalia**. In: The World Factbook. 2018b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

CHINAGLIA, Pedro Henrique; VIANA, Waleska Cariola. **Estado Westfaliano versus Estado-nação e seus reflexos nas colônias da América Latina**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América-Latina. 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/CHINAGLIA-VIANA_SP04-Anais-do-II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

ELAIGWU, Isawa J.. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

ELMI, A. A.; BARISE, A.. **The Somali Conflict: Root causes, obstacles, and peace-building strategies**. In: African Security Review, vol. 15, n.1, p. 32–54. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2006.9627386>>. Acesso em: 16 Fev. 2019.

EMERSON, Rupert. Foreword. In: **Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa**. TOUVAL, Saadia. Harvard. 1963.

ENDALK. **Explicando o conflito na Etiópia Oriental**. Global Voices. 2017. Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2017/10/08/explicando-o-conflito-na-etioopia-oriental/>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

ENGLEBERT, Pierre. Separatism in Africa. In: HENTZ, James j. (Ed.). **Routledge Handbook of African Security**. London/New York: Routledge, 2014, p.147-156.

_____. **Africa: unity, sovereignty and sorrow**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2009.

ENO, Mohamed A.; KUSOW, Abdi M. **Racial and Caste Prejudice in Somalia**. In: Iowa State University. 2014. Disponível em: <https://lib.dr.iastate.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=soc_las_pubs>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

ESPOSITO, John L. Islam: the straight path. New York: Oxford University Press, 3ªed. rev. atual., 2005. 304 p.

ETHIOPIA. **Constitution of the Federal Democratic Republic of Ethiopia**. Addis Ababa: The Federal Democratic Republic of Ethiopia, 1995. Disponível em: <<https://wipolex.wipo.int/en/text/193667>>. Acesso em 23 Nov. 2018.

_____. **Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy**. Addis Ababa: The Federal Democratic Republic of Ethiopia, Nov. 2002.

FAGE, John Donnelly. A Expansão do Poderio Europeu no Século XIX, 2: Sul, Norte e Oriente da África. In: **História Geral da África**; Edições 70; Lisboa. 2002. P.365-399.

FERNANDES, Hugo Miguel Moutinho. As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida. In: **Revista de Ciências Militares**, novembro de 2016 IV (2), pp. 13-40. 2016. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>>. Acesso em: 03 Dez. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food and agriculture**. Roma: 1972. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/c8930e/c8930e.pdf>>. Acesso em: 30 Ago. 2019.

_____. **The state of food and agriculture**. Roma: 1975. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/f3350e/f3350e.pdf>>. Acesso em: 30 Ago. 2019.

GEDAMU, Yohannes. **How Ethiopia's history of ethnic rivalry is destabilizing its reform gains**. In: The conversation US. 2018. Disponível em: <<https://theconversation.com/how-ethnic-violence-is-destabilising-ethiopias-reform-gains-103928>>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

GONZÁLEZ, Raúl C.. Ethiopia (1976–1985). In: **Civil Wars of the World: Major Conflicts since World War II**; DEROUEN, Karl R.; HEO, Uk. (Editores), vol. I, 2007, p. 351-365.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. **Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition**. In: The Johns Hopkins University, European Journal of International Relations, Vol. 8 (3), p. 315-338, 2002.

_____. **Sovereigns, quasi sovereigns, and Africans: race and self determination in international law**. In: University of Minnesota Press, pp. 282, 1996.

_____. **Come to Africa: A Hermeneutic of Race in International Theory**. In: Alternatives, vol.26, no.4, Dez., 2001. p.425-448.

GUZINSKI, Jacob; FELKER, Paiton. **Oromo/Somali Conflict**. In: ESRI Storymaps. 2018. Disponível em: <<https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=780088fad30b4b13a35ffb6b7368cb19>>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

HABERLAND, E.. O Chifre da África. In: OGOT, Bethwell Allan (org). **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO Office Brasília, Brasil. Ministério da Educação, Universidade Federal de São Carlos (Brasil). 2010. 1208 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190253>>. Acesso em: 03Jun. 2019.

HANSEN, Stig Jarle. **Al-Shabaab in Somalia: The History and Ideology of a Militant Islamist Group, 2005–2012**. New York: Oxford University Press, 2013. 195 p.

HOENE, Makus Virgil. **No Easy Way Out: Traditional Authorities in Somaliland and the Limits of Hybrid Political Orders**. In: DIIS Working Paper, 2011. Disponível em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/DIIS%20WP%202011-18.sk%C3%A6rm.pdf>>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

HOENE, Markus Virgil. Limits of hybrid political orders: the case of Somaliland. In: **Journal of Eastern African Studies**, 7:2, 199-217, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17531055.2013.776279>>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

IBRAHIM, Hassab Ahmed. Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África. In: BOAHEN, Albert Adu (org). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 — 2ªed**. Brasília: UNESCO, 2010a. P.73-98. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 Jun. 2019.

IBRAHIM, Hassab Ahmed. Política e nacionalismo no nordeste da África, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (org). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 — 2ªed**. Brasília: UNESCO, 2010b. P.675-702. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 Jun. 2019.

Institute for Economics & Peace (IEP). **Positive Peace Report 2017: Tracking Peace Transitions Through a Systems Thinking Approach**. Sydney: IEP, Report number 54, Out. 2017. Disponível em: <visionofhumanity.org/reports>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

JEFFREY, James. Hundreds of thousands of displaced Ethiopians are caught between ethnic violence and shadowy politics. In: **Public Radio International (PRI)**, Global Post. 2017. Disponível em: <<https://www.pri.org/stories/2017-12-15/hundreds-thousands-displaced-ethiopians-are-caught-between-ethnic-violence-and>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

JESUS, Diego S. **O baile do monstro: o mito da Paz de Vestfália na história das relações internacionais modernas**. Dimensões, vol. 26, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200012>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

KEFALE, Asnake. Federal Restructuring in Ethiopia: Renegotiating Identity and Borders along the Oromo–Somali Ethnic Frontiers. In: **Development and Change**, vol 41, cap. 4. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-7660.2010.01654.x>>. Acesso em 16 Fev. 2019.

LEONARD, D.K.; SAMANTAR, M.S.. What Does the Somali Experience Teach Us about the Social Contract and the State?. In: **Development and Change**, vol. 42, ed. 2. 2011. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-7660.2011.01702.x>>. Acesso em: 16 Fev. 2019.

LEONARD, David K. Recreating Political Order: The Somali Systems Today. In: **IDS Working Papers**, ed. 316. 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.2040-0209.2009.00316_2.x>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

Lewis, I. M.. Italian Policy in Somalia Italian Colonialism in Somalia. In: HESS, Robert L (Org.), **The Journal of African History**, v.8, n.03, 553p. Chicago and London: Chicago University Press, Pp. 234. 59s. 6d. 1966.

_____. The Ogaden and the Fragility of Somali Segmentary Nationalism. In: **African Affairs**, vol. 88, n. 353 (Oct., 1989), pp. 573-579. 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/723037.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

_____. Visible and Invisible Differences: The Somali Paradox. In: **Journal of the International African Institute**, Africa, Vol. 74, No. 4 (2004), pp. 489-515. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3556839?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

MKANDAWIRE, Thandika. Thinking about developmental states in Africa. In: **Cambridge Journal of Economics**, vol. 25, 3ªed. Mai 2001, p. 289-313, 2001. Disponível em: <<https://www.rrojasdatabank.info/Mkandawireafrica.pdf>>. Acesso em: 15 Mai. 2019.

MATUMONA, Muanamosi. A ideia de Nação em África: Etnia ou Estado Moderno?. In: **A Europa das Nacionalidades**, Mitos de origem: Discursos modernos e pós-modernos, Universidade de Aveiro, Portugal, maio 2011. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0088.pdf>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

MILES, Robert. Nationalism. In: In: CASHMORE Ellis; BANTON, Michael; et al. **Dictionary of Race and Ethnic Relations**. New York: Routledge. 2003. p. 253-256.

MINILLO, Xaman K.. **A importância do estudo das relações internacionais africanas para o campo das relações internacionais**. 2012. Disponível em: <www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/1717/1133>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

NELSON, Brian. **State Formations**. In: The Making Of The Modern State a theoretical evolution. Editora: Palgrave Macmillan US, 2006. Disponível em: <<http://www.palgrave.com/us/book/9781403971890>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Etnia e Estrutura de Classes: A Propósito da Identidade e Etnicidade no México. **Seminário Avançado de Estudos Étnicos**, Centro de Investigaciones Superiores dei Instituto Nacional de Antropologia e História (CIS-INAH). 1979.

PANKHURST, Robert K. P.. A Etiópia e a Somália. In: **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi**. – Brasília: UNESCO, 2010. 1032 p. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190254>>. Acesso em: 18 Set. 2019.

PEREIRA, Mariana Morena. **O Modelo de Estado Africano não Convencional**: uma análise crítica nas implicações da definição e designação do Estado Falido aliado aos princípios da construção do Estado nos moldes Ocidentais modernos. Santana do Livramento: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa, **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, 2016. "Orientação: Nathaly Silva Xavier Schütz".

PHILIPS, Sarah. **Political Settlements and State Formation**: The Case of Somaliland. Developmental Leadership Program, Research Paper 23, 2013. Disponível em: <<http://publications.dlprog.org/Political%20Settlements%20and%20State%20Formation%20-%20the%20Case%20of%20Somaliland.pdf>>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

POWELL, Benjamin. FORD, Ryan. NOWRASTEH, Alex. Somalia after state collapse: Chaos or improvement? In: **Journal of Economic Behavior & Organization**, n.67. 2008. p. 657–670. Disponível em:

<http://www.independent.org/pdf/working_papers/64_somalia.pdf>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

RANDIG, Rodrigo Wiese. Somália & Somalilândia: uma ilusão coletiva e um fato ignorado. In: **Meridiano 47**, n. 100, nov. 2008. p. 21 a 28.

SANDERS, William; MARINO, Joseph. **Pré-história do Novo Mundo: arqueologia do índio Americano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971.

SILVA, Kalina Vanderlei. Tribo. In: SILVA, Kalina Vanderlei; HENRIQUE, Maciel (Org.). **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2.ed., 2ª reimpressão, 2009. p. 409-411.

SMITH, Anthony D. **The Ethnic Revival**, Cambridge: Cambridge University Press. 1981.

_____. Introduction: the formation of nationalist movements. In: **Nationalist Movements**, London: SMITH, Anthony D. (ed.), Ed. Macmillan, p. 1-30. 1976.

_____. Ethnocentrism, nationalism and social change. In: **International Journal of Comparative Sociology**, vol. 13, no. 1, p. 1-20, 1971.

_____. **The Ethnic Origins of Nations**. New York: Basil Blackwell. 1986.

TAMRAT, Tadesse. O Chifre da África: os Salomônidas na Etiópia e os Estados do Chifre da África. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO Office Brasilia, Brazil. Ministry of Education, Federal University of São Carlos (Brazil). 2010. 892p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190252>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

THE BRENTHURST FOUNDATION. **African Game Changer? The Consequences of Somaliland's International (Non) Recognition**. 2011. Disponível em: <http://www.thebrenthurstfoundation.org/Files/Brenthurst_Commissioned_Reports/BD-1105_Consequences-of-Somalilands-International-Recognition.pdf>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

THE ECONOMIST. **Ethiopia's ethnic federalism is being tested: Violence between ethnic groups has put the country on edge**. Harar: The Economist Newspaper. 2017. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21730021-violence-betweenethnic-groups-has-put-country-edge-ethiopias-ethnic>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

THOMPSON, Daniel K.. **Visible and Invisible Diasporas: Ethiopian Somalis in the Diaspora Scene***. In: Bildhaan, vol. 17. Disponível em: <<https://digitalcommons.maclester.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1195&context=bildhaan>>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

TOUVAL, Saadia. **Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa**. Cambridge: Harvard University Press. 1963.

UNITED NATIONS. **Somalia**. In: United Nations, Country Facts, Permanent Mission of the Somali Republic to the United Nations. s/a. Disponível em: <<https://www.un.int/somalia/somalia/country-facts>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

VIGEVANI, Tullo; LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. Conflito Étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 183 a 213. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1979/anuario79_rco.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2019.

WAI, Zubairu. Neo-patrimonialism and the discourse of state failure in Africa. In: **Review of African Political Economy**, vol. 39:131, p.27-43, 2012.

WILSON, Kyle. Somalia (1988–1991 and 1992–Present). In: **Civil wars of the world: major conflicts since World War II** / Karl DeRouen, Jr. e UkHeo (editores). 2007. Disponível em: <<https://ourrebellion.files.wordpress.com/2010/09/book-civilwars-of-the-world-majorconflicts-since-worldwar-2.pdf>>. Acesso em 12 de Fev. 2019.

YOUNG, John. Ethnicity and power in Ethiopia. In: **Review of African Political Economy**, vol. 23, ed.70, p. 531-542. 1996. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056249608704221>>. Acesso em: 10 Fev. 2019.

YUN, Ma Shu Yun. Ethnonationalism, ethnic nationalism, and mini-nationalism: A comparison of Connor, Smith and Snyder. In: **Ethnic and Racial Studies**, 13:4, p. 527-541. 1990. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01419870.1990.9993688>>. Acesso em: 02 Dez. 2019.